DEUS GUARDE A V. EX. . . .

ROQUETE DE SEQUEIRA E COSTA

DEUS GUARDE A V. EX.ª...

Historia dos acontecimentos politicos em Portugal, que se seguiram aos relatados no livro SAUDE E FRATERNIDADE

(1926 — 1928)

* * *

Livraria Pacheco — Depositaria
Rua do Mundo, 79 - LISBOA

1924

Deus guarde a V. Ex.ª...

ROQUETE DE SEQUEIRA E COSTA

DEUS GUARDE A V. EX.ª...

Historia dos acontecimentos politicos em Portugal, que se seguiram aos relatados no livro SAUDE E FRATERNIDADE

(1926 — 1928)

* * *

Livraria Pacheco — Depositaria
Rua do Mundo, 79 - LISBOA

1924

Duas palavras ao leitor

No ano de 2025, após a derrocada dalgumas velhas edificações da Rua do Ferregial, no salvamento de cujos habitantes se distinguiu a brilhante Brigada de Bombeiros, curiosamente pesquizaram as ruinas os antiquarios do tempo, pois na cidade se estabelecera a lenda de que algures, naquela rua, contemporanea de argentarios judaizantes, se reunia uma seita de praticantes com ritos de magia branca nas horas negras de pobreza e de desgraça nacional.

Dos escombros do vetusto casarío retiraram os pesquizadores alguns restos de ornamentações e de paramentos femininos de mistura com outros que foram tidos pelos lidos em velharias como merecedores de darem entrada no Museu de Costumes *a que a mocidade do tempo apelidava de Museu dos Maus Costumes...*

O que, porem, deu ás pesquizas e aos achados uma imprevista notoriedade, fazendo sobre certa época uma nova luz, foi a descoberta duma velha arca em cuja tampa abaúlada se lia o seguinte distico: Arquivo da sagrada Causa. Documentos reservados.

Pensaram os investigadores, aguçada a sua

curiosidade pelo jornalismo de então, que no velho baú se encontraria emfim a monita secreta *da* «*Sociedade Nacional de Musica*», *titulo anodino com que os praticantes da velha seita tinham procurado sempre esconder o ritmo das poses plasticas executadas no conforto macio caracteristico das suas camaras rituais.*

Puro engano. Aberto o arcaz, nele se encontráram apenas documentos políticos do principio do segundo quartel do século XX, delicadamente dobrados e atados com fitilho de seda...

Os rebuscadores que já farejavam apontamentos para a edição dum livro que chegou a anunciar-se com o titulo de «O novo Kama Sutra», *tiveram que render-se á evidencia: as musicas, os ritmos daquela* Sociedade *ficariam para sempre desconhecidos dos homens do século XXI.*

Ganharam contudo os historiografos. O Arquivo da Sagrada Causa *continha apontamentos valiosos para a historia do Paiz, sobre os quaes se compoz o presente livro, respeitando a verdade que eles encerravam.*

Como áquela casa foram parar tão importantes documentos, absolutamente desconhecidos nas Bi-

bliotecas e arquivos publicos, não nos atrevemos aínda a terminantemente explicar.

Talvez grande parte dos homens envolvidos nos acontecimentos políticos da epoca tivessem pertencido á «Sociedade Nacional de Musica» com séde na vetusta rua. Talvez, banida a monarquia ou caído o ministerio Eduardo Burnay ali viessem acoitar-se os que não acompanharam na fuga de Peniche os régios exilados, e que nem para o Brazil em propaganda da Causa conseguiram seguir com os membros influentes do ultimo gabinete.

Ponto é este que ainda hoje se não pode dar por averiguado, deixando nós ás doutas academias de alem-Reno, (que doutamente historiaram os mistérios *da côrte do ultimo Kaiser) o esgotarem e profundamente elucidarem o assunto.*

Que esses investigadores cumpram o seu dever...

A' severa crítica da nossa época, desprevenida, como está, para a perfeita intelecção da historia daqueles episódios, lembraremos, no emtanto, o conceito lapidar de Edmond About, filósofo e humorista:

As coisas mais verosímeis, nem sempre são as que acontecem...

DEUS GUARDE A V. EX.ª...

Bosquejo da Historia de Portugal
desde o episodio monarquico de 15 de Novembro de 1926
(relatado no livro SAUDE E FRATERNIDADE
de Campos Monteiro) até ao 1.º de Dezembro de 1928

POR

UMA SOCIEDADE DE HOMENS DE LETRAS

Sob a direcção de

Felix Barbas e Caetano Perinhas

LISBOA 19..

I

O advento da « mocidade radiosa »

Tem sido tema varias vezes versado por escritores circunspectos, as situações em que os acontecimentos vão, por vezes, encontrar os individuos a quem o Destino entregou a direcção e governo de povos; e antecessores nossos teem distilado suculentas dissertações sobre o contraste entre os afazeres comesinhos que esses individuos interrompem e as elevadas missões em que são investidos ao entrarem de chofre pela larga portada da Historia.

Houve quem estivesse lavrando um campo quando emissarios do Senado da sua Republica o foram buscar, largando assim a rabiça do arado para empunhar o bastão de comando, e houve tambem quem estivesse puxando a sóga aos bois quando lhe anunciaram que tinha de guiar um carro bem mais dificil — o do Estado.

O sr. D. Manuel de Bragança, esse, entrava para o confortavel *lavatory* (segundo a eufemistica

designação inglesa do W. C.) do palacete de Fulwell Park quando, em 15 de Novembro de 1926— no momento preciso em que fazia anos, lhe foi entregue o telegrama de Lisboa convidando-o «a reocupar o trono dos seus antepassados».

— Que massada! Trono por trono preferiria este —monologaria S. M. a contas com os seus botões. E ao espirito de El-Rei, acostumado ao convivio nos logares onde a gente se diverte com a roda cosmopolita que habitualmente os povôa, Portugal apareceu sob o aspecto longinquo e semi-barbaro da «piolheira» paterna, inçada de carbonarios barbaçudos em permanente conjura contra os seus reis, e onde a vida dos monarcas está egualmente ameaçada — de morte pelas bombas ou, em alternativa, pelo... tédio da leitura dos artigos do sr. Moreira de Almeida.

Mas era mister tomar uma resolução, e o sr. D. Manuel, ao sair do *lavatory,* corajosamente atravessou as salas da confortavel residencia, em direcção aos aposentos da sr.ª D. Amelia. E' que, S. M. com aquela caracteristica decisão que tão fortemente vincava a sua personalidade, continuava a nada resolver, incumbindo disto sua Augusta Mãe.

A sr.ª D. Amelia, como boa Orléans nunca deixando de olhar o aspecto utilitario das coisas, autorizou-o a aceitar, sim, mas alvitrou condições muito praticas e terminantes no tocante á lista civil, a mencionar — e a impôr, no telegrama de aquiescencia.

O sr. D. Manuel dirigiu-se então à sua sala de trabalho, e redigiu o historico telegrama de aquiescencia que começava: «Como é para bem dos meus fieis subditos, aceito...»

E como quem num simples gesto decide de toda a sua sorte, premiu um botão de campainha. Apareceu um *groom*, correcto, de impecavel estilo.

— Leve isto ao telegrafo!

Estava, enfim, novamente rei: mas tomava Deus por testemunha da pouca vontade com que tornava ao «duro oficio de *reinar*»... longe de Cannes e dos *courts* da Côte d'Azur.

Mal disposto já, e ainda por cima fatigado pelo trabalho de redacção e do esforço mental a que não estava habituado, S. M. acercou-se da janela; durante um momento, contemplou aquela paisagem ingleza que lhe era familiar, toda em prados verdejantes salpicados de *cottages* e fabricas, cortada por estradas em perfeita esquadría. Assaltou-o uma saudade imensa; teve um assomo para dar contra-ordem ao *groom* e de mais uma vez mandar bugiar os seus incómodos partidarios.

.. Mas, que diria sua mãe? E ante este receio, curvou a cabeça, teve um fundo suspiro — e resignou-se a ser rei.

Sem ruido, como uma sombra, o escudeiro ia e vinha, nos seus sapatos de sola de feltro, despejando a êsmo, sobre a mesa de trabalho, rimas de telegramas de «fieis subditos» felicitando-o e mendigando emprêgos, solicitando titulos e pedindo autorizações para darem o seu nome a filarmónicas várias—e até a uma marca de pomada para unhas e mais coisas encravadas.

— Que séca! — exclamaria S. M. ao tempo que deixava a janela e lia ao acaso alguns dos telegramas.. Um houve, todavia, que lhe prendeu mais a atenção. Rezava, entre outras coisas: *Venha Vossa Majestade e depressa. Mas tome muita conta em vir*

inteiro para desfazer suspeitas que mal intencionados lançaram sobre a augusta pessoa de V. M.

O sr. D. Manuel empalideceu; resolveu logo ali tomar na devida conta este aviso, interpretando-o á luz da sua comprovada coragem, e como pessoa que não tinha empenho algum em chegar a Lisboa em fanícos . . . .

Mas, imediatamente — apresentou-se-lhe o problema: . . . .

Como ir para Portugal? O caminho de ferro, sim, era o meio mais pratico e usual; mas um descarrilamento é coisa tão facil de provocar!

Depois de pensar, um momento, numa viagem em submarino e de examinar as possibilidades duma entrada triunfal em avião, metendo assim num chinélo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, S. M. ponderou que o mar era fundo, que os ares muitas vezes andam turvos em Portugal e poz definitivamente de lado estes meios de transporte, como pouco seguros.

Ocorreu-lhe solicitar do governo inglês um navio de guerra que o conduzisse a Portugal — mas logo abandonou tal ideia, pela simples razão de que, tendo a Inglaterra prestado já homenagem semelhante a um presidente da Republica, esse alvitre pareceria uma imitação, deprimente para um ungido do Senhor. . . . .

Alfim, resolveu S. M. fazer a viagem, com sua Augusta Esposa (de verdadeiro nome Augustine ou Agostinha), burguezmente, e de paquete.

Mas, para maior segurança, viajaria incognito... e disfarçado. Assim, nenhum carbonario seria capaz de descobrir a bordo a sua augusta presença dentro dumas suiças de mordomo de casa rica, oculto o olhar por oculos fumados...

E foi assim que o sr. D. Manuel entrou a barra do Tejo, escoltado o paquete que o conduzia por inumeras embarcaçoes dentro das quais reboavam os «vivas» triunfais dos seus mais impacientes subditos e de onde adejavam os lencinhos das suas mais inconsolaveis admiradoras, as da velha guarda da viagem ao Porto e as da já tambem longinqua data de 1910...

O local para o desembarque de S. M. não foi de facil escôlha. Começaram já aí a manifestar-se as dissidencias que tão largo papel tiveram na historia politica da Restauração.

Houvera quem lembrasse o desembarque na Ericeira; ideia inconsistente para a maioria dos monarquicos — aos quais, «para Ericeira, bastára a primeira». Prevaleciam assim os alvitres do desembarque em Belem, ou no Caes das Colunas perfilhados — o primeiro, pelos miguelistas e integralistas, e o segundo, pelos constitucionalistas. Venceram os primeiros, com o argumento do mau agouro dos desembarques no Terreiro do Paço, desde o 1.º de Fevereiro de 1908...

Triunfantes, iam assim os miguelistas encontrar argumento em apoio do *Rei chegou*, como hino nacional, na celebre contenda dos hinos, a que oportunamente nos referiremos. O certo é que, procurando-se um terreno de conciliação para a escôlha do hino para a recepção d'El-Rei, rejeitado o da Moita que pareceu logo subversivo, e conhecidas as preferencias musicais do monarca, foi ao som da *Alma de Dios* «atacada» em andamento de maxixe, pelas filarmonicas e bandas, que o sr. D. Manuel poz de novo pé — e o direito, por causa das duvidas — em terra portuguesa.

Mal S. M. desembarcára da galeota acompanhado da Rainha e do sr. Aires de Ornelas, este duma vermelhidão sugestiva como se já tivesse jantado, foi-lhe disparado á queima-roupa o primeiro discurso: o sr. Oriol Pena em nome da Junta Monarquica dava-lhe as boas vindas, num arrazoado que S. M., ainda meio enjoado, mal ouviu e, ao qual, ancioso por chegar ao Palacio, interrompeu o fio com um familiar:

— O vélhinho, estás a vêr ó viroscas: evita lá *isso!*

Um calafrio percorreu as menos protocolares medulas, mas logo alguem da Causa explicou que aquele familiar estribilho provinha do habito das escolhidas leituras de El-Rei.

Com efeito, o sr. D. Manuel, para não perder o contacto com o movimento literario e filosofico de Portugal, durante o seu exilio jámais deixara de lêr com o proveito que bem manifesto se via, duas vezes por semana — *Os Ridiculos.*

Logo dali dirigiram-se Suas Magestades sob o pálio até ao *Te Deum*, cantado nos Jeronimos de onde préviamente haviam sido tirados, afim de serem lançados ao mar, os restos mortais de Guerra Junqueiro e de Teofilo Braga. Foi imponente o cortejo, de que fez parte obrigatoriamente o sr. Dr. Antonio Cabreira, simbolo de academica sabedoria, que ostentava com a banda do grão-mestrado da mui fiel Ordem de Santa Maria do Castelo, a placa maxima da Academia das Sciencias de Portugal, em publica demonstração da neutralidade da Sciencia, eterna ante as mesquinhas lutas de vãs rivalidades politicas e a efémera transitoriedade dos Regimes...

E foi assim que o sr. D. Manuel II tomou, de novo, contacto com o reino dos seus avós, instalando-se provisoriamente, visto as Necessidades estarem infectadas de demagogismo, no Palacio da Ajuda, que foi imediatamente guarnecido por numerosas forças militares.

A *Junta Governativa provisoria*, incumbida da regencia do reino fôra constituida pelas seguintes personalidades:

Presidencia e reino — Aires de Ornelas;
Fazenda — A. Teles de Vasconcelos;
Guerra — Alvaro de Mendonça;
Marinha e Ultramar — Azevedo Coutinho;
Justiça e eclesiasticos — Paulo Cancela de Abreu;
Estrangeiros — Espirito Santo Lima;
Obras publicas — Conde de Arrochela.

Para a *Instrução publica e belas artes*, o «Diario da Junta Governativa», numa natural confusão de nomes, indicava o senhor João Maria Sevilha. Ficava-se assim na duvida sobre se o titular em questão era o poeta, ou o seu conhecido cavalo. Uma nota oficiosa logo se apressou a esclarecer o publico: não dizia respeito ao poeta, tal nomeação.

A maledicencia nacional prestes começou a crivar de epigramas o novo governo e a insinuar que não eram aquelas as figuras mais proprias para afrontar a gravidade do momento.

Se a escolha fôra má, não teria sido, certamente, por falta de monarquicos.

Estes em breve eram legião: e para aumentar-lhe o numero empregou-se a «maneira forte» quando os meios suasorios não foram suficientes.

Houve algumas cabeças partidas: mas como se tratava de más cabeças — nada se perdeu.

Foram escaqueirados varios estabelecimentos — averiguou-se porém que, por curiosa coincidencia, os seus proprietarios eram tambem todos partidarios da demagogia: a culpa, foi toda dêles, como provado ficou.

Em compensação, alguns dedicados monarquicos, proprietarios de modestos quiosques, encontraram-se de repente em condiçoes de poderem montar luxuosos estabelecimentos, e do que deixaram de ganhar com os quiosques tiraram logo boa desforra com instalaçoes bem mais apresentaveis e asseadas...

A isto chamou, com graça, o antigo deputado Carvalho da Silva: «o saneamento da propriedade», operação que realmente se impunha — após a da limpeza, nos diferentes serviços do Estado, de tudo quanto cheirasse à negregada demagogia.

Dentro em pouco a maioria do país apareceu monarquica.

Crescia a onda a ponto tal que, ao vêr o elevado numero dos que se acolhiam ao calôr do novo sol que despontava, ficava toda a gente boquiaberta: ninguem supunha que em Portugal houvesse tantos monarquicos. E tamanha foi a estranheza que, passados dias, a revista monarquica *Acção Nacional* que dispunha agora dum subsidio pela verba destinada á instrução publica, num artigo que deu brado, sob o titulo — «Quem são os acionistas?» — tocava já a unir os fieis «historicos» da Causa, em risco de serem prejudicados pela onda da *adesivagem*...

O regime restaurado, vinha com efeito, anima-

do de justiceiras ideias de vingança, bem explicaveis pela irritação de 16 anos de ostracismo: quem não se sentia com disposições para perseguido ou para ficar indiferente perante a ideia de ser desalojado da mesa do orçamento do Estado, só tinha uma cousa a fazer: aderir.

Todos os tarados e cadastrados que a Republica recusara colocar, ou que afastara por medida disciplinar, até a vasa dos tribunais comuns, apresentaram-se em massa como perseguidos pela «demagogia» fazendo jús aos logares tornados vagos pela rêde varredora com que o regime restaurado, dizia-se, afastaria todos quantos tivessem pécha de republicanismo.

Viram-se as mais curiosas profissões de fé monarquica, até de creaturas que haviam desempenhado cargos de destaque na Republica e agora invocavam o seu remoto passado de monarquicos, o terem mesmo tomado parte nas primeiras conspirações, e exibiam numeros de «magazines», onde figuravam ao pé — e aos pés — dos Reis; alguns faziam mesmo valer os maus serviços prestados ao Estado Republicano como o melhor auxilio que poderiam ter prestado á causa monarquica.

Não foi das menos vivas a sensação produzida pela pública adesão á Monarquia da maior parte dos elementos sidonistas, e com êles, varios cidadãos que durante muito tempo se tinham afirmado republicanos, combatendo, todavia, as leis da Republica e colaborando em todas as campanhas de descredito contra os seus homens de govêrno, profissionais dum descontentamento que se traduzia pela fórmula — «Republica, sim; mas não esta, que só Demagogia se pode chamar»... Fazia-se emfim

a paz nos seus conturbados espiritos. Era esta a «republica» com a qual eles havia muito tempo sonhavam...

*

* *

Após a chegada de El-Rei, a Junta governativa, que já bastante trabalhara, redobrou de ardor no que ela chamava — pôr a casa em ordem. As primeiras medidas que ocuparam a atenção do governo de Sua Magestade tiveram por fim galardoar alguns dos seus mais fieis servidores — a começar pelos menos susceptiveis de ficar calados. Não foi surpresa para o publico a publicação do seguinte decreto com força de lei:

«Considerando a necessidade da Monarquia recompensar os seus servidores;

Considerando que a remota antiguidade do imposto de capitação (do latim, *caput*, cabeça) o torna digno de ser considerado em perpetuo vigor;

Considerando que entre os meus mais fieis subditos é elevado o numero dos que de ha muito enfileiraram entre os mais assiduos atiradores da corôa;

Considerando que ha bastante tempo já que o meu amado vassalo Alfredo Pimenta exerce de facto, se não de direito tais funçoes;

Considerando que é do Meu Real Agrado darlhe publico testemunho da minha consideração;

Quero que valha como lei o seguinte:

Artigo 1.º — E' criado para defesa da Causa Monarquica o «Real Instituto dos Atiradores da Corôa», o qual terá anexo um cofre.

Art. 2.º — Deste cofre sairão as importancias necessarias para ocorrer à manutenção e compra de livros e luvas do sr. Alfredo Pimenta que fica desde já nomeado intendente-mór desse Real Instituto.

Art. 3.º — A receita do cofre é constituida por um imposto de capitação cobrado em harmonia com as posses de cada individuo que tenha afinidades com qualquer das seguintes correntes politicas : — anarquista ; republicana ; monarquica ; fascista ; integralista ; neutra.

Art. 4.º — O intendente-mór fixará *pro rata* a cota que cada contribuinte deverá pagar, e administrará livremente as receitas do cofre, sem obrigação de prestar contas.

Art. 5.º — O intendente-mór fica autorisado a mudar de credo politico logo que a materia colectavel da agremiação se mostre prestes a esgotarse, passando o imposto a ser pago, nas mesmas condições, pela nova agremiação a que o intendente-mór se encostar, e assim sucessivamente.

§ unico — Esgotada a capacidade tributaria de todas as supra-citadas agremiações politicas, se outra não aparecer em que o intendente-mór se possa filiar, voltará a ser tributada pela 2.ª vez a agremiação que fôr para tal fim por ele designada,

Art. 6.º — Enquanto o Intendente-mór estiver filiado em qualquer partido, elogiará os correligionarios e atacará os adversarios.

§ unico — O elogio será directamente proporcional ao imposto pago.

Art. 7.º — Toda a correspondencia será oficial, devendo todo o papel nela usado ter o emblema do Instituto — um asno carregado de livros (visto o

môcho estar excessivamente vulgarisado), tendo em volta as iniciais R. I. A. C.

Art. 8.° — Fica revogada a legislação em contrario.

Dado nos Reais Paços da Ajuda, em 20 de Novembro de 1926. — REI. — *Junta Governativa.*

Esta nomeação levantou imprevista dificuldade.

Houve que contentar Homem Cristo Filho, caixeiro viajante da intelectualidade nacional que, recemchegado do Estrangeiro, fazia valer os seus direitos ao logar de intendente-mór do Instituto de Atiradores da Corôa...

Felizmente estava ainda vago, nessa ocasião, o cargo de Procurador Geral da Corôa — e foi com ele que se tapou a bôca ao talentoso e ousado homem de letras.

II

As primeiras dificuldades

Evidentemente que o rei já não era a «mocidade radiosa» com que muitos ainda sonhavam. O bigode farto, embora tosqueado á americana, as faces palidas, de uma palidez que o mêdo tornava permanente, os modos asperos, denunciando a sua longa estadía na Inglaterra, a linguagem, impregnada de giria, mercê da atenta leitura de *Os Ridiculos*, as olheiras fundas, em consequencia das aturadas vigilias, sempre com receio de uma revolução, sempre na prespectiva de um rapto — tudo se conjugava para que a aura de simpatia deixasse de bafeja-lo.

O *Diario de Lisboa*, pela pena castiça do padre Joaquim Manso, debalde procurava afastar as más impressões, realçando a predileção de Sua Majestade, o seu gosto pelas festas religiosas.

Artur Portela, já secretario da redação e agora *todo amôr* pelas reportagens «á sensation», publicá-

ra mesmo uma entrevista com o rei, no referido jornal, que, a par de uma grande surpreza, produziu um formidavel escandalo — porque nela se afirmava estar D. Manuel na disposição de reconhecer os direitos de D. Nuno, e de distinguir com titulos honorificos alguns dos seus partidarios. E o entrevistador insinuava que aos advogados Pinto Coelho já estavam destinados os titulos, ficando o pai Marquês de Pinto (Quatrocentos e Oitenta) e o filho Conde de Coelho (Porcalhota).

Estas afirmações levantaram clamores, provocando a explosão das más vontades até ali contidas por uma questão de simples espectativa.

Rompeu o fôgo dos protestos o velho jornalista Camara Lima no *Beco do Esfóla Só*, titulo pelo qual substituira no novo jornal «Monitor da Tradição», a sua antiga cronica do «Correio da Manhã»: *Beco do Fala Só.*

Essa cronica do Bêco dava bem a medida de irritação que o fisico e a atitude do rei causára em certos dos seus subditos.

Um trecho, ao acaso:

> «Sua Majestade, com magua o dizemos, aparenta claros sintomas de excessos. É necessario que o Mordomo Mór afaste as impertinentes, porque não faz sentido que tão lamentavelmente se esqueça de que o seu aspecto menineiro o tornava assás simpatico a todos nós. Esfalfando-se sem maior proveito, mal vae á sua mocidade, que, mau grado nosso, teremos de classificar de «irradiosa» e menos meiga — porque era meiga que a apeteciamos».

Por sua parte, o orgão dos futuristas, novo partido do regime em que tinham ingressado os estudantes monarquicos, desde os que frequentavam o liceu até aos das bancadas universitarias e de cuja Direcção — Administrativa (assim se intitulava o seu alto corpo dirigente) faziam parte o ex-anarquista Dr. Anibal Soares e o poeta e antigo jornalista republicano Dr. Alfredo Pimenta ainda não reconciliados daquela refrega de Dezembro de 1923, em que o segundo ia fomentando uma scisão no partido manuelista por não concordar com a orientação que o primeiro estava dando ao *Correio da Manhã*, de que então era director, o orgão dos futuristas, diziamos, atirava-se desabridamente a Aires de Ornelas, nomeado Intendente Geral do Reino e Administrador da Serenissima Casa, porque voltára a estabelecer-se a confusão dos dois erarios: o da Fazenda Nacional e o da Casa de Bragança.

Ornelas era acusado de ter traido, mais uma vez, a sua palavra, faltando ao compromisso de colocar, na Administração Geral dos Palacios, Obras e Camaras Reaes, duas creadas de servir que os drs. Soares e Pimenta, pela enorme desvalorização da moeda, não podiam manter ao seu serviço.

Os tradicionalistas respondiam no seu jornal *Estafeta da Manhã*, a que os inimigos chamavam «Estafermo da Manhã», afirmando que faltava autoridade a Soares e Pimenta, aliás inimigos irreconciliaveis para acusarem quem quer que fossee, num dos seus sensacionais *sueltos*, atiravam este remoque:

> «Se o sr. Pimenta não póde pagar á creada, descalce, ao menos uma vez na vida, as suas aparafusadas luvas sujas e abani-

que o fogareiro, porque não fica mal a um intellectual de trez ao vintem, fazer uso de um objecto de muito mais valia. Talvez até isso lhe seja proveitoso, visto que tão mau uso está fazendo da sua penna de jornalista o senhor Intendente-Mór dos Atiradores da Corôa».

Almada Negreiros, numa caricatura parodiando uma outra de Bordalo Pinheiro que ficou celebre, apresentava Aires de Ornelas transformado em porca, sugando-lhe as têtas os tradicionalistas mais em evidencia, como Afonso Lopes Vieira, recentemente nomeado director geral da Inspecção dos Climas Maritimos, com séde em S. Pedro de Muel, antiga residencia do proprio director, Antonio Sardinha, inspector das Pescas do Alto e Vigilante dos Cêrcos da Costa, a quem Negreiros espirituosamente chamava «Sardinha da Costa», que não tendo conseguido afogar Cartago no Mar da Mancha .. limitava-se a vêr levantar os cêrcos.

A simpatia do antigo logar-tenente do rei pelos tradicionalistas cavava ainda mais fundo as dissidencias que se tinham esboçado desde as primeiras horas da restauração, por causa da escolha do hino.

Desenhava-se nitidamente a fobia dos supermonarquicos pelos neo-monarquicos.

Entre uns e outros, proclamando a falencia dos Braganças por falta comprovada de descendencia, agitava-se a bandeira revolucionaria dos partidarios de D. Aldegundes, e do seu pupílo, cuja excelencia de procreador era cantada em todos os tons.

Pelas esquinas apareciam frequentemente vistosos cartazes, com os retratos de D. Nuno, de D.

Aldegundes e da próle, com estes dizeres por baixo: *«com garantia de sucessão.»*

Isto enraivecia sobremaneira os tradicionalistas e punha em serios embaraços os futuristas, ainda fieis à dinastia brigantina, na esperança de se alcandorarem ao poder após as eleiçoes, que vinham sendo anunciadas como necessarias para se aquilatar da opinião do país.

Grupos de tradicionalistas e de futuristas, auxiliados pela Guarda Real, corpo de tropas escolhidas que substituira a Guarda Republicana, apressavam-se em arrancar das paredes os provocantes e simbolicos cartazes, que logo no dia imediato reapareciam, mais numerosos e contundentes.

Desta luta cruel, que procurava atingir o rei na sua mais intima função, nasceu o partido *Das da Rainha,* erupção natural do patriotismo das monarquicas portuguesas.

Ao lado de D. Agostinha Vitoria, um aguerrido regimento de amazonas formou o novo partido, constituido por todas as monarquicas solteironas, viuvas sem filhos, divorciadas sem descendencia e ainda as que tinham feito voto de castidade, colocando-se sob a égide do Galaaz.

As fobias partidarias, os odios que já na Republica haviam desautorisado muita gente honesta, não poupavam a essencia do regime monarquico, atengindo a personalidade do rei, e, peior do que isso, a da propria rainha; tão irritantes elas se mostravam, tão frequentes eram as discussoes sobre a falta de descendencia real, que o caso foi tomando as proporções de acontecimento historico, apaixonando o país a tal ponto, que uma comissão de monarquicos portuenses, chefiada pelo escritor Campos

Monteiro, que se notabilisára como cronista da *débacle* republicana, aterrorisada com essa critica derrocada que se previa por virtude de tão preocupante falta, apareceu no palacio de Mafra, onde o rei viera a fixar residencia, atraído pela conveniencia da proximidade dá Ericeira, afim de lembrar á Majestade aquele grave perigo que envolvia e ameaçava o futuro da monarquia — alvitrando que talvez o caso se pudesse resolver pelo processo, que estava assombrando o mundo inteiro, de um enxerto com glandulas de macaco.

O rei, porém, que recebera friamente a comissão, extranhou-lhe o intempestivo conselho, expondo os seus receios:

Se, pelo fatal enxêrto, viesse uma próle tão numerosa como a de certa familia real, onde o erario que resistisse a tantos encargos de dotação?

Não. Sua Majestade, economico por educação, receioso por indole e triste experiencia da vida, agradeceu o interesse, ofereceu aos comissionados o seu retrato, em gravura sobre papel *couché,* de que mandára fazer uma larga tiragem para estas dádivas em momentos solenes, e autorisou a que atravessassem a Tapada, para mais rapidamente atingirem a estação do caminho de ferro, indicando assim, numa amavel subtileza, que com muito aprasimento os veria pelas costas.

Desapontados, os monarquicos portuenses saíram cabisbaixos, bem radicada no seu espirito a convicção de que o rei tinha medo de tudo... até de um esforço para garantir a sucessão.

Conhecidos os resultados da infeliz e malograda *démarche* surgiram mais activas e audazes, verdadeiramente desprimorosas, as campanhas da imprensa.

A *Epoca*, cujo director pretendia ser elevado a cardeal patriarca de Lisboa, desancava o rei num flagrante desmentido á apregoada caridade cristã.

Moreira de Almeida, para fazer esquecer as palavras de esperança com que no *Dia* saudara o advento da Republica em Outubro de 1910, lançou propositadamente á publicidade *A Noite*, no unico intuito de defender o rei, escrevendo no artigo de apresentação do novo diario:

> «De noite reflecte-se melhor. De noite concentra-se melhor o espirito para encarar friamente o tumultuar das paixões que assoberbam as almas durante o dia. Por isso aqui nos tem o Rei como humilde *mas sincero* servidor».

A isto respondeu *A Epoca* chamando a Moreira de Almeida: — «Gata parda».

O *Seculo* e o *Noticias*, sem hostilisarem o Regime Restaurado (assim se denominava a nova monarquia) denunciavam, na sua larga informação, este mal estar evidente, resumindo em meia duzia de linhas de corpo 6 as noticias do que se passava, ao mesmo tempo que insinuavam, em largas parangonas, a conveniencia de se estabelecer um novo regime cerealifero, pelo qual a moagem pagaria o trigo a dez tostões o alqueire (dez tostões que na epoca equivaliam a quatro vintens e meio) vendendo o pão, a massa e as bolachas pelo valor em esterlino, com a libra a dois contos e quinhentos.

A *Palavra*, orgão do partido republicano catolico, ao tempo dirigida por Trindade Coelho filho, antigo colaborador de *A Epoca*, que abandonára

por entender que *Nemo* era demasiadamente radical e candidato ao cargo de Fiscal Geral dos Contadores Relapsos, defendia as prerogativas religiosas, publicando artigos laudatorios em que se preconisava o regresso á tradição, pela pratica dos *bons* usos e evocação dos *bons* costumes, devendo assim reconstituir-se a muita antiga procissão de S. Jorge.

A *Palavra* chegou mesmo a abrir nas suas colunas uma subscrição publica para a compra de uma nova tarracha para aparafusar o santo ao cavalo.

Os fermentos de dissidencia, porem, acumulavam-se num crescendo assustador.

O seu auge foi marcado pela constituição da Liga D. Manuel II, no Porto.

Na ansia de defender o monarca das *blagues* e acerbos comentarios com que o flagelavam os membros da comissão que o procurára em Mafra, despeitados pelo insucesso da *démarche* conducente a levar o rei à enxertia, resolveram, numa assembleia geral que ficou historica, oferecer a Sua Majestade uma estatua em ouro, de tamanho natural.

As opiniões dividiram se quanto à forma da estatua, porque uns queriam que representasse o rei a cavalo, o que agravava o custo, outros desejavam que o figurasse a pé, e a maioria optava porque se fundisse na posição de sentado numa cadeira que, por economia e recordação historica, devia ser feita com as cavernas do barco que tomou na Ericeira para o conduzir a bordo do hiate «Amelia» em Outubro de 1910 — o que seria tambem um sugestivo exemplo para que não tornasse a abandonar tão facilmente o seu posto.

Este alvitre foi combatido á *outrance* pela fac-

ção capitaneada por Homem Cristo filho,—o super-civilisado que defendia a conservação integral do Museu da Revolução, para que «o estrangeiro pudesse a todo o tempo admirar aquilo a que ele chamara: «la barbarie portugaise au vingtiéme siécle».

Houve quem alvitrasse que, para economia no custo, se fizesse a estatua em prata, aproveitando-se a do dr. Afonso Costa, que pela Traulitania tinha sido roubada de casa do industrial Carneiro, á rua Costa Cabral e, até então, guardada no sótão de um dos da liga.

A sessão, porem, terminou sem que o assunto ficasse resolvido e a noticia do facto, transmitida telegraficamente para o palacio de Mafra, desagradou sobremaneira ao rei e á côrte. já reciosa — o receio era c seu estado de espirito permanente — do caminho que a causa monarquico levára, graças á dedicação e acendrado patriotismo com que todos os partidarios procuravam servi-la.

Depois a *Epoca* continuava flageladôra.

José Fernando de Sousa, desmentindo o seu pseudonimo de *Nemo,* queria á viva força ser alguem e, despeitado por não terem ainda resolvido a sua elevação a Patriarca, mandando para Roma a necessaria indicação, ridicularizava tudo e todos, desde a Companhia de Moagem, para cuja direcção entrara o padre Fiadeiro, por imposição do Paço, até aos ministros da Justiça e Cultos, Estrangeiros, palacianos de posição ou subalternos etc.

Por fim não poupava o proprio rei, atribuindo á sua falta de respeito e inspiração pelas doutrinas de Cristo o facto de trazer todos os monarquicos apavorados com a descrença em se conseguir um herdeiro para o trono.

O artigo que em Janeiro de 1927 publicou na *Epoca*, com o titulo: *Crescit et multiplicamini* e no qual comentava, no seu carrilado estilo de engenheiro dos caminhos de ferro, as dissidencias dos da Liga D. Manuel II sobre a escolha de posição para a estatua do rei, fez sucesso e regista-se ainda hoje como um dos mais demolidores e sintomatico do espirito de dissolução monarquica — catolica daquela epoca.

São desse artigo estas frases, contundentes e ferozes, altamente significativas e comprometedoras para o prestigio do então chefe do Estado:

> «Estatua de ouro, projectam os do Porto! Mais eloquente seria se lhe puzessem pés de barro, simbolicos de toda a vaidade e orgulho dos Poderosos da Terra que esquecem o temor de Deus!»

De sua parte *O Socialista*, orgão do partido que lhe dava o nome, dirigido pelo antigo ministro da Republica, dr. Amilcar Ramada Curto — porque ainda não fôra permitida a reaparição de jornais caracterisadamente republicanos — chamava ao rei «objecto anti-social», demonstrando que assim era, porque se recusava oferecer á monarquia um fructo porque ela tanto ambicionava.

O irreverente jornal de caricaturas *O Riso*, apreendido no seu primeiro numero e suspenso no imediato, por ordem do governador civil D. Raimundo Jorge Daupias (Alcochete) — colocado á frente do distrito porque a rainha dissera que no governo civil devia estar uma flôr — Eduardo Faria, caricaturista desse *Riso*, tão irreverente como

diabolico, atribuia ás frequentes visitas que D. Manuel fizera a Paris o mal de que enfermava o caso tragico da sucessão, e pintava-o em extravagante postura ante uma deusa.

A agravar esta situação de desrespeito e de irreverencia, veiu o facto de tudo ser conhecido no paço de Mafra.

A caricatura do *Riso* foi o pômo de discordia entre os regios conjugues, porque deu origem a uma grande scena de ciume, facto que pela primeira vez foi notado pelos intimos da familia.

Esta manifestação intra-muros do palacio e os ecos do que entre monarquicos se vinha passando, trazia inquietos todos os aulicos.

Reuniam-se frequentemente em demorado conselho.

Os camaristas e os camaroeiros previam borrasca e procuravam, conforme dizia a «Nota Politica» do *Jornal de Notícias*, evita-la, até por interesse proprio.

O prestigio do rei estava em perigo e, com ele, o da propria monarquia.

Como em 1640 reuniam-se os fidalgos, não para libertar a Patria do jugo estrangeiro, mas mais comesinhamente para garantir o trono a um principe de sangue estrangeiro e a uma princesa autenticamente estrangeira.

No fundo, a questão parecia derivar de vaidades mal feridas, ambições não satisfeitas.

Porque não ir ao encontro dessas vaidades e dessas ambições, satisfazendo-as até onde fosse necessario?

Estava nisso o sossego do presente.

Residia em tão facil coisa a garantia do futuro.

Subrepticiamente foram chamados ao palacio de Mafra, aqueles que se sabia serem os mais descontentes.

Capciosamente interrogados, confessados mesmo com uma certa habilidade pelo padre Gonzaga, que para tal fim viera do Brasil, onde estava tratando da transferencia do antigo convento do Varatojo para a primitiva instalação, as suas declarações confirmaram todas as suspeitas lealmente transmitidas pelos velhos fidalgos ao novo rei.

Existiam despeitos que, no fundo, revelavam vaidades insatisfeitas.

Assim, Anibal Soares desejava ser Duque do Penedo da Saudade, como recordação dos seus tempos de estudante anarquista e Alfredo Pimenta conde do da Meditação, por entender que a isso lhe dava todo o direito a sua enorme bagagem de livros filosoficos.

Campos Monteiro ambicionava o titulo de «Cronista Mór do Reino» e *Nemo* desistiria de ser Cardeal Patriarca de Lisboa se o nomeassem embaixador junto do Vaticano, com o titulo de Marquês de Via e Obras, por via das inumeras obras ferroviarias e literarias com que honrára o regime, na sua larga vida de apostolo da Causa.

O resto era pouco mais ou menos... embora se tratasse de gente que queria ser de algo.

Concordaram então os velhos nobres em abdicar dos seus vetustos pergaminhos, consentindo em que se instituissem novas gerações de fidalgos, para assim se atenuar o descontentamento tão exuberantemente manifestado e disso deram conhecimento a Sua Majestade, por intermedio do mais cotado — o duque de Palmela.

Esta subserviencia foi logo explorada pela *Epoca*, que numa sensacional entrevista com o capitão Dornelas, procurava demonstrar o que tinha de simbolico e de significativo aquela escolha de Palmela, para desde logo se poder aquilatar da importancia que ligariam aos novos titulares.

No entanto a Junta pedia a demissão pornão concordar com conspirações palacianas...

Paiva Couceiro foi chamado a chefiar o primeiro governo constitucional, que ficou assim organizado:

Presidencia e reino — Paiva Couceiro.

Justiça e eclesiasticos — Dr. Fernando Martins de Carvalho.

Fazenda — Conselheiro Rodrigo Pequito.

Estrangeiros — Luis de Magalhães.

Guerra — General medico Abel de Campos.

Marinha e ultramar — Conselheiro Antonio Cabral.

Obras publicas—Conselheiro Vasconcelos Porto.

Tal foi o ministerio denominado — dos «jarrões». A Monarquia Restaurada apresentava com ele o seu mais escolhido *elenco*: o da velha guarda que preferiria morrer a render-se á detestavel Demagogia.

III

Implantação da Monarquia na Provincia

Foi numa manhã de Novembro, nevoenta tal como a da ressurreição de D. Sebastião, que o Porto recebeu a noticia do que o pronunciamento militar tivera o seu lógico desfecho com a proclamação da Monarquia em Lisboa. A principio poucos acreditaram nela.

O proprio Anibal de Morais, a quem a criada, antiga «conversada» dum guarda municipal, fora levar a novidade á cama a que o ilustre jornalista recolhera de madrugada, exausto de fatigante trabalho mental, recusara acreditá-la, e á cautela não a fez inserir na escrupulosa e imparcial informação do seu *Jornal de Noticias*.

Era verdadeiro o boato: logo apareceu a confirmação. A monarquia em Portugal tornara-se um facto graças ás dissenções dos republicanos. A' medida que á estação de S. Bento chegavam passageiros de Lisboa, foram sendo conhecidos os aconte-

cimentos nos seus pormenores. Os monarquicos portuenses, nos locais de reunião das proximidades, não se manifestaram com grandes exteriorizações logo de comêço: poucos deram os seus nomes, escarmentados pela experiencia dos 24 dias da Traulitania de 1919 e pelos comunicados de Solari Alegro, afirmando que nunca mais se veria a Republica em Portugal.

Não foi de admirar portanto, a falta de entusiasmo, mas os monarquicos portuenses não quizeram que a segunda cidade do reino deixasse de celebrar estrondosamente a restauração do regime. Fez-se uma brilhante manifestação noturna com um «Zé Pereira», algumas duzias de gatos pingados de cerimoniosa e luzente cartola e de moços de fretes empunhando archotes pagos pelo banqueiro José Augusto Dias — que modestamente pediu que a oferta se não tornasse publica.

Os jornais do dia seguinte deram a noticia ainda a mêdo; Bento Carqueja recusou desta vez a publicação no *Comercio do Porto* duma nota oficiosa dando conta da existencia dum entendimento entre Portugal e Espanha para sufocar qualquer tentativa do restabelecimento do regime republicano. Foi muito comentada a recusa, e atribuida ao facto de Luís de Magalhães não fazer parte da nova Junta Governativa.

O *Jornal de Noticias,* esse era francamente pelo novo regime. A' grande massa de «sopeiras» suas leitoras não era indiferente o valente soldado da Guarda Republicana; mas os municipais — os *mancipais* nunca haviam sido esquecidos por completo. A gazêta tinha pois que acompanhar os tempos...

O *Janeiro* limitava-se a publicar noticias e anun-

cios; a *Tribuna livre* de Guedes de Oliveira, desaparecêra. O dr. Campos Monteiro fôra indigitado para dirigir o jornal, mas a Empresa recusara-o.

A Tribuna e *A Montanha* afixaram avisos de que suspendiam a publicação e foram retirando das suas instalaçoes o que mais valioso tinham — na previsão de assaltos, que não se fizeram esperar.

O Porto resolvera não deixar de constituir tambem uma Junta Governativa do Norte, mas a atmosfera de incertesa em que ainda se vivia, dificultava a sua organização. Pensou-se primeiramente em Paiva Couceiro, mas este parecia que ainda não parara após a manhã de 13 de Fevereiro, olhando sempre para traz, receoso, mesmo depois de estar em terras de Espanha, onde se dizia que o Paladino tinha alucinações vendo tudo vermelho e verde — desde o bife com esperregado que lhe serviam nas *fondas*, até ás proprias peúgas que calçava. As pessoas que com êle haviam falado contavam que continuamente monologava, cávamente, o «canto do cisne»: «São destituidos de fundamento todos os boatos que correm, destinados a desmoralizar a opinião pública e que são obra dos inimigos... A nossa acção vai-se desolvendo metódicamente e com segurança... O decreto sobre boateiros vai ser aplicado com rigôr...» E terminava fazendo para si proprio o comentario: «E ao meio dia desse fatídico 13 fui eu quem teve de dar sêbo nos calcanhares!»

O conde de Azevedo, mandado chamar, telegrafara, do seu solar de Monsão: «Sou gato escaldado...»

Lembraram-se tambem do Conde de Paçô Vieira; convidado para a Justiça, escusou-se pretextando doença, mas confidenciando a um amigo:

— Isto é sol de pouca dura...

Foi devido a todas estas dificuldades que a Junta ficou apenas com três membros: Presidente, o dr. Antonio Pereira de Sousa, antigo director da *Patria*, advogado expedito e de larga envergadura e por isso muito conhecido em Portugal e no Brasil, que se encarregara dos assuntos do Reino, Instrução e Justiça; vogais, o coronel Espirito Santo que, como tecnico e entendido na administração de dinheiros, assumira a gerencia das Finanças, Obras publicas, comercio e industria, e o coronel Silva Ramos em cujas mãos os expedientes da Guerra e da Marinha não se complicariam, habituado como estava, desde a sua permanencia entre os bombeiros a deixar tudo -- «rapidamente localizado».

Alguem lembrara ainda Solari Alegro: mas as notas oficiosas da Traulitania haviam grangeado tal descrédito ao seu mavioso autor, que era natural que ninguem agora o tomasse a sério. No entanto, êle seria o espirito orientador dos trabalhos da Junta: os seus principios seriam mesmo reduzidos a maximas pelo dr. Campos Monteiro na dupla qualidade de Rui de Pina deste novo reino e de director da publicação humoristica *Diario da Junta Governativa do Norte*, cargo em que perfeitamente á vontade se encontraria o seu reconhecido espirito.

Para governador civil do Porto, a Junta nomeou José Baldaque Guimarães — vista a incompatibilidade de Alberto Margaride para tal cargo depois daqueles fortes «cumprimentos» em série, que em tempos o dr. Santos Silva lhe fizera.

A camara municipal do Porto foi logo dissolvida

e nomeada em seu logar uma comissão administrativa presidida pelo indispensavel dr. José Alves Bonifacio e de que faziam parte, como vogais, os comendadores Antonio Paulino, nome muito «apregoado» desde longa data, Francisco Machado, cujo maior desejo constava ser—o de fornecer as novas barretinas dos bombeiros, Abilio de Figueiredo que aspirava ao exclusivo do fabrico de pão sem farinha, e Jaime Rodrigues de Souza (Conde de Souzá) ex-director da «Atlantica» que tinha (dizia-se) um maravilhoso plano de seguros municipais obrigatorios.

Para inspector da policia foi nomeado o juiz Dr. Vicente Sampaio, e para comissario geral, Cunha Santos, a quem fôram dados como adjuntos Alberto Ramires e o Fonseca da Ribeira.

Para as esquadras foram nomeados chefes os prestantes monarquicos que haviam feito parte em 1919 do grupo do «Eden Teatro» e que a Republica iniquamente perseguira.

Tornou-se notavel logo desde as primeiras sessões a Comissão Municipal do Porto. A posse foi-lhe conferida pelo presidente da Junta Governativa, dr. Pereira de Sousa, que discursou, incitando a Comissão a concorrer para a moralização dos costumes, seguindo o caminho trilhado pela Monarquia, especialmente nos ultimos tempos, anteriormente a 1910. O presidente, dr. Bonifacio, assim o garantiu, terminando por saudar o sr. D. Manuel II, «essa figura viril, digna continuadora das façanhas dos seus antepassados».

Falou depois o governador civil, Baldaque Guimarães, que na sua imaginosa oratoria de antigo actor, descreveu teatralmente a situação do

país, afirmando que «estavam assistindo ao desenrolar de uma das mais empolgantes scenas da historia, e que Portugal era um grande palco no qual o mundo inteiro tinha naquele momento postos os olhos».

Tambem falou o comendador Antonio Paulino, *apregoando* as inclitas virtudes de El-Rei, que terminou pedindo venia para fazer suas as palavras do seu amigo José Augusto Dias ao tomar posse do cargo de vereador da Comissão monarquica de 1919: «Bemdita bandeira azul e branca: de joelhos eu te saúdo enternecidamente! Saudosa, amada e linda bandeira azul e branca! Eis-te de novo restituida à formosa Patria minha amada! Como eu chorei nos dias em que a freguesia acudio ao meu estabelecimento para vêr-te mais de perto, flamante bandeira azul e branca! Patria e Republica — não! Patria e Monarquia, eis a verdade! Di-lo a tradição de 20 seculos, desde que Cristo andou pelo mundo e Afonso Henriques por Guimarães!»

O efeito destas palavras foi surpreendente; muitos olhos lacrimejaram.

O comissario de policia Cunha Santos não se conteve — e mesmo sem pedir a palavra, disse entre outras coisas:

— «Tradição, sim; mas a verdadeira, interrompida desde o sr. D. Miguel. Somos tradicionalistas no duro sentido do termo, e o cacête é o nosso brazão. E se o sr. D. Manuel II assim o não entender, que cêda o trono ao sr. D. Nuno, em quem a voz do sangue certamente falará!»

Aqui estabeleceu-se leve murmúrio provocado por uma observação do comendador Paulino, cuja

bonhomia o levava a querer as coisas « à boa paz e sem excessos. » O incidente não teve, porém, seguimento, porque o presidente se apressou a encerrar a sessão, prudentemente.

Na sessão seguinte, após a leitura do expediente, distribuiram-se os pelouros, aprovou-se uma proposta mudando para o nome dos Imperios Centrais a antiga Avenida dos Aliados, resolveu-se representar à Junta contra a atitude do Bispo do Porto que não fazia a propaganda monarquica como devia, e demitiram-se varios empregados que não mereciam confiança ao Regime.

A 3.ª sessão foi assinalada pela apresentação dum projecto do vereador Figueiredo sobre o fabrico de pão sem farinhas de trigo, milho ou centeio, o que muito baratearia as subsistencias, e o de seguros sociais obrigatorios, do Marquês de Souzá, segundo o qual todos os municipes eram obrigados a segurar na Camara Municipal os seus moveis e imoveis; dos lucros, 99 % constituiriam a remuneração do administrador, cargo que devia recair em qualquer membro da vereação com bastante pratica do assunto, e 1 % para a Camara. Os vereadores entre-olharam-se, embaraçados, e o comendador Paulino arriscou:

— Homem... tanto, não!

O Marquês de Souzá levou a mal a observação e desfechou-lhe:

— V. Ex.ª não percebe nada disto, e não sei o que está para aí a *aleiloar!*

O comendador encordoou, mas o projecto só foi aprovado com uma emenda fixando em 90 % a participação do administrador nos lucros.

Uma outra resolução da Camara originou celeu-

ma: foi a da adjudicação ao comendador Machado, sem concurso, do fornecimento de barretinas para os bombeiros. As Associações Comercial e Industrial reuniram, e por intermedio dos respectivos presidentes, Xavier Esteves e Costa Oliveira, protestaram contra o caso junto do dr. Pereira de Sousa, que lhes respondeu nada poder fazer, visto tratar-se de uma resolução cujo espirito estava perfeitamente dentro do programa de moralização administrativa da nova Monarquia.

Pelas paredes da cidade apareceram afixados cartazes tendo em grandes caracteres as seguintes maximas:

«Não olhes a meios; vê somente os fins.»

«Traze sempre lealdade nos labios e um bom punhal envenenado no bolso.»

«Espalha sempre mentiras, porque alguma coisa se acreditará.»

«Usa de palavras meigas principalmente quando estiverem em contradição com as tuas intenções.»

«Ao adversario nem agua lhe dês — quando tenha sêde. Pode fazer-lhe mal.»

«Emprega contra os adversarios a máxima violencia: invocando a guarda... e o nome de Deus, tudo vos será perdoado.»

Solari Alegro

A Junta do Norte nomeou governadores civis para os seguintes distritos: Viana do Castelo, dr. Gaspar de Abreu; Braga, Sá Guimarães; Vila Real, Joaquim Monteiro (Visconde de Arranca-Pinheiros): Bragança, Adelino de Menezes — e a respeito deste segredava-se que não fôra estranha ao caso a influencia do ex-deputado dr. Lopes Cardoso...

Para os restantes distritos já a Junta Governativa Provisoria, do Sul, provêra os cargos.

Para Aveiro, o Dr. Lourenço Peixinho foi indicado pelo Conde de Agueda, mas o arteiro fidalgo demorou a indicação a pretexto de querer ouvir, em cortez retribuição, o seu amigo pessoal dr. Manuel Alegre, e puzera como condição o passar para Agueda a séde do distrito: não foi totalmente deferido o seu pedido, mas obteve no entanto que o governador civil fôsse obrigado a estar naquela vila aos domingos, 3.as e 5.as feiras.

Para Vizeu foi o conselheiro Luiz Ferreira; para Coimbra, Melo Ramalho; para a Guarda, o dr. Joaquim José Gomes; para Castelo Branco, Tavares Proença; para Leiria, José Rino; para Evora, o dr. Alfredo Cunhal; para Portalegre, o dr. José Sequeira.

Varias medidas, qual delas mais importante, assinalaram a restauração da Monarquia em Portugal. A Guarda Republicana foi transformada em Guarda Municipal e circunscrita a Lisboa e Porto.

Para «guarda do corpo» de Suas Majestades e prestigio da Autoridade Real foi criado o Esquadrão de cavalaria da Escolta Real e restabelecido o Corpo de Archeiros com os seus caracteristicos bicornes e casacos vermelho e ouro—lagartos, chamava-lhes o Povo — e as suas obsolêtas alabardas,

anacronismo que bem condizia com o da instituição monarquica.

Foi criado um corpo de policia de vigilancia politica encarregado de prevenir, perseguir e reprimir todas as tentativas, por palavras ou actos, contra as instituições monarquicas.

Todos estes organismos oficiais não foram ainda julgados suficientes; o Ministerio do Reino expediu alem disso circulares a todos os governadores civis convidando-os a fomentar a organização, nos respectivos distritos, de grupos civis de defesa da Monarquia.

O zêlo das novas autoridades exuberantemente se manifestou, neste ponto. Breve pulularam os grupos de defesa do Regime Restaurado, cujos filiados se recrutaram especialmente entre os associados das Juventudes Monarquicas ou Conservadoras, cuja organização se vinha fazendo já desde o tempo da Republica.

Esses numerosos grupos de defesa da Monarquia Restaurada «castigavam» as suas vitimas com plena impunidade: a simples alegação de se tratar dum demagogo justificava todas as violencias e assegurava contra qualquer procedimento judiciario os agentes da «vindicta social» efectuada pelos grupos de defesa monarquica: a propria policia, recebeu instruções para fechar os olhos ás sanções aplicadas por aqueles grupos — sanções que as pessoas de fé monarquica menos viva apodavam de abusos e de violencias.

Os grupos de Lisboa eram numerosos e constituiam uma federação sob a presidencia de Costa Pinto.

O Porto marcou tambem pelo numero dos seus

grupos, muitos deles constituidos por veteranos da Traulitania de 1919, mas quase não houve cidade ou vila importante que não contasse o seu G. D. M. (grupo de defesa monarquica) ou G. A. J. O. (grupo de acção da juventude ordeira). Os G. D. M. de Evora, eram chefiados por Mota Capitão, e aos G. A. J. O. de Alcobaça, comandava-os José Valerio Inácio.

Uma das preocupações do novo governo fôra o distraír a população, congraçando-a com a Monarquia Restaurada: neste intuito, por toda a parte se celebraram *Te-Deum* congratulatorios, cerimonias de desagravo e festas de homenagem aos lutadores da Causa. Depois das pessoas, as proprias cousas foram glorificadas,

Teve especial brilho, por exemplo, a cerimonia da reposição da corôa no chafariz do Intendente; o heraldico remate foi ali colocado durante a noite, coberto com uma bandeira azul e branca. A's 3 horas da tarde, precedido de vistoso cortejo, Paiva Couceiro chegava de automovel, seguido dos restantes membros do governo, ao pavilhão especialmente preparado junto do qual o esperava a nova Comissão Municipal de Lisboa, presidida pelo Conde de Mafra.

Descerrada a corôa ao som do hino da Carta, o presidente do ministerio discursou naquele seu peculiar genero de erudição durante uma hora e três quartos explicando o valôr da «corôa» na vida das nacionalidades, e salientando a elevada categoria a que por aquele atributo era elevado o historico largo.

Dias depois, em nova cerimonia, no largo do Pelourinho, glorificavam-se a corôa do portão do

Arsenal da Marinha, que ali se conservára impávidamente durante a Demagogia, e a viril estatua do frontão dos paços do concelho que, colocada ali pela Monarquia, jámais «virára a casaca»—como o haviam feito tantos que a Monarquia colocára. Esta estatua foi por isso galardoada com a grã-cruz da ordem de N. S. da Conceição — se bem que más linguas, das que tudo deturpam, espalhassem depois que o caso fôra, é certo, uma «investidura», mas em resultado duma representação da liga *Pró-Moral* que sempre embirrara com trajes paradisiacos.

Em Portugal, porém, não há novidade que o seja ainda após oito dias, de sorte que estes expedientes do governo para entreter a população e criar no paiz uma atmosfera de obediencia e apêgo ás instituições, breve deixaram de surtir efeito, e começaram a aparecer manifestações de descontentamento — a principio, em conversas e a mêdo, mas logo depois exteriorizadas em pasquins e cartazes.

Os talentos governativos dos «jarrões historicos» do Regime iam em breve ser postos á prova...

IV

«Tutti marchesi...»

As fundas discordias que após tão pouco tempo decorrido lavravam já entre as figuras marcantes da Restauração e das quais irradiava surdo descontentamento nas camadas mais baixas dos monarquicos, que recolhiam decepção sobre decepção, levaram o governo a tomar uma medida de vulto que a todos contentasse. Essa medida foi o decreto de nobilitação geral.

O notavel diploma começava pela justificação das desegualdades sociais e pela apologia do Privilegio — que tinham, dizia — a sua base moral no exemplo da natureza, e terminava por, atendendo a que não havia português contemporaneo que não pudesse justificar a existencia entre os seus ascendentes de algum dos herois das descobertas e das conquistas dos seculos XV e XVI, preceituava que todo aquele que comprovasse a sua dedicação à Monarquia Nova, teria o direito de adoptar um bra-

zão de armas e de requerer um titulo nobiliarquico, desde que pudesse apresentar certidão de filiação de pais conhecidos. Satisfazia-se assim, bem a letra e plenamente, a condição essencial exigida pela etimologia da palavra — *fidalgo:* «filho de algo». Mas tambem se não conseguisse satisfazê-la, não deixaria por isso de ser nobilitado: o que tinha era que brazonar escudo com a barra transversal da bastardia. O essencial era ser-se monarquico...

A fertil imaginação dos portugueses foi então posta à prova: os jornais monarquicos abriram mesmo secções de consultas sobre o assunto; o sr. Dornelas foi de novo um oráculo, e nesta feira de vaidades houve tal que, esgotadas todas as combinações classicas da heraldica, brazonou modestamente de besante amarelo solitario em campo verde, ideia que, aliás não era original, pois já Bocage a escolhera para o seu brazão de bohemia.

Avolumou-se assim o livro de ouro da fidalguia, que ficou de novo a classe preponderante no país — pelo numero, com o que muito lucrou a Realeza.

Inauguraram-se novas linhagens e rebuscaram-se para apadrinhar os novos titulares todas as terras com nome no Dicionario Corografico: primeiro ás do Continente, mas logo depois ás Ilhas; nestas, tudo serviu, e houve tal que foi á Tabúa buscar o titulo.

As designações e os bairros citadinos tambem deram o seu contingente, e o irrequieto sr. Costa Pinto ficou — Marquês do Intendente.

Depois — recorreu-se ás colonias, filão já explorado onde a antiga monarquia recrutara alguns dos seus titulos, tendo até havido barões de Agua Izé, viscondes de Malanza e condes de Nova Goa.

Tivemos assim marquezes de Quinfangondo, condes de Coringa e barões de Milambongo.

Um pretendente retardatario só conseguiu apanhar — o Xissa.

O historico feudo de Samacaca, tambem na Lunda, foi vivamente disputado por dois pretendentes; Paiva Couceiro novo Salomão, cortou a questão ao meio: um dos pretendentes foi feito barão de Sama, ficando o outro—visconde do resto.

Mas, depois, os nomes proprios acabaram, e então o país assistiu ás mais extraordinarias nobilitações com as designações mais picaras—desde o nobre ducado do Sabonete-de-agua-de-Colonia até ao fifio baronato do Sabão-macaco.

As antigas ordens militares de Cristo, Aviz, S. Tiago e Torre e' Espada, tinham sido extintas como castigo de terem servido o regime demagogico, mas fôra restabelecida em logar delas a Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, com fita branca e azul do lado direito e totalmente branca do avêsso, afim de poder ser indistintameute usada pelas duas principais facções em que se achava dividida a Causa.

Restaurou-se tambem a depreciada carta de conselho para recompensar meritos secundarios: especie de propina para os *fretes* de menor importancia.

Mas, estava escrito que nunca a Monarquia Restaurada satisfaria correligionarios seus — sem provocar imediatamente o descontentamento de muitos outros. Sempre o vicio nacional da inveja a manifestar-se!

Foi o caso que os moços de fretes, nacionais, excluidos das listas de «nobilitação» por fatal es-

quecimento do ministerio Paiva Couceiro, começaram por declarar-se em greve, imediatamente após a publicação, no *Diario do Governo* de 4 de Maio de 1927, da fornada de novos aristocratas.

Foi indescritivel a repercussão de tal acontecimento na vida da cidade. A falta de tão prestantes Mercurios encheu de consternação as mais galantes amazonas da Causa: quem levaria de ora avante as suas dôces mensagens? Lisboa tomou para elas o aspecto duma cidade réproba, de onde o Amor tivesse para sempre desertado ..

Mas a consternação cedeu o logar ao panico ao circular o boato de que os descontentes grévistas se dispunham a passar á beligerancia, concentrando-se para marchar em som de guerra sobre os Ministerios.

Era, com efeito, verdade. Cerca do meio dia de 5 de Maio, numerosos grupos de moços, armados de chinguiços, paus e cordas, começaram a convergir pelas ruas do Ouro, Augusta, da Prata e dos Fanqueiros para o Terreiro do Paço. Comandava-os o «Chico Magala», moço n.º 1355 da esquina das ruas dos Retrozeiros e Augusta, graças ás suas qualidades de antigo soldado e de «saber da póda.»

Perante o funcionalismo petrificado de surpreza, os manifestantes apossaram-se das arcadas, trouxeram para fóra o mobiliario dos pavimentos térreos e sem dar tempo ao governo para tomar quaisquer providencias, isolaram o Terreiro do Paço barricando as entradas das ruas que a este dão acésso.

O governo, surpreendido, mal teve tempo de se refugiar junto de Paiva Couceiro, no Ministerio do

Reino, cujo pezado portão de ferro foi logo fechado barricando-se além disso a escada.

Perante tão grave emergencia, reuniu-se o conselho de ministros—verificando-se, com certa surpreza, a falta do ministro dos estrangeiros: o presidente, conciliador, logo explicou que a ausencia de Luís de Magalhães seria, certamente, devida aos trabalhos diplomaticos que imediatamente teria encetado afim de obter da Espanha e demais potencias monarquicas um apoio efectivo à Monarquia Portuguesa naquela grave conjuntura. De bom ou mau grado, os colegas aceitaram a explicação.

Como o tempo urgia, debateu-se imediatamente a atitude a tomar perante os acontecimentos e estudou-se a situação afim de se encontrar solução para o caso.

Pactuar com os amotinados, era impossivel após tantas afirmações passadas sobre o prestigio do sagrado principio da Ordem.

Havia pois que resistir-se.

Com que elementos? O exercito e a policia, cheios ainda de oficiais e praças que haviam servido a Demagogia, não inspiravam confiança—e seria imprudente fazê-los sair dos seus quarteis. Resolveu-se pois fazer atacar os amotinados por uma coluna mixta constituida pelo aristocratico esquadrão de cavalaria da Escolta Real, pelos archeiros e grupos civis de defeza da Monarquia, cuja mobilização foi imediatamente ordenada, tudo sob o comando do sargento Ferrão, promovido por distinção a general e exercendo ao tempo o cargo de chefe da casa militar de El-Rei. Era pois ao restaurador do Trono que o governo real confiava a primeira missão militar da segunda Monarquia.

As disposições do general Ferrão foram simples, como o são em regra as concepçoes do genio. As operações contra os discolos compreenderiam dois ataques directos sendo um à viva força, mascarando o outro em que se procederia a uma ardilosa infiltração; do primeiro seria incumbida a cavalaria da Escolta Real apoiada pela infantaria dos Archeiros, encarregando-se do segundo as forças irregulares dos Grupos Civis de Defeza Monarquica.

Depois de fazer pessoalmente o reconhecimento das posições dos amotinados, o general Ferrão verificou que a parte mais solidamente defendida era a embocadura do Terreiro do Paço que dá para a rua do Arsenal, junto do Ministerio do Reino estreitamente assediado, e em frente do qual os moços haviam acumulado tudo quanto pudesse pô-los a coberto de qualquer ataque: secretarias, cadeiras de puídos fundos — e até mangas de alpaca, casacos velhos e chapeus sobrecelentes para o escapanço do café da uma...

A luta anunciava-se séria, e o general Ferrão estabeleceu o seu quartel general e posto de comando no subterraneo do Rocio, de onde poderia dirigir as operações com a maxima segurança.

Cerca das 11 horas, a cavalaria da Escolta Real, concentrava-se juntamente com os archeiros no largo do Pelourinho.

Avançando corajosamente para as trincheiras que impediam o acesso ao Ministerio do Reino, os archeiros, servindo-se das compridas alabardas como de ganchos de trapeiro, começaram a demoli-las, não obstante a brava resistencia dos moços que se serviam de projecteis de toda a especie, vaiando ao mesmc tempo os adversarios:

—Sae, lagarto!

—Eh ché-chés!

Logo que, a coberto do grosso paredão, os archeiros conseguiram abrir uma estreita passagem rente ao muro, a Escolta Real cometeu a grave imprudencia de fogosamente penetrar por ela, apesar de mal caberem dois cavalos a par. Esta imprudencia foi-lhe fatal.

A' medida que os cavaleiros iam penetrando no estreito desfiladeiro, os moços, a coberto das arcadas e servindo-se das cordas, laçavam-nos, desmontando-os. Grande numero dos seus adversarios ficaram assim inutilisados para o combate, e ao ver prisioneiro o comandante, o resto do esquadrão virou de redea e retirou desordenadamente. Ao mesmo tempo, os archeiros que penosamente intentavam galgar as trincheiras, eram desbaratados á trancada e punham-se em fuga tambem, abandonando, na precipitação, alabardas e bicornes.

Noutros pontos do Terreiro do Paço, porém, a luta ameaçava ter outro desfecho, tendo os assaltantes conseguido chegar quasi até ao meio da vasta praça.

Fôra o caso que, executando o plano do general Ferrão, os grupos civis monarquicos tinham-se servido dum ardil para penetrarem na posição dos seus contrarios.

Aproximaram-se da posição «inimiga», isolados uns, em pequenos grupos os outros, sob o aspecto de pacificos freguezes que desejavam contratar um frete. Atraídos pelos falaciosos modos dos janotinhas e pelo engôdo das cartas — e sobretudo das notas com que estes lhes acenavam, os moços — ó força do habito! — deixaram varios grupos pene-

trar na posição, e só deram pelo lôgro, quando descobrindo-se respeitosamente, estendiam a mão e receberam *in continenti* nos lombos umas saraivadas de bengalões—dos de volta.

Aproveitando a surpreza, os grupos monarquicos, chefiados por Costa Pinto, avançaram, impelindo ante eles os incautos moços. Por felicidade para estes, o ataque da esquerda acabava nesse momento de ser repelido, e os moços que daquele lado estavam, avançaram resolutamente contra os seus audaciosos contrarios que debalde tentaram mante-los em respeito com as suas pistolas: estas eram na sua quasi totalidade do armamento das incursões, pistolas espanholas que, quasi todas, encravaram.

Para os espiritos supersticiosos foi isto de mau preságio: era uma causa encravada, decididamente!

Refeitos da surpreza, os moços da ala direita atacaram Costa Pinto pela retaguarda — ataque que ele galhardamente sustentou, mas ao sentirem-se ameaçados tambem de flanco, os do seu grupo fraquejavam e juntamente com o seu chefe, apezar de este não ser «pêco», bateram em retirada perseguidos a golpes de corda e de chinguiço deixando em poder do adversario largo despojo de monóculos e «gabardines».

Por detraz duma janela, semi-cerrada, do Ministerio do Reino, o governo seguia anciosamente as peripecias da luta: a derrota da coluna mixta destruiu-lhe as derradeiras esperanças.

Deliberaram então reunir em conselho mas logo deram pela falta do seu Presidente. O Paladino, com efeito, ao ver as coisas mal paradas, efectuara

uma habil retirada pelas trazeiras do edificio, e áquela hora já devia ir a caminho — ou de Mafra, a apresentar a El-Rei o pedido de demissão do ministerio... ou talvez mesmo na direcção de Espanha...

Entre-olharam-se, e Antonio Cabral rematou, num resignado encolher de ombros:

— Isto já é velho costume dêle...

O conselho reuniu-se, — apesar disso; presidiu o general Abel de Campos, e após curta discussão resolveu capitular.

Içada uma improvisada bandeira branca, abriu-se o pezado portão, e a turba dos moços galgou a escadaria invadindo o vasto salão da Presidencia, onde os esperavam, pávidos, os membros do ministerio vencido.

Ante a imponencia do scenario, — o Chico Magala estacou com os seus, perplexo e sem saber o que avia de fazer ou dizer.

Foi o dr. Martins de Carvalho, o ministro da Justiça, quem lhe deu a deixa:

— Falai, leais subditos de El-Rei! O governo de Sua Majestade ouvirá as vossas queixas e atenderá na medida do possivel os vossos justos pedidos!

Chico Magala percorreu com o olhar o seu bando, cobrou animo, deu duas voltas ao barrete entre as mãos, e exclamou, num repente, com decisão:

— A gente cá não entende nem de *súbitos*, nem de politicas. O que queremos é que os srs. do Governo não «façam pouco de nós; que ponham a vida mais barata e que acabem com essa historia de correios que só serve para nos tirar o ganho aos *proves* dos moços...

E que ponham tudo isto já nos papeis — se não... Evoltando-se para a turba: — Não é assim, rapazes?

Um enorme clamor lhe respondeu:

Sim! Sim! E ha-de ser já! Se não...

Os ministros entre-olharam-se embaraçados; alguns mediram, mesmo mentalmente, a altura das janelas sobre a Praça...

O general Abel de Campos rompeu a indecisão dos colegas:

— Meus senhores: o que nos pedem, está acima das nossas atribuições e das nossas forças, que neste momento nenhumas são... O mais que podemos fazer é, compelidos pela força das circunstancias, entregar-lhes as nossas pastas. Que governe quem tem para isso a necessaria força...

E os cinco ministros inclinando-se perante esse direito tão antigo e respeitado que até dera origem ao poder dos reis, abandonaram o salão, cozendo-se humildemente com as paredes para mais depressa saírem...

Um momento surprêsos, os dominadores deixaram-nos sair.

Sobre a grande mesa ficavam as diferentes pastas. O Chico Magala tomou uma decisão suprema: resolveu aceitar o governo que lhe abandonavam e soletrando a custo as letras douradas, foi chamando para cada pasta o companheiro que se lhe afigurou mais competente.

Guardou para si a do Reino:

— Isto é que vai ser uma reinação! E tu, José Augusto, que «fazes esquina» junto à Boa Hora, ficas com a Justiça. Tu, Manuel João, que sempre

foste homem de boas contas, vais para a Fazenda. Joaquim Luís, fica nos Estrangeiros. Para a Guerra vais tu, Pedro de Jesus, que já foste soldado. Antonio Raimundo, tu já foste marujo, ficas na Marinha. E tu, Constantino José, ficas nas Obras Publicas, onde já em tempo trabalhaste; conheces a freguesia...

E num rompante para a assistencia:

— Agora, todos álerta! Um por todos, todos por um, pela vitoria da classe!

— Vivóó!

Uma ovação acolheu as suas palavras, e a pouco e pouco a multidão foi-se escoando para as suas antigas posições, na previsão de qualquer retorno ofensivo do «inimigo».

Os improvisados «ministros» dirigiram-se para os seus ministerios e o Chico Magala foi tomar posse do seu gabinete.

Dali a pouco anunciava-se-lhe um cavalheiro, que sobraçava volumosa pasta.

— Sou director geral. V. Ex.ª é...

— Francisco Exposto, um seu creado.

— A que horas recebe V. Ex.ª os cumprimentos do pessoal?

— Não vim para cá para essas coisas. O que eu quero é dar boa conta do frete... Olhe: traga-me essa «historia» dos condes e marquezes...

— Mas, senhor... ministro, — obtemperou com respeitosa firmeza o director geral — A Carta Constitucional...

— *Cais* carta nem *caís* constituição — interrompeu o Chico com um murro na secretária. — Faça o que lhe digo! A lei, aqui, sou eu!

O director geral bateu em retirada, ás arrecuas;

e ao sair do gabinete foi dizendo para o pessoal que á porta se comprimia, à espera da hora dos cumprimentos;

—Pois não ha duvida! Portugal tem um novo Ditador...

*

* *

Sua Majestade, o sr. D. Manuel II ficára bastante preocupado com o relato dos acontecimentos do Terreiro do Paço, feito telefonicamente: o governador civil de Lisboa comunicava ao camarista de serviço, que ia imediatamente transmitindo a El-Reí:

— Coluna mixta derrotada ... General Ferrão desaparecido ... Ministerio demissionario ... levado do Terreiro do Paço a pau e corda após a capitulação ... Francisco Exposto chefe governo amotinados ... Movimento não é contra e regime mas sim contra parcialidade do governo; pedem que sejam atendidas reclamaçoes moços ...

Estas, com efeito, chegaram pouco depois ao Paço Real de Mafra, trazidas por um proprio em motocicleta, assinadas pelo improvisado minísterio.

El-Rei quedára-se pávido e perplexo ante aquele grave caso, e nada quiz resolver antes de ouvir sua Augusta Mãe; os conselhos desta levaram-no a adoptar uma solução conciliatoria: como rei constitucional, ante á defecção do governo legalmente constituido, o que tinha imediatamente a fazer era encarregar alguem de formar um novo ministerio, e este só o Francisco Exposto estava em condiçoes de o organisar com os seus companheiros —e o rei começou a lêr à lista: José Augusto, Manuel João,

Joaquim Luiz, Pedro de Jesus... Diacho! tinham um sabor plebeu assaz comprometedor: a que troça aquilo se prestaria — no país e no estrangeiro...?

O tempo urgia: impunha-se uma decísão, tanto mais rápida quanto as ultimas noticias davam conta do suicidio do comandante da coluna governamental. Com efeito, o improvisado general não quizera sobreviver à vergonha da derrota; e o pobre Ferrão que tantos louros colhera com as suas modestas divisas de sargento, vira empalidecer a gloria quando ia no auge a sua fortuna: esmagaram-no as estrelas de general.

Desapareceu assim uma estranha figura cuja existencia embaraçaria singularmente a tarefa dos historiadores de Portugal neste curioso periodo...

El-Rei assumiu então a sua costumada atitude e resolveu pactuar com os triunfadores do momento — dando-lhes tudo, menos o governo. Aqueles nomes...!

Entabolaram-se as negociações pelo telefone e, passado algum tempo, o conde de Tarouca, secretario de El-Rei, dava conta a sua Magestade do exito obtido.

Francisco Exposto consentia em deixar o governo e recebia em troca a grã-cruz da Conceição e o fôro de moço fidalgo da Casa Real, com exercicio no Paço, todos os seus restantes companheiros de luta eram nomeados moços fidalgos tambem, mas com exercicio nas diversas esquinas onde habitualmente estacionavam.

Exonerado regularmente *o outro ministerio*, El-Rei encarregava o conselheiro José da Silva de formar o novo governo. Satisfeito comsigo proprio por assim haver debelado a primeira grande crise

politica do seu reinado, Sua Magestade terminou a leitura dos nomes que constituiam o «ministerio» que, por um triz, estivera pera sancionar:

...Antonio Raymundo, Constantino José...

— Uff! Que sucia! Era demais...

E ao mesmo tempo que assinava o decreto de nomeação do novo presidente de ministerio, desabafou, num suspiro de alivio:

— Este, ao menos — é da Silva!

V

Medidas de reconstrução

O novo governo ao qual El-Rei confiou os destinos da Monarquia, ficou assim constituido:

Presidencia e reino, Conselheiro José da Silva.
Justiça e eclesiasticos, Dr. Alberto Navarro.
Fazenda, Conselheiro Ernesto Schroeter.
Estrangeiros, Oriol da Pena.
Guerra, general Paulo do Quental.
Marinha e Ultramar, Lopo Vaz de Sampaio e Melo.
Obras publicas, Cincinato da Costa.

Este ministerio, por motivos hoje dificeis de apurar, foi recebido com certa reserva pela opinião publica; e esta, ou por antonomasia com a designação dos «jarrões», ou por que,—injusta-

mente aliás—alguns dos seus membros não fossem considerados modelos de elegancia masculina ou porque estivessem longe da extrema juventude, cognominou-o de—ministerio dos «jarretas».

Estava este governo predestinado para arcar com uma das maiores tempestades do Regime—e por isso o seu nome, ou antes o seu cognome—perdurou na Historia.

Se o efémero ministerio do Chico Magala poucas recordações deixára—além de humilhação dum governo de Sua Magestade, algumas cabeças e costelas amolgadas, e mesas e cadeiras partidas, em compensação, o governo dos «jarroes» legára ao novo ministerio farto espólio de poblemas a solucionar.

O conselheiro José da Silva, mais legalista do que os seus antecessores, que tinham, regra geral, procedido discricionariamente, quiz seguir á risca a lei e, no proprio dia da sua posse, fez publicar em suplemento ao *Diario do Governo* um decreto designando o dia 13 de junho para realização das eleições gerais—acto este que fôra protelado por Paiva Couceiro, sempre desafecto ao parlamentarismo.

Um dos primeiros actos do novo governo foi tambem a regulamentação do decreto de nobilitação geral: este diploma originára tal confusão de nomes que a maior parte dos habitantes do país não se reconheciam sob os novos disfarces, verdadeira entrudada de pseudónimos. O governo esclareceu que os novos titulos serviriam apenas para usos domesticos—e para noticias nos *carnets mondains* regalia de que, aliás, já os interessados, havia muito tempo, faziam uso nas suas noticias pessoais publicadas, a pedido, nas gazetas. Para

os serviços oficiais e restantes relações continuar-se-hia a fazer uso dos nomes proprios. Fica assim explicado o motivo pelo qual nesta veridica historia só destes ultimos nos serviremos.

Muito mais havia porém a fazer, e o governo via-se impelido a caminhar vertiginosamente.

A opinião monarquica exigia a revogação pura e simples de toda a legislação republicana em que os governos anteriores, preocupados com varias questões de momento, não haviam tocado.

Trindade Coelho filho, no jornal catolico *A Palavra* de que, como se sabe, era director, indicava a lei da Separação como a primeira a necessitar de *forca,* lembrando que a do Divorcio precisava ser *garrotada* e pedindo *guilhotina* para a do Registo Civil obrigatorio.

O artigo, em que documentava a urgencia de se derrogarem estas leis, intitulava-se pomposamente: *Três instrumentos basicos, para executar três monstruosidades demagogicas.*

Esta campanha era secundada pelo *Monitor da Tradição*, que assim procurava captar as boas graças dos catolicos, um pouco divorciados dos tradicionalistas, desde que Aires de Ornelas se recuzára a sancionar a nomeação de Fernando de Sousa *(Nemo)* para Director Geral do Serviço de Carroças da Alentejo e Algàrve Company, sociedade por cótas, que adquirira, em leilão, os restos do material dos caminhos de ferro do Sul e Sueste.

Não obstante os seus pruridos de legalista, que aconselhavam a deixar ás côrtes a derrogação ou modificação das leis republicanas, o governo dos «jarretas» via-se compelido a iniciar as chamadas *medidas de construção,* que lhe eram impostas até

pelas associações de função construtiva, como a dos Proprietarios e Mestres de Obras e a dos Negociantes de Materiais de Edificação e Concertos.

Nestas condições, sintomaticas de um revulsôr que podia ter graves consequencias sociais, o governo obrou: — tendo em mente as altas conveniencias da monarquia.

Não tardou que o *Diario do Governo* publicasse os avisos convocatorios do Conselho do Estado, para lhe serem presentes as leis com que o governo — sempre preocupado com a legalidade — se propunha extinguir uma grande parte da legislação ainda em vigôr.

E o Conselho, reunido pouco depois, aprovou incondicionalmente esses diplomas legislativos, imediatamente publicados no *Diario* e logo postos em execução.

Mas, como sempre, essa execução creou novas dificuldades ao regime restaurado, levantou conflitos e estabeleceu uma tal confusão, provocando tão fundas más vontades e tantos protestos, que o governo quiz apresentar a demissão, não o chegando a fazer por a isso ser aconselhado pelo antigo deputado Carvalho da Silva, todo interessado, na sua qualidade de presidente perpetuo da Associação dos Proprietarios, porque o governo levasse a bom termos as prometidas obras de reconstrução.

Revogada a lei da Separação, ordenava-se que os antigos passais voltassem a ser pertença dos parocos — e tanto bastou para que o Estado fosse demandado por um grande numero de categorisados monarquicos que, dentro da lei, os tinham adquirido em hasta publica.

Contemporisador, o governo aclarou a lei, regu-

lamentando-a no sentido de que só voltavam á posse dos parocos, os passais que não tivessem sido vendidos. Esta emenda, porém, provocou protestos do clero, porque só tinham ficado por arrematar os que provadamente nada valiam.

E, sempre contemporisador, o governo determinou que continuasse subsistindo a Lei da Separação, apenas com as seguintes alterações: o Estado deixava de pagar as pensões aos padres que as tinham requerido, os quais passavam a ajudantes de sacristão, por terem pactuado com a «criminosa». As procissões podiam fazer-se livremente, desde que o medico local atestasse que não havia perigo para a saude publica, vísto que se consideravam as imagens infectadas do virus demagogico.

Este *remendo* fôra aceite e o Governo julgava-se já senhor da situação, quando surgiram complicações mais graves, motivadas pela revogação da Lei do Divorcio, ordenando-se que os conjugues voltassem «ao seu primitivo estado de ser... (frase textual da lei).

Patrocinados pelo advogado Carlos Granja entraram no ministerio da Justiça milhares de protestos de divorciados de ambos os sexos.

Havia casos curiosos, de dificilima solução, alguns mesmo, insoluveis.

Um tal Manuel Maria Cabeça Grande, do logar de Frixas, por exemplo, divorciára-se da Maria Madalena e casára com a Custodia do Sacramento Jesus Maria José. Não se dando bem com a Custodia, antiga ama do prior, divorciou-se e contraiu terceiras nupcias com Genoveva Secundina da Purificação, com quem vivia á data em que a lei o mandava regressar «ao seu primitivo estádo de ser.»

A esse tempo, a Maria Madalena, sua primeira mulher, já se casara duas vezes, divorciando-se do segundo marido, que por seu turno se casara com a Custodia, segunda divorciada do Cabeça Grande.

Muito naturalmente, este inqueria do ministro da Justiça, por intermedio de Carlos Granja, de que meios praticos se devia servir para voltar á posse da arrependida Madalena, que deixára sem filhos e que presentemente tinha a seu cargo três rapazes, dois do segundo marido e um do terceiro. Por seu lado, Cabeça Grande levava três filhas, uma da segunda mulher e duas da terceira.

Nada disto se compadecia com o «primitivo estado de ser»... que a lei taxativamente marcava, visto que, a quando da primitiva separação, não existiam filhos do casal.

Muitos mais casos se apresentaram, mas este do Cabeça Grande pôz as grandes cabeças do governo a tratos de polé e de novo foi convocado o Conselho de Estado, para que sabia e prudentemente se alterasse a lei, no sentido de prevêr estas coisas, a que, Camara Lima chamava, na sua cronica do «Beco»: — *acessorios incongruentes da desmoralisação feminina, que são bem castigados, e que oxalá sirvam de futuro exemplo a quantas julgam que a função da mulher vai alem do arrumo caseiro e dos remendos no masculino traje!!*

Para acudir aos intrincados casos que o exato cumprimento da lei estava provocando, estabeleceu-se, por um regulamento complementar, que «os divorciados continuassem no regime de separação, unindo-se quando nisso houvesse reciproca conveniencia».

Este outro *remendo* poz novamente em perigo a estabilidade governamental.

A *Palàvra* não admitia o termo «separação»:

> «Não faz sentido — escrevia Trindade Coelho, filho — que esfrangalhada *tant bien que mal*, a Lei da Separação, ainda se admita esse regime no tocante aos conjuges. Se a fé é *à base* da Egreja a *união* é a força do lár. Não queira, pois, este governo de *farça* reduzir, no minimo que seja, essa grande força — a maior das maiores.»

E, no numero seguinte, rubro de indignação, convidava «a intelectualidade portugueza, conscia e ponderada» para uma reunião, afim de se acertar «a tutela que estes «jarretas» estão pedindo, para que a *raça* afirme as suas qualidades na hora precisa — e preciosa—em que se pretende atacar a boa união das familias».

Havia quem afirmesse que todo este furôr encobria a sua emulação por Carlos Granja, que concedia 50 % de abatimento nas consultas sobre a Lei do Divorcio, açambarcando assim a clientela dos colegas.

No entanto a reunião efectuava-se, presidida por Carlos Malheiro Dias, o autor ilustre do *Filho das Hervas* e do *Grande Cagliostro*.

Após larga discussão e porque se averiguára que estavam sendo engeitados muitos filhos de gente divorciada, que, aproveitando as facilidades da nova lei, voltavam ao «primitivo estado de ser»,

nas condições do Cabeça Grande, deliberou-se, em homenagem ao ilustre presidente, crear o *Instituto dos Filhos das Hervas,* subsidiado pela Intelectualidade, e onde seriam admitidas «as vitimas desse Grande Cagliostro que tão nefandamente as atirára ás hervas, que se criam e vicejam na miseria que vai sendo este malfadado país» — conforme se dizia na reportagem que, de tal reunião, a *Palavra* fez no dia seguinte.

Sem o pretender, Trindade salvára o governo, — pelo menos, garantia-lhe mais uns dias de vida.

Vida que estava destinada a ser continuamente cortada de sobresaltos e de dificuldades, porque, arrumadas as questões das Leis da Separação e do Divorcio, surge a do Registo Civil, que tambem fôra anulado, mandando-se baptisar catolicamente todos os que sómente tinham sido registados nas administrações ou postos civis.

Respeitadores da tradição e do ritual, os parocos não dispensavam que os *neofitos* fossem conduzidos ao cólo até junto da pia baptismal, evitando-se assim o contato com a terra profana, antes do banho lustral, como egualmente não lhes pouparam a tradicional pedra de sal na lingua.

Existiam, porem, individuos com quinze, desasseis e desassete anos, os mais velhos, como os havia de oito, nove e doze, que se recusavam terminantemente á salga, sendo por egual dificil arranjar parteira (porque na provincia era geralmente a parteira quem levava os meninos ao baptismo), madrinha ou pessoa de familia que se prestasse a leva-los ao cólo.

O governo tentou resolver o caso, regulamentando a lei no sentido de autorisar a que fossem

de carro, mas o clero opoz-se, impondo as suas prorogativas e os direitos da egreja — mas acedendo quando se estabeleceu que os baptisados de carro pagariam o quadrupulo dos emolumentos paroquiais.

Contra essa resolução protestaram as familias interessadas, alegando que tendo cumprido uma lei, não havia direito a uma tal exigencia, só pelo simples facto de serem obrigados a obedecer a outra contraria, com a agravante de que familias havia com três e mais filhos para baptisar de novo.

Mais uma vez contemporisador, o governo, de acordo com o Patriarca, estabeleceu o sistema de avenças, que se tornou conhecido por: *avença catolica do baptismo cristão* e pela qual cada pai de familia tinha direito a baptisar até seis filhos, pelo custo de dois registos.

O *Noticias*, numa cronica medica de F. Mira, aplaudia esta ideia da avença, porque, no dizer do abalisado cronista, «ela por certo viria a ter salutar influencia no aumento da população, neutralisando-se deste modo os perniciosos efeitos da febre emigratoria».

Parecia, assim, que o governo, vencidas as três importantes questões, tinha um largo caminho aberto para novas reformas construtivas, encaminhando a opinião no sentido de dar-lhe forte maioria nas Camaras, reconhecida a conveniencia da estabilidade governamental.

Tal não sucedeu, porém.

Como a quadra popular acompanha e comenta, sempre, os acontecimentos das varias epocas da historia, principiaram a vender-se folhetos alusivos ao golpe de estado do Chico Magála, cujos com-

panheiros tinham «mudado» dos ministerios os colegas de Paiva Couceiro, conduzindo-os a pau e corda.

Nesses folhetos dizia-se, e os cegos cantavam já pelo Bairro Alto e pela Mouraria:

O Paiva, mais uma vez
Caiu e desta vez foi-se
E' sina do *português*
Ser tratado sempre a coice...

Da Galiza lhe mandaram,
Antes de sair p'la bórda,
Cidadãos que o levaram
Patanhando a pau e corda.

Efeitos, está bem de vêr,
Das antigas relações
Que o Paladino, sem querer,
Conseguiu p'las incursões.

O governo, tomando esses folhetos como ofensivos da dignidade do Poder, mandou capturar os vendedores e quantos fossem encontrados a cantar tão subversivas quadras, ordenando à policia de Investigação Politica que procurasse descobrir o seu autor.

Albino Sarmento, chefe dessa policia, já noutras epacas chefe de investigação, antigo reporter e gerente da Garrett, conhecedor, portanto, da maneira de sentir dos chamados intelectuais, com quem tivera larga convivencia nos jornais e na

pastelaria, não se preocupou com largas investigações. A primeira quadra logo denunciava o autor:

« Ser tratado sempre a coice . . . »

E João Maria Ferreira, o «poeta Sevilha», foi intempestivamente metido no calabouço 8, de nada valendo os seus protestos, o seu coçar nervoso na pêra obtusa, as suas polainas de «dandy-cavaleiro».

Vendo no estranho facto um atentado à Intelectualidade Soberana — designação em voga para substituir a estafada frase do Povo Soberano — e, mais do que isso, uma grave falta de respeito aos empolainados, Alfredo Pimenta, apelou para a solidariedade do Burnay de Papelão e de outros polainas citadinos e organizou o que ele chamava — a resistencia da polaina intelectual e filosofica — promovendo um comicio de protesto, que se devia realizar junto á estatua de Camões, «o das polainas maiores de todas», como desrespeitosamente se escrevia no manifesto convocatorio.

O governo, porem, proibiu o comicio e ordenou a captura de Alfredo Pimenta, que passou a andar disfarçado de moço com umas suissas postiças e um casaco de ganga, no intuito de palpar os animos do Chico Magala e dos da «revolução do chinguiço», na esperança de que o acompanhassem num acto de força para derrubar os «jarretas».

Conhecedor do plano, o governo ordenou que a guarnição fizesse um passeio militar pela cidade.

Logo apareceu, afixada nas esquinas e em grossas caracteres, esta quadra:

Se uma «polaininha» só
Pôz toda a tropa nas ruas,
O governo cairia
Se em vez duma fôssem.... duas!

Estes quatro versos lançaram profunda turbação no *elenco* ministerial convencido como estava de que o autor do metrificado pasquim, era o taciturno João Maria Ferreira. Incomunicavel e guardado á vista, certo não advinharia que fôra passada ordem de prisão a Alfredo Pimenta e menos suspeitaria do passeio militar.

Evidentemente que esta ultima quadra era da autoria do proprio Pimenta, poeta mordente e caustico, como o proprio apelido indicava.

E foram dadas as mais severas ordens para que se efectuasse a sua detenção — o que não era facil, porque Pimenta mudava continuamente de disfarce, com a mesma versatilidade com que era habitual mudar de opiniões.

Estes acontecimentos, porem, refletiam-se na Bolsa e, apóz a saida da guarnição sem que os banqueiros estivessem ao facto dos manejos conspiratorios do sr. Pimenta, a libra ficou a 0 $^1/_{32}$, porque a banca supunha tratar-se de proximo pronunciamento da tropa.

Daí uma subida rapida no preço dos generos de primeira necessidade e os consequentes clamores da imprensa — para que se puzesse travão «á

desmedida ganancia do comercio», lembrando, a par e passo, que estava ainda vigente a Lei da Familia, com graves complicaçoes para os que esperavam receber chorudas heranças, que se fragmentavam pelas acções postas nos tribunais, em reivindicações de direitos, que essa lei reconhecia.

Alberto Navarro, pae, ministro da Justiça com longa pratica de serviços diplomaticos, prometera «limar as arestas», mas essa declaração foi mal recebida pelos interessados, que constituiam um numero assás respeitavel, impondo-se não só por esse numero, como, por haver entre eles, muitas das chamadas «pessoas de qualidade».

Publicou-se então um decreto, pelo qual se suspendia a lei, até que as côrtes a modificassem.

Cunha e Costa, que se mantinha neutral, numa espectativa benévola que se ia prolongando demasiadamente para que o seu espirito irrequieto pudesse tolera-la por mais tempo, publicou, então, na *Epoca*, um artigo em que, combatendo aquilo a que chamava «inversão dos sistemas», lembrava ao ministro que um *decreto* não podia suspender uma *lei*.

Em resposta, o ministro da Justiça convocou o Conselho de Estado, ao qual apresentou as modificações que, entendia, se deviam enxertar na lei em questão.

Tornado conhecido o facto, logo a Comissão de monarquicos portuenses, que aconselhara ao rei o enxerto com glandulas de macaco, expediu um telegrama aplaudindo a ideia do ministro porque, partindo-se do principio do enxerto na lei da Familia, logicamente se chegaria ao fim que tivera em vista, quando da sua peregrinação a Mafra.

Sugestionado com este inesperado apoio, Alberto Navarro, a quem o Conselho de Estado autorisára a resolver o caso, «consoante os interesses da monarquia e do bom governo das provincias, ilhas adjacentes e colonias ultramarinas», redigiu imediatamente o *Estatuto da Familia,* que ficaria substituindo a antiga *Lei da Familia,* partindo do logico principio de que, por familia, se devia entender «gente do mesmo sangue descendente.»

Um *Anónimo*, em carta ao «Seculo», lembrou-se de preguntar a que familia deviam pertencer, pela letra do *Estatuto*, os historicos «meninos de Palhavã», e tanto bastou para que o ministro, encerradas como estavam as côrtes, suspendesse as modificações que tencionava introduzir na lei, enviando uma consulta à Real Academia das Sciencias, que se limitou a aconselhar o ministro a lêr os estudos do dr. Teofilo Braga e do seu discipulo Antonio Ferrão sobre o assunto.

Em resposta, o ministro, para ser agradavel ao Paço, suspendeu as reuniões da Academia por trinta dias — tantos como os que eram de uso, no luto pelo falecimento de bastardo de rei.

O aumento crescente do custo da vida e a desvalorisação constante da moeda, distrairam, porém, as atenções da imprensa e da propria opinião publica destas questões que iam sendo relegadas para um plano secundario, exigindo-se, agora com uma insistencia aflitiva, que o governo enfrentasse tão apavorantes assuntos alem de que se impunham as medidas de saneamento, para defesa da monarquia, e que os governos anteriores tanto haviam descurado, sendo inconcebivel que certos serviços do Estado, agóra monarquico, estivessem ainda nas

mãos de individuos nomeados pela Republica, com a agravante, como notava Camara Lima, de «haver, nesse particular, muitas femeas».

E como se aproximáva o termo do contrato com a Companhia dos Tabacos, facto que ocupava colunas e colunas de compacta prosa na imprensa da epoca, o governo, para demonstrar que se interessava por todos os assuntos que mais prendiam a atenção publica, nomeou o jornalista Ivo de Monforte, grande apreciador de bons charutos, seu comissario junto da referida Companhia, com o mandato imperativo de fiscalizar o montante das receitas, para o que poriam á sua disposição todos os cofres, no salutar intuito de conscientemente informar o governo sobre o que por lá encontrasse, estabelecendo-se assim o não menos salutar principio dos dinheiros passados pela mão do fiscal, para que se não dissésse que, para a elaboração de um novo contrato, faltavam bases seguras.

No mesmo numero do *Diario do Governo* em que Monforte era nomeado com tão látos e lautos poderes, extinguiam-se todos os feriados que a Republica considerára nacionais, subsistindo, apenas, o 5 de Outubro — «como homenagem ás poucas pessoas que corajosamente acompanharam os reis na despedida da Ericeira» — e falou-se mesmo em criar a *Ordem do «Batel Bomfim»*, com Serrão Franco por mestre, visto ser natural da Ericeira e ter a alcunha de Pescadáto, ordem em que só podiam ser admitidos os que estiveram na historica despedida e os pescadores que tripulavam o *Bomfim* — em acção de graças, pelo fim bom que tudo veiu a ter.

Estas medidas produziram certo efeito entre os

amigos de Ivo Monforte e os frequentadores da praia da Ericeira, com o dr. Eduardo Burnay á frente, mas em nada contribuiram para debelar a crise das subsistencias e atenuar a desvalorisação da moeda.

Para dar satisfação ás exigencias do *Diario de Lisboa*, que reclamava «uma ditadura emancipadôra», o governo encarregou Cincinato da Costa, ministro das Obras Publicas e Ernesto Schrœter, ministro da Fazenda, de elaborarem leis sobre subsistencias e cambios.

Convocaram-se as chamadas «forças vivas» para acudir áquele mal de morte e assentou-se em promulgar um novo regimen cerealifero, como de ha muito vinha sendo exigido pelo *Seculo* e pelo *Noticias*.

Foi encarregado de redigir as bazes do novo regimen o dr. Correia Guedes, com a faculdade de agregar os dois Castanheira de Moura, Monteiro Guimarães, Domingos de Barros e José Carreira de Souza.

O governo partiu do principio: que questões de moagem á moagem deviam ser entregues, mas isto descontentou a lavoura, e um novo decreto estabelecia nova agregação, autorisando que entrassem para a comissão de estudo o dr. Eduardo Fernandes de Oliveira, primeiro ministro da Agricultura no consulado do dr. Sidonio Pais, Conselheiro José Antonio de Oliveira Soares, de Evora, Conde de Azevedo, Antonio Miguel de Sousa Fernandes, Canas & Canas, Sociedade do Ribatejo Limitada, Companhia do Fomento Agricola e Roberto & Roberto, Sucessores.

Isto quanto á questão do pão.

Para a questão propriamente dita «dos generos de mercearia», foi nomeada outra comissão de estudo, composta das firmas José Afonso Viana & Filhos, Mercantil International Company, Jeronimo Martins & Filhos, Manuel Tavares & C.ª, da rua da Prata e os representantes de quatro lugares da Pràça da Figueira—o que logo levantou clamores e protestos na Estefania, Ribeira Nova e Alcantara, que tambem protestavam o seu direito de representação.

Deste conluio de interessados saíu a proposta para que os generos fossem adquiridos pelo consumidor á razão das flutuações do cambio, unica maneira no entender das competentes e autorisadas comissões, de se terminar com o espirito de desconfiança que estava sendo um mal para a boa marcha do comercio honesto, pondo-se assim côbro ás oscilações do preço que até ali eram determinadas pela maior ou menor ganancia do vendedor.

Chamar-se-ía a este novo sistema: — o preço organisado — porque, na verdade, as suas alterações seriam ordenadas consoante o custo dos generos, função determinante do preço da libra.

Quanto ao novo regimen cerealifero, ou, mais propriamente, à questão do pão, a comissão de estudo foi de parecer que o trigo devia ser pago, não pelo peso especifico, como até ali se tabelára, mas pelo seu valor especificado em côr: amarelo claro, para produzir pão de 1.ª, a corôa cada litro, sujeito aos descontos da farinação e da panificação, agua, luz, renda de casa, contribuição e salarios, o que dava o preço liquido de dezoito vintens e meio; amarelo torrado, para o tipo de pão de 2.ª, a tres quartos de corôa (750 réis) sujeito aos mes-

mos descontos, o que dava o preço liquido, para o lavrador, de catorze vintens e meio; o amarelo escuro, para o tipo de 3.ª, a meia corôa, e que, com os descontos, devia ser pago a nove vintens e cinco réis por cada litro.

Sobre o preço do pão, baseando-se na proposta dos «generos de mercearia» a comissão propunha que se estabelecesse o padrão ouro, antes mesmo de se estabelecer o padrão tipo de qualidade.

Enquanto, porêm, estas operosas comissões procediam a estudos, o governo, impelido pela força adquirida na grande obra de reconstrução que era já o seu programa, mandava continuar as paralisadas obras dos Bairros Sociais e as sindicancias pendentes aos varios serviços publicos, lançando a primeira pedra para o sumptuoso Palacio da Justiça, que se esperava fosse inaugurado com os julgamentos dos sindicados sobre quem viesse a apurarem-se responsabilidades «de gravidez», como se dizia na nota oficiosa com que na imprensa se anunciou o proseguimento das tão faladas e paradas sindicancias, nota oficiosa que fôra redigida pelo ministro da Fazenda, pouco seguro da lingua, dada a sua qualidade de austriaco.

Mas, com geral espanto, essas sindicancias foram classificadas como insubsistentes, muito antes de que viessem á flôr da terra os alicerces do grandioso Palacio da Justiça em que os delinquentes deviam de ser julgados — porque se apurára que a maioria dos suspeitos de prevaricação eram dos mais puros sustentaculos do regime, tendo servido a *Outra Mulher* — assim designavam a Republica derrotada pelo sargento Ferrão — para com mais segurança a desacreditarem.

Rocha Martins, porem, no seu pamfleto semanal *Os Arlequins*, exigia obra mais perduravel e radical, clamando que El Rei estava coacto.

O autor do *Espartaco*, que ainda não fôra nomeado embaixador no antigo país de Lycurgo, intimava o governo a encetar a jà tardia obra do indispensavel saneamento do Estado, e estes ataques do fogoso autor da *Maria da Fonte* traziam o governo apavorado, crente de que, tendo Rocha Martins estudado a fundo a epoca das lutas liberais, não era inimigo para desprezar, visto que, em dado momento e á falta de editor para outra tiragem do romance, editaria, ele proprio, um levantamento, mas a serio, de verdade, em que encarnaria a alma revolucionaria da sua heroina.

Foi então que se publicou, pela pasta da Guerra, a lei que revogáva o serviço militar obrigatorio, restabelecendo as remissões, a 50 libras ouro cada mancebo, por forma que só os filhos dos pobres fossem obrigados a promiscuidade nas casernas, lei que entrou imediatamente em vigôr, pelo que saiu das fileiras do exercito grande numero de praças e cabos, que o governo imediatamente colocou como aspirantes nos serviços dos impostos — visto que quasi todos eram filhos de gente com boas relações politicas, convindo-lhes, para aparentar, aquela colocação.

Sempre podiam dizer que, de soldados ou cabos, seus filhos tinham subido a aspirantes.

Tambem se publicou, por essa epoca e pela pasta da Fazenda, a lei sobre contribuições, estabelecendo a base do imposto regressivo, pela qual pagavam proporcionalmente menos os que mais possuiam, promovendo-se assim o incremento das

grandes fortunas, alicerce da prosperidade das classes capitalistas, tornadas assim as unicas dirigentes do país.

O cambio, porém, oscilava entre 0 $^{1}/_{32}$ e 00 $^{0}/_{64}$ e isto refletia-se profundamente no custo da vida, exigindo-se, como os merceeiros exigiam, o pagamento dos generos alimenticios pelo cambio do dia.

E começou a lavrar fundo um grande descontentamento.

A imprensa desafeta ao governo atribuia todo aquele mal estar a manejos dos republicanos e acusava o governo de pactuar com eles, não se atrevendo a sanear as repartições publicas e o proprio exercito, arrancando, pela raiz, a grama damninha da demagogia, que continuava a germinar dentro de todos os organismos do Estado.

A imprensa afecta aos «jarretas» defendia-os, lembrando que estavam marcadas as eleiçoes para breve, devendo deixar-se ás-côrtes ampla liberdade de apetrechar o poder executivo com leis que satisfizessem os fins que tinham em vista, nas reclamaçoes apresentadas.

Um facto, porém, resolveu o governo a proceder urgentemente, dando assim rapida satisfação a essas reclamaçoes.

A Policia de Investigação Politica informou que, numa casa do Alto do Varejão, se realisavam frequentes reuniões de elementos suspeitos, na sua maioria de cara rapada e seguramente desafectos ao regime.

Tambem lá apareciam «ganaderos» e lavradores conhecidos.

O governo ordenou um varejo á casa do Alto

do Varejão e conseguiu apreender varios exemplares duma brochura, intitulada «Olé! pelos Passes de Castigo!» na qual se fazia a apologia de um golpe de Estado a favor de um Club muito conhecido e a quem, pela especialidade do genero de sport a que se dedicava e que até lhe dava o nome, seria confiada a resolução da grave questão dos cambios.

Embora se tratasse de uma agremiação considerada fidelíssima á Serenissima Casa, o facto foi tomado pelo governo como um aviso, porque outros *complots* podiam existir de mais perigosos elementos, e dispoz-se a sanear.

Para calar a voz forte de Rocha Martins, que nos *Arlequins* continuava clamando por *limpeza*, o governo fez publicar uma *Nota oficiosa*, informando que ia sanear.

Por lapso tipografico o *Noticias* anunciou que o governo ia *semear* e tanto bastou para que a comissão da moagem e dos lavradores se demitisse, vendo no facto uma reprovação ao seu parecer sobre a questão das farinhas.

VI

Serviço de El-Rei

Para assegurar o funcionamento dum organismo tão profundamente monarquico e conservador como o era o Regime Restaurado em Portugal, tornavam-se indispensaveis agentes perfeitamente integrados nele e absolutamente identificados com a sua maneira de ser.

Impunha-se, pois, a substituição do funcionalismo, especialmente nos altos cargos da administração do Estado. A Republica não o fizera — e os nefastos resultados que disso lhe redundaram aconselhavam a que não se cometesse egual êrro.

Os altos cargos da representação da Monarquia no estrangeiro, mereceram do saneador governo do Conselheiro José da Silva, especial atenção. Pelo afastamento de todos os diplomatas suspeitos de demagogismo, existiam numerosas vagas que era necessario preencher com pessoas de absoluta dedicação ao Regime e que desfizessem a impres-

são, que o extravagante fenómeno duma nova monarquia na democratica Europa, por ventura tivesse produzido, além de que os recentes acontecimentos politicos haviam dado ao regime restaurado uma facêta notoriedade logo explorada lá por fóra nos jornais humoristicos e celebrada em coplas de revista.

Para manter os creditos da monarquia portuguesa, o governo para seu representante em Londres escolheu «pelos meritos e conhecimento da lingua inglesa», a João de Azevedo Coutinho que, como antigo marinheiro, aproveitou a maré para se pôr durante algum tempo ao largo de tudo aquilo.

Ao largo—e bem ao alto, porque os varios concorrentes ao posto logo lhe moveram tal guerra e tantos nomes feios — excepto tolo — lhe chamaram, que o novo ministro ante tamanha cordialidade encontrou justificação para o seu predilecto estribilho:

—Irra! Razão tinham os *outros;* estes, são bem peores do que eles!

Para Paris o nomeado foi o conde de Monsaraz. Encontrava-se assim condigna situação para esse vulto da Causa, por'môr dela ferido em 1919, e que, depois de escrever o seu livro de versos em francês, esquecera por completo a lingua portuguesa.

Colocado em Paris, incontestado centro politico da Europa, este grande homem para uso externo era a entidade mais propria para, em qualquer conflagração, conservar para Portugal os beneficios da paz, acalmando com o seu fino tacto a efervescencia das Potencias.

Madrid foi o premio de consolação para Ho-

mem Cristo filho, irritado por se ver mais uma vez preterido — e agora no provimento da legação de Paris — o seu sonho dourado.

Para o Brasil foi, como embaixador, Joaquim Freire, antigo presidente da Liga D. Manuel II, proprietario do «Moinho de Ouro» do Rio de Janeiro, e o vulto de mais combativo destaque da colonia portuguesa na capital brasileira, onde a sua discutida acção lhe grangeara notoriedade.

Preenchida a representação externa, cuidou o governo do provimento dos logares da administração interna.

Embora muitos dos altos funcionarios republicanos não comparecessem nas direcções gerais ou nas repartições, foragidos uns, espontaneamente afastados dos serviços outros, o certo era que alguns continuavam no desempenho das suas funções burocraticas, tendo partido do principio de que serviam o Estado e não o regime, principio que aliás fôra seguido, com optimos resultados, pelos funcionarios monarquicos, que se conservaram ao serviço da Republica, fieis ao mesmo principio e ás suas crenças politicas...

Era, comtudo, absolutamente necessario dar satisfação ás instantes reclamações da opinião monarquica, e assim o governo, após ter saneado a diplomacia, deu começo á limpeza das repartições, principiando por nomear Antonio Teles de Vasconcelos, Director Geral da Fazenda Publica e o F. Perestrelo de Vasconcelos Director Geral da Contabilidade.

Estas nomeações, porem, não foram do agrado de *O Dia*, que todas as manhãs flagelava o conselheiro José da Silva, repetindo os ataques na edi-

ção noturna, *A Noite*, dirigida pelo dr. João Moreira d'Almeida.

Dizia-se que estes ataques encobriam o despeito do sr. Moreira d'Almeida, pai, antigo consul em Banana e que a Republica demitira por abandono do lugar, por se ver preterido pelo conde de Monsaraz na legação de Paris.

Mas o governo, apostado em saír ao encontro de todas as reclamações, evitando assim motivos de descontentamento, presto contentou *A Noite* e *O Dia*, nomeando o sr. Moreira d'Almeida, pai, para presidente do Tribunal de Contas, que substituira o Conselho Superior de Finanças e o sr. Moreira d'Almeida, filho, para Director Geral da Estatistica. Para vice-presidente daquele Tribunal foi nomeado o sr. Lobo d'Avila Lima.

Em cincoenta suplementos ao numero 313 do *Diario do Governo* publicaram-se muitas outras nomeações.

Assim o sr. dr. Anibal Soares, Duque do Penedo da Saudade por mercê regia, foi nomeado Director Geral da Junta do Credito Publico e Luiz Trigueiros, o poeta da cronica mundana, administrador geral da Caixa de Depositos, o que valeu ao autor de *As Abelhas* sér logo classsificado pela imprensa da oposição, como «o zangão mór do cortiço do Calhariz».

Para Comissario Geral dos Fosforos nomeou-se o farmaceutico Emilio Fragoso, especialista em preparados fosforicos, com e sem caixa, que desde logo providenciou no sentido de se não fornecerem fosforos sem receita, devidamente assinada pelo medico da freguesia, atenuando-se, por este meio, o açambarcamento de que todos se queixavam.

A direcção da Casa da Moeda e Papel Selado foi confiada a Rocha Martins, que nos *Arlequins* tanto se esfalfára em prol do saneamento, tendo a campanha do seu pamfleto, por aturada e persistente, merecido do *Monitor da Tradição* o epiteto de «campanha do esfalfamento.» Essa campanha, porem, terminou logo apoz a posse do novo director da Casa da Moeda, agora todo atarefado com o concurso para desenho e gravura das novas cedulas de 10$000 e 12$500, em que desejava que aparecessem os retratos de *Bocage* e da *Maria da Fonte*, no intuito de conseguir um popularissimo reclame a duas das suas mais queridas obras.

Para administrador geral dos Serviços Hidraulicos foi nomeado o engenheiro da Companhia das Aguas, sr. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, o *the right man in the right place*, como logo foi classificado pelo orgão governamental, por entre grandes elogios a sua ex.ª, afirmando que «para hidraulicas não havia outro, acostumado como estava a desentupir as canalisações e mais coisas adjacentes do sempre incerto Alviela».

No suplemento ao *Diario 313*, que foi marcado com a designação Z. Z. Z. Z., porque já se tinham repetido inumeras vezes, em suplementos ao fatidico numero, todas as letras do alfabeto, apareceu a nomeação do sr. Domingos Pinto Barreiros para director da Nova Companhia do Sul e Sueste, facultando-se-lhe o direito de exigir que á estação terminus da linha fosse acrescentado um S., comemorativo da aceitação de tão espinhoso cargo por parte de tão desinteressado amigo do regime.

Foi por isso que a estação do Barreiro passou a ser «do Barreiros».—Barreiros (Pinto) a estação

terra e Barreiros (Domingos) a estação mar, pagando-se uma taxa suplementar pelo desembarque aos domingos e dias santos.

No suplemento Z. A., Z. A. A., a que ironicamente chamaram o «Diario Zázá», foi nomeado novo Conselho da Administração do porto de Lisboa, presidido pelo coronel Silva Ramos, do Porto, e de que faziam parte Antonio Manzoni de Sequeira e o engenheiro Antonio Serrão Burguete.

Como as antigas administrações do porto, poucos resultados haviam dado, o governo, nomeando Silva Ramos, tinha em vista experimentar, se uma administração desse organismo de Lisboa no Porto, viria a trazer-lhe o grau da prosperidade que até então não fôra atingido.

Na Imprensa Nacional, onde se não fizera ainda qualquer limpesa, o seu antigo director foi substituido pelo jornalista monarquico Felix Correia, no intuito, dizia o decreto, de se «pôr uma correia feliz que fizesse mover em acelerado aquele maquinismo ante-diluviano».

Foi graças á energia do novo director que se conseguiu fazer imprimir o oitavo tomo do primeiro volume do Dicionario da Academia, que ultrapsasou a palavra *azurrar*, com que parecia ter exalado o ultimo suspiro.

Nesse mesmo suplemento era nomeado o dr. Fidelino de Figueiredo director da Biblioteca Nacional, que, pretendendo seguir a tradicção da casa, fundou com Hipolito Raposo e D. Vicente Pinheiro (Arnoso) a *Sementeira Velha*, em substituição de *A Seara Nova*, que fôra suprimida.

Isto valeu-lhe um suelto na *Epoca*, em que se dizia que o enxerto de um Figueiredo com um

Pinheiro só podia dar figos de caroço ou pinhões de grainha.

Nomeado Carlos Pinto Machado director dos Correios e Telegrafos, o governo travou a saida dos suplementos ao Diario 313, o que levantou asperos comentarios por banda de Trindade Coelho filho, que no seu jornal *A Palavra* aplaudia o saneamento, esperançado em que todos os contadores fossem demitidos, seguindo-se depois a sua frequente insinuação de ficar reduzido a uma só contadoria o civel da Bôa Hora, instalando-se no cartorio que mais comodidades oferecesse e melhor fosse decorado — e que era o seu, todo em estilo antigo, de larga lareira alentejana e vistosos reposteiros de pura arte nacional.

A' *Palavra* respondeu *Nemo*, com o seu celebre artigo «Tarde venientibus ossa», demonstrando, num remoque por ainda não terem sido satisfeitas as suas legitimas aspirações a arcebispo, que para os que chegam tarde só ficam os ossos — o que levou o governo a continuar a serie dos suplementos.

No Z A. A. B. foi nomeado o dr. José Correia de Barros para inspector geral dos Cambios e José Bessone Basto, Intendente Geral dos Abastecimentos.

O Conselheiro José da Silva preparava-se assim para atacar as duas importantes questões do momento — cambios e subsistencias, — ao mesmo tempo que procurava captar os descontentes, com nomeações ás centenas.

As companhias que demandavam fiscalisação do governo junto das respectivas administrações, foram obrigadas ao que uma nova lei chamava « fis-

calização quadrupla» tendo de pagar a quatro fiscais do governo, medida que permitiu colocar muitos filhos, enteados, sobrinhos e até afilhados dos delegados nomeados pelo governo junto dessas companhias ou empresas.

A isto chamavam *Os Ridiculos*: «A fiscalização familiar dos... quadruplos», mas o certo é que a concorrencia ás leitarias, á Marques e Garrett deminuiu, atarefados como andavam, muitos dos seus habituais frequentadores, na importante missão de soletrar a escrita das companhias onde tinham sido colocados.

Mas, se estes novos funcionarios eram pagos pelas companhias, a grande maioria dos nomeados foi paga pelo erario publico, o que forçou Ernesto Schrœter, ministro das Finanças, a aumentar a circulação fiduciaria em treze biliões de contos de réis.

E como nos vinte *guichets* do Banco de Portugal, destinados exclusivamente ao pagamento dos vencimentos do funcionalismo, havia todos os dias uma *bicha* interminavel, o governo resolveu, para facilitar o pagamento, trocos e todo o mais expediente do Banco, que nas notas da nova emissão se estabelecesse o valor dos ordenados.

Foi por virtude dessa sabia deliberação, que apareceram as chamadas *notas funcionarias*, havendo-as de Director Geral, Chefe de repartição e de secção, de primeiro a terceiro oficial, aspirante, continuo e servente, afóra as dos contratados, reformados e adventicios.

Cada uma destes notas correspondia ao vencimento exacto do funcionario e variava de valor conforme o montante desse vencimento. Havi-as de 10.500$000, 8.200$000, 6.474$980, 1.269$540 etc.

Com esta inovação, os ordenados pagavam-se rapidamente, porque até poupavam ao recebedor o tempo e o trabalho de conferir. Bastava verificar se a nota era da côr e se os algarismos correspondiam ao total do ordenado.

As destinadas aos pagamentos do ministerio do Reino eram azul ceu, as do das Finanças amarelo óca, a dos Estrangeiros pardas, as das Obras Publicas pretas, as da Guerra vermelhas, Marinha azul ferrete, etc.

No entanto esta salutar medida foi atacada sem dó nem piedade pela imprensa tradicionalista que acusava o governo de ter assim aumentado capciosamente a circulação fiduciaria, fazendo entrar o cambio, como de facto entrára, na casa dos 000 $^{0}/_{64}$, o que levou a libra para 12.644$365 réis, refletindo-se essa subida do esterlino no preço dos generos de primeira necessidade e de tal modo, que havia já ameaças de assalto ás mercearias.

Impunham-se medidas radicais e o governo, suspendendo o saneamento, precisamente no momento em que se propunha *limpar* o exercito, ao que era compelido pelas reclamações e imposições dos centros e grupos de defesa monarquica, reuniu-se em Conselho com o sr. José Bessone Basto, Intendente dos Abastecimentos, para com ele acertar as medidas a pôr em pratica contra a subida apavorante do custo da vida.

O resultado dessa conferencia não se fez esperar e trinta e oito suplementos ao exemplar 369 do *Diario do Governo*, numerados em romano, porque a quantidade excedia as 25 letras do alfabeto para que fossem *letrados*, (assim dizia um dos conside-

randos da abertura) deram a conhecer as resoluções tomadas nessa historica reunião.

Pelo decreto I estabelecia-se que nas chamadas *casas de pasto* só podia fornecer-se, como refeição, sopa e um prato, a não ser que o freguês quizesse hervas, que, até Junho, podiam ser fornecidas sem restrições. Pelo n.º II ficava proibido o uso do cabaz das compras, procurando assim evitar-se o açambarcamento. Quem precisasse adquirir generos era obrigado a traze-los á vista. Veiu daí o sistema de se pedir mão de bacalhau ou mão de feijões, o que não era já novo, visto que de ha muito os nabos se vendiam ás mãos. A mão do bacalhau correspondia a meio quilo e a de feijões ia de tres decilitros a meio litro, conforme a capacidade das mãos do comprador.

Daqui resultou que, quando se pretendia tomar uma creada para o serviço de qualquer casa, ninguem exigia referencias sobre o seu porte — mas simplesmente sobre o tamanho das suas mãos.

Na Praça da Figueira e noutros mercados hortaliceiros a couve era vendida á folha, conforme as pessoas de familia, não podendo adquirir-se ao mesmo tempo qualquer outra especie horticola. Fez-se mesmo pelo decreto X uma tabela, com o titulo *Semana da Hortaliça,* no qual se estabelecia que às segundas feiras podia adquirir-se lombarda, ás terças galega, ás quartas flôr, ás quintas nabo, ás sextas grêlo, aos sabados espinafre e aos domingos repôlho, sendo o nabo fornecido á cabeça — uma grande para familias de mais de três pessoas e uma pequena para familias de menos.

Para as frutas estabeleceu-se a mesma proporção, podendo adquirir-se até duas maçãs. Quanto

a pêras, como a epoca não era ainda de abundancia, só era permitida a compra de uma, salvo caso de recomendação especial da Intendencia, que autorisaria a comerem-se duas, o maximo, mas taxativamente circunscrita a recomendação aos das ligas de defesa e centros de propaganda.

Quanto a peixe, pelo decreto XXXII estabelecia-se que a pescada seria vendida por partes e por meios. Meia cabeça, ou meio rabo e meias postas do centro. Para o peixe miudo determinava-se que se vendia a conto.—quatro sardinhas para casal, oito para casais com filhos. Metade destas quantidades quando se tratasse de cachucho ou especies semelhantes.

Para os talhos a mesma proporção, devendo ser vendido primeiramente todo o osso—sabia-se que as classes menos abastadas eram as que mais cedo concorriam ao mercado—e mais tarde a carne limpa.

O decreto XXIV ocupava-se exclusivamente das mercearias, onde os generos estavam sendo vendidos segundo a cotação da libra.

Estabelecido pelo decreto II que não podia usar-se o cabaz, atacando-se assim o açambarcamento, restava atenuar o excessivo preço dos generos e para isso o XXIV determinava que o dinheiro papel seria aceito pelo valor da libra-cheque, valorisado em mais 500 % o já usado e em 1000 % o que fosse novo.

E como se tinha feito uma recentissima emissão de papel moeda, o governo contava assim não só acelerar a circulação das novas notas como sofrear a ganancia comercialista, tendo tambem em vista despertar no publico cuidados e atenções com

as notas, até ali tratadas com « gestos amarfanhentos e modos rasgativos », como se notava nos considerandos do citado decreto.

Para fiscalisar o exacto cumprimento destas disposições, crearam-se os lugares dos Fiscais da hortaliça, Vigilantes das carnes, Guardas peixe e Vareja mercearias (estes logo alcunhados de *moscas varejeiras).*

Assim, o governo, ao mesmo tempo que dava satisfação ás reclamações dos consumidores e da imprensa oposicionista, conseguia colocação para mais umas centenas de pretendentes a lugares publicos, engrossando deste modo o partido, o que era excelente em vesperas de eleições.

O estado das finanças, porem, ficou profundamente abalado com estas nomeações, mal comportando o excesso que as anteriores lhe tinham trazido.

Os impostos não se cobravam, porque os contribuintes monarquicos gosavam o favoritismo inherente ás suas categorias de antigos perseguidos das leis *draconianas* da Republica, e os republicanos, na grande maioria foragidos, não as tinham liquidado.

Por outro lado a lavoura mostrava-se receiosa, após a demissão dos comissionados para estudar o novo regimen cerealifero, e não levantou geira nem semeou bago.

Estes factos agravaram sobremaneira a situação.

Mas o governo preferiu o *saneamento*, não curando do *semeamento.*

E, assim, enveredou pelo caminho do « saneamento politico das classes armadas ».

A marinha foi sumariamente licenciada; os ofi-

ciais ficaram prestando serviço nas repartições e os poucos barcos que restavam foram desarmados.

No exercito, outro foi o sistema empregado para afastar do serviço de El-Rei, os elementos considerados «indesejaveis» pela Monarquia.

Começou-se pela publicação, num livro branco e azul, duma série de documentos autenticos contendo inéditos pormenores sobre as origens do grande conflito mundial, que deixaram a perder de vista as revelações de Cunha e Costa.

Comunicára-os o ex-Kaiser a sua Augusta Sobrinha: levara-o a isso a sua desinteressada dedicação pelo país onde reinava o seu Real Sobrinho.

Tais documentos provavam — nem mais nem menos! — que a Guerra Europeia fôra provocada pelos tenebrosos manejos de Bernardino Machado e Afonso Costa, consocios de João Chagas e de Norton de Matos na audaciosa empresa de lançar o velho mundo numa tremenda conflagração, forçando assim as nações a recorrer ao nosso auxilio militar, que o sindicato avaramente lhes venderia à razão de duas libras por cabeça!

Para julgar das responsabilidades das pessoas visadas em tão colossais revelações, constituiu-se uma alçada presidida pelo antigo par do reino Antonio Teles de Vasconcelos. A Bernardino Machado, Afonso Costa, João Chagas e Norton de Matos, já exilados e proscritos, não era possivel chegar o braço das justiças de El-Rei; repetia-se porém a historia da conhecida colisão: e no embate do encapelado mar de vindicta contra tão distantes rochas, foram os «tropas da guerra» quem sofreu a sorte do mexilhão...

Um decreto, precedido de considerações ten-

dentes a demonstrar a inconveniencia da nossa participação na Grande Guerra, adoptava severas sançoes contra todos os oficiais e praças que, numa errada compreensão do seu dever militar, nela houvessem tomado parte: eram todos expulsos das fileiras por não haverem tido a «coragem de escapar-se de ir para os campos de batalha, cooperando assim no acto criminoso das Instituiçoes e dos Governos que arrastaram o exercito à guerra, sem necessidade, crime inclassificado nos códigos e nunca visto na Historia, onde tantos crimes se preveem e registam».

Foram exceptuados apenas aqueles que se prestaram a assinar acto de publica retractação — de se haverem deixado levar p'rá guerra e de, uma vez ali, não terem desertado.

Além destes, obtiveram o real perdão quantos tinham lampada acêsa na Meca do antigo Conselho Superior da Politica Monarquica ou puderam fazer valer afinidades politicas ou ligaçoes pessoais. Cunha Leal, por exemplo, tendo estado em França, salvou-se graças à influencia de *Nemo*, que empregou todo o seu valimento em favor do antigo colaborador da *Epoca*.

Noutro decreto, manifestava-se a real munificencia reintegrando e promovendo por distinção todos os militares desertores posteriormente a 5 de Outubro de 1910, e condecorando, além disto, com a medalha de valor militar, os desertores, refractarios e punidos por covardia durante o periodo da guerra — da qual eles haviam sido as principais vitimas pelos prejuizos sofridos na sua tranquilidade e interesses.

Manda a verdade historica que se registe que

não foi tão unânime, como era de justiça, o aplauso a estas medidas. Os antigos integralistas, gente irrequieta, manifestaram-se abertamente contra elas, mas a grande massa monarquica interpretou o seu protesto como uma consequencia do despeito — por não ter sido fundida a Monarquia Restaurada no molde caprichoso das suas fantasias politicas.

O exercito sofreu, além disto, profundas modificações na sua estrutura. Fixou-se o serviço militar em 3 anos — a prestar só pelos pobres; para guardas de honra a Suas Majestades e às procissões, criaram-se além da Escolta Rial, vistosos corpos com honoríficas designações adequadas à forma de governo monarquica. As corporações e armas que, como a aeronautica, tinham uma tradição republicana, foram ou suprimidas, ou muito diminuidas.

Alguns zoilos ainda objectaram — que o bom governo do Estado e a defesa da Nação podiam com tudo isto alguma coisa sofrer: embora!

Ficava porém assim assegurado, e com fieis elementos, o que numa boa Monarquia mais importa: o serviço de El-Rei.

VII

A «Hidra» desperta...

A expulsão do exercito de tão grande numero de individuos que das armas faziam profissão, não deixou de originar fundas perturbações: em breve fraternisaram os oficiais e sargentos despedidos do serviço com a grande massa republicana do pais que a desconfiada vigilancia das autoridades e dos grupos de defesa do novo regime a custo mantinha manietada e submetida.

Os dirigentes republicanos que ainda se encontravam em Portugal, conceberam, de acôrdo com as comissões de oficiais e sargentos expulsos, um plano audacioso para derrubar a monarquia.

Aproveitando a existencia nas guarnições de Leiria, Tomar e Alcobaça de unidades que lhes eram francamente favoraveis, os revolucionarios resolveram organizar naquela região um nucleo de resistencia contra o governo real e, depois de concentrarem ali todos os elementos militares repu-

blicanos, formar um exercito que marchasse sobre Lisboa.

O governo, porém, teve denuncia do que se planeava, e depois de reforçar a guarnição de Santarem, mandou de Lisboa um forte contingente para o Entroncamento cuja escassa guarnição aderira aos sublevados, fez minar as pontes sobre o Mondego e concentrar tropas em Alfarelos, Amieira e Bombarral: ficavam assim isolados os republicanos e privados do auxilio dos elementos que pela via férrea poderiam vir juntar-se-lhes.

Apesar de não ser surpresa para ninguem tal movimento, a verdade é que a sua eclosão impressionou fundamente o país: a côrte mudou-se prudentemente para o Alfeite emquanto o governo concentrava em Lisboa todas as forças disponiveis do centro e sul do país para sufocar a insurreição.

Os republicanos, idealistas incorrigiveis, haviam escolhido o dia 10 de Junho, dedicado à comemoração do grande épico, para soltarem o grito de revolta: a prevenção do governo obrigou-os a antecipá-lo. Na madrugada de 3 algumas traineiras desembarcavam na praia da Nazaré os oficiais e sargentos demitidos pertencentes às guarnições do Porto e de Aveiro, os quais tinham conseguido trazer quatro metralhadoras e se dirigiram logo para Alcobaça.

A's 10 horas da manhã, no largo fronteiro ao historico convento, os canhões de Artilharia 2 saudavam na bandeira republicana as gloriosas côres que animaram os soldados de Portugal nas imortais jornadas de Africa e de Flandres.

Ao meio dia, sob o comando do general Roberto Baptista, concentravam-se em Caldas da Rainha

os elementos provenientes de Infantaria 5, 7 e 15, Cavalaria 4, Artilharia 2 e 7.º Grupo de Administração Militar. Com os civis voluntarios, tudo isto perfazia apenas 4 batalhoes de infantaria, sendo um em grande parte constituido por oficiais e sargentos, 2 batarias de artilharia e uma de metralhadoras, um esquadrão de cavalaria e os respectivos serviços auxiliares.

Para constituir este pequeno exercito, mais rico de coragem e de dedicação do que de meios materiais, haviam-se alistado voluntariamente não só republicanos da região, mas tambem elementos afectos ao regime proscrito, ali refugiados havia tempo, ou que haviam conseguido escapar-se de Lisboa e de outras cidades para acolher-se áquela nova Ilha Terceira, ultimo reduto da Democracia.

A marcha para o Sul iniciou-se ainda nesse dia.

A's 9 horas de 4, as avançadas republicanas da descoberta trocavam os primeiros tiros com as patrulhas do exercito real nas alturas da Roliça.

Para debelar o movimento, o governo organizára com elementos da guarnição de Lisboa e do sul do país uma Divisão de 10:000 espingardas, 800 cavalos e 12 canhões comandada pelo proprio ministro da Guerra, general Paulo do Quental; para constituir esta força de que faziam parte apenas oficiais de sua absoluta cenfiança, o governo tivera que convocar cinco classes licenciadas, vindo ainda assim desfalcadissimas as unidades: as faltas à chamada haviam sido numerosas, o que se explicava pela impopularidade da mobilização.

Apesar da sua superioridade em efectivos e em artilharia, o exercito real, com os seus quadros de antigos oficiais demitidos ou afastados do exercito

havia longo tempo, desde a Traulitania de 1919, uns, desde as incursões de 1912, outros, e de praças combatendo de má vontade, apresentava-se moralmente inferior ao pequeno exercito republicano, enquadrado quasi totalmente por oficiais da Grande Guerra e composto de efectivos batendo-se com entusiasmo por uma causa considerada bem sua.

Repelidas as avançadas realistas, ás 11 horas iniciava-se a batalha conhecida pelo nome — do Bombarral, onde ficára o centro do exercito realista, que apoiava a sua esquerda na Lourinhã e a direita no Cadaval.

O dispositivo da coluna republicana ficou definido pelas posições Roliça, Sobral, Ruivos, Vermelha: em situação obliqua, portanto, relativamente à sua adversaria.

Após nutrido canhoneio, os republicanos pronunciaram um ataque sobre o centro inimigo (Bombarral): o exercito monarquico, por seu lado, fizéra avançar a sua esquerda para atacar a direita dos republicanos: estes, porém detendo com algumas forças este ataque, prolongaram a sua ala esquerda, tomaram o Cadaval, e após uma furiosa carga, flanquearam a direita dos seus contrarios que se viram forçados a bater em retirada sobre Torres Vedras, abandonando muito armamento e numerosos prisioneiros aos quais os republicanos deram liberdade, exigindo apenas dos oficiais o compromisso de honra de não mais os combaterem.

A repercussão desta vitoria republicana foi enorme em Lisboa: D. Manuel II transferiu a sua côrte para Vila Viçosa, acompanhando-a o governo.

O exercito monarquico fixou-se então na línha

Foz do Sizandro, Torres Vedras, Carvoeira, fortalecendo-se com os reforços insistentemente pedidos a Lisboa.

Em 6, a coluna republicana enfrentava as posiçoes dos seus adversarios: durante todo este dia e no de 7 o canhoneio de artilharia e o tiroteio das duas infantarias foi vivissimo; os ataques deram, é certo, vantagem aos republicanos, mas uma circunstancia tornava bastante grave a sua situação: — o esgotamento das suas muniçoes, que eram constituidas apenas pelas que se encontravam nos paiois das unidades sublevadas, emquanto que o exercito real dispunha dos depositos e das fabricas de material de guerra, concentradas em Lisboa...

Se as guarniçoes de Santarem e Abrantes, nas quais os republicanos tinham entendimentos, não se pronunciassem rapidamente, e se não se conseguisse aniquilar numa só batalha o exercito monarquico de maneira a executar-se uma marcha fulminante sobre a capital, era gravissima a situação dos republicanos. Tentaram estes, nesse sentido, o impossivel.

Na manhã de 8 um batalhão republicano forçou a passagem do Sizandro na ponte da Coutada e apoderou-se de S. Pedro da Cadeira: assim ameaçado, o exercito monarquico recuou sobre Mafra, ocupando a linha Ericeira, Mafra, Malveira, S. Gião, isto porém, depois de disputar o passo aos republicanos cujo municiamento ficava assim reduzido ao minimo.

Em Lisboa faziam-se graves acusações ao comando e estado maior do exercito monarquico, censurando a sua passividade. O general Quental, com as suas tropas muito reforçadas, começou então

na manhã de 9 de Junho a tão reclamada contra-ofensiva.

Iniciado o movimento, a guarda avançada monarquica encontrou-se no Gradil com a cavalaria republicana, travando-se violento combate em que a enorme superioridade de numero deu vantagem aos monarquicos, os quais puderam assim prosseguir no seu avanço para o norte. A situação era critica para os republicanos se não conseguissem demorar os seus contrarios. O intrepido Aragão desenvolveu uma carga contra a cavalaria monarquica no Turcifal, detendo assim as avançadas contrarias o tempo necessario para as tropas republicanas ocuparem as suas posições de combate, e retirou em seguida em duas fracções — indo a maior ocupar os Casais da Serra da Vila, a Oeste, e a menor, o Casal do Salgado, a Leste.

O exercito republicano tomara a disposição seguinte: a artilharia, junto do convento do Barro, e a infantaria e as metralhadoras ocuparam a encosta sul da Serra dos Capuchos, entre o morro do Engenheiro, onde ficou tambem o comando, e o moinho do Firmo, procurando assim barrar o avanço aos monárquicos.

Estes, pelo seu lado, colocaram a artilharia no Turcifal, moinho de S. Bento e terrenos a Sul da Quinta Batalha Reis; a infantaria desenvolveu-se entre a Quinta da Viscondessa e Quinta Batalha Reis.

A's 14 horas e após violento duelo de artilharia, a infantaria monarquica lançou dois ataques — um sobre a Serra dos Capuchos, e outro, partindo do Casal do Carapau, sobre o flanco direito dos republicanos cujas munições quasi totalmente

consumidas não permitiam o prolongamento da resistencia, nem os seus limitados efectivos a ocupação em força do terreno que se estende para Leste até aos Casais da Serra da Vila, defendidos por dois pelotoes da cavalaria republicana, os quais, apeando-se e servindo-se habilmente das suas carabinas, demoraram bastante tempo os atacantes: estes, porem, em numero quatro vezes superior, quasi conseguiram romper, cortar mesmo a retirada ás forças republicanas que retrogradavam para Torres e apoderar-se talvez da artilharia que no Barro esgotava as suas derradeiras ganadas para proteger o movimento e fazia fogo com notavel pericia, conseguindo alguns dos seus tiros destroçar os parques da artilharia contraria.

O major Aragão tomou a denodada iniciativa de lançar-se com os seus cavaleiros em doida carga sobre os atacantes: como na manhã heroica de Naulila, o bravo cavaleiro conseguiu deter o inimigo, mas com o sacrificio quasi total do seu bravo esquadrão. A artilharia republicana, todavia, estava salva e conseguia tomar posição no Castelo.

Tantos generosos sacrificios e nobres heroismos tinham que ser, porém, inuteis pela falta de munições. Após desesperado combate nas ruas de Torres Vedras, as forças republicanas retiravam para os redutos de S. Vicente e Alto da Forca, a Norte, mantendo sempre o contacto, em vivo tiroteio com as forças monarquicos.

Ao cair da tarde, a situação da coluna revolucionaria era, praticamente desesperada, mas os seus combatentes desconheceram o desanimo.

Reunido o conselho de guerra sob a presidencia do general, verificou-se que não existiam já

muniçoes algumas para a artilharia; para a infantaria restavam 30 cartuchos por espingarda . .

Quanto à situação do país, havia noticias de se terem pronunciado pela Republica uma parte das guarniçoes de Chaves e de Bragança. Sublevara-se tambem Infantaria 2 em Abrantes, ocupando Tancos, Torres Novas e o Entroncamento, cuja guarnição retirara sobre Santarem: vinha já tarde, porém, para salvar a comprometida situação. . .

O dia seguinte era o de 10 — que no plano dos revolucionarios devia ser o do começo da vitoria e que assim marcava a derrocada final das suas esperanças. . .

Foram estudadas diferentes soluçòes — excepto a da capitulação.

Alguem sugeriu então um plano audacioso: com Infantaria 2, sublevada, no Entroncamento, e desguarnecida Portalegre pela vinda de Infantaria 22 para a divisão realista, aberta ficava a fronteira, por Marvão. . .

Ficou assente o internarem-se em Espanha e tomaram-se imediatamente as necessarias disposições.

Ao cair da noite, evitando fazer o menor ruido, as duas batarias republicanas, agora inuteis, unicamente com os condutores tomaram o caminho de Alcobaça. Cêrca das 10 horas da noite, a infantaria, sem que o inimigo a pressentisse, deixava as suas posiçoes; contribuiram para completar a ilusão os fogos de bivaque mantidos pelos restos da sua heroica cavalaria que ao romper de alva galopava a reunir-se à coluna. Concorreu para o exito a forçada imobilidade da artilharia monarquica.

Ao começo da tarde e depois de terem repelido

varios ataques da cavalaria monarquica em Vilar e Rio Maior, a coluna republicana ficava em acantonamento de alarme nesta ultima localidade; na madrugada de 11 punha-se de novo em marcha, e depois dum combate de cavalaria, em Alcanede, reunia-se a Infantaria 2 no Entroncamento ao cair da tarde. Existia ali, retido, grande quantidade de material ferro-viario: organizaram-se com ele dois grandes comboios nos quais embarcou o que restava dos valentes da heroica aventura que por um momento puzera a dois passos da quéda uma Monarquia implantada meses antes...

A's 4 horas da tarde de 13 a coluna desembarcava na estação de Marvão — para deixar Portugal — sem saber até quando!

Antes porem de transpôr a fronteira, efectuou a sua ultima formatura geral: a da despedida à bandeira.

Num improvisado mastro, içou-se pela ultima vez a insignia verde e vermelha: saudaram-na tres descargas — os derradeiros cartuchos. Com as suas guerreiras côres, a bandeira flutuou arrogante, num ultimo desafio, enquanto os écos repercutiam pela vasta charneca alentejana as notas graves dos clarins tocando a marcha de continencia.

Arriada devagar, muito devagar, palpitou um momento no ar calido, e desapareceu emfim. Ante a comoção daquele punhado de herois que tinham lagrimas nos olhos, o porta-bandeira, um bravo que trazia ao peito a cruz de guerra, beijou-a demorada e religiosamente.

Chamado o tenente comandante da secção da guarda fiscal, foi-lhe entregue o armamento e o que restava dos fundos da coluna.

Sem recursos e tendo ante si um futuro incerto, aquele punhado de portugueses ao entrar assim na terra estrangeira — podia tambem dizer que tudo se teria perdido — mas que a honra, essa ficara intacta.

*

* *

Afastado o perigo, a Côrte e o governo regressaram a Lisboa. A intensidade do susto que deles se apoderara mediu-se bem pela violencia da repressão a que em todo o país se procedeu, a proposito de liquidação de responsabilidades no movimento.

Revelaram-se mais violentos na exigencia duma «repressão exemplar», os que mais receosos se haviam mostrado na hora em que o perigo lhes fizera entrevâr a possibilidade de terem que «desaderir»...

Encheram-se de «suspeitos» prisões que longo tempo guardaram o segredo da forma como a Monarquia se defendia.

De muitos dos que nelas deram entrada, jámais houve noticias.

Não sendo ainda lei do país a tão reclamada pena de morte, seguiu-se o processo de «eliminar» os vencidos no segrêdo dos cárceres.

Na geração actual haverá, por certo, quem se lembre de ter visto nas paredes de Lisboa e das principais cidades do país, cartazes de aparencia inocente, com esta singela palavra — *Solarine.*

Parecerá aos nossos contemporaneos que tal vocábulo anunciaria qualquer inofensivo produto: pura ilusão. Aquela palavra, fatidica, ao tempo,

era a designação pela qual se conhecia o veneno com que a Monarquia Restaurada « liquidava » os seus inimigos, e era como que uma prevenção e uma ameaça: que ninguem contra ela conspirasse!

Os fascistas italianos do primeiro quartel do seculo XX haviam posto em voga o óleo de rícino; em Portugal, numa patriotica reacção contra as imitações do Estrangeiro, optou-se pela *Solarine*, nome pelo qual era conhecida a poção venenosa que aos presos se ministrava. O Inspector geral das prisões do Reino, Solari Alegro, fôra o inventor do método e daí a designação. Talqualmente sob o sorriso melífluo do seu autor, aquela anodína aparencia de anuncio banal recordava a ameaça da terrivel *acqua toffana* do Regime, a quem contra ele conspirasse.

Fica assim explicado o sentido, até agora obscuro, dos versos do conhecido vate Augusto da Costa, que até nós chegaram:

A quem a c'rôa deteste
E p'ra os «vermelhos» se incline,
Que este aviso lhe preste:
— Cautela co'a « Solarine »!

Rezam as crónicas, porém, que nem todas as vitimas ingeriam com igual passividade a mortifera beberagem; muitas relutancias houve que só por manha os algozes conseguiram vencer: a alguns foi-lhes a *Solarine* ministrada traiçoeiramente e lisongeando-se o predilecto vicio das vítimas, sob as aparencias enganadoras dum cafézinho da « Brasi-

leira» ou do «Italia», de vinho do Termo, e até mesmo de agua-pé.

Que o processo, embora censurado por alguns, foi eficaz, prova-o o facto de ter a Monarquia domado assim, durante algum tempo, a ameaçadora hidra republicana.

As eleições gerais fôram feitas sem o menor protesto, graças à intervenção energica das autoridades, apoiadas pela força armada. Graças ainda a estas entidades, puderam tranquilamente funcionar, sem oposição nem assuadas do publico, as novas côrtes do Reino.

VIII

As Côrtes do Reino

Para a constituição e atribuições da Camara dos Dignos Pares do Reino, uma real ordem poz em vigôr o decreto ditatorial de 23 de Dezembro de 1907, e aplicou aos pares a nomear «por direito proprio» e hereditario e aos de nomeação régia, o Artigo 40.º da Carta Constitucional e os §§ 2.º e 7.º do Art. 6.º da Carta de Lei de 24 de Julho de 1885.

O *Diario do Governo* de 19 de Junho publicava já a nomeação dos seguintes Dignos Pares:

Arcebispos: de Braga, Evora e Lisboa.

Bispos: de Beja, Bragança, Coimbra, Guarda, Lamego, Leiria, Porto e Vizeu.

Duque de Palmela. Marquezes de: Gouveia, Lavradio, Sousa Holstein e Tancos. Condes de: Alcaçovas, Bertiandos, Bomfim, Cartaxo, Castelo de Paiva, Galveias, Margaride, Martens Ferrão, Paraty, Ribeira Grande e Sabugosa. Viscondes de:

Atouguia, Portocarrero e Soares Franco. Conselheiros: Dr. Abel de Campos, Dr. Alberto Navarro pae, Antonio Carlos Coelho de Vasconcelos Porto, Artur Carvalho da Silva, Dr. Artur Morais Carvalho, Dr. Fernando Martins de Carvalho, Henrique de Paiva Couceiro, Dr. João Albino de Sousa Rodrigues, João de Azevedo Coutinho, Joaquim do Espirito Santo Lima, Joaquim Xavier Oriol da Pena, José da Silva, José Vaz Seabra de Lacerda, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Dr. Luís de Magalhães, Dr. Manuel Duarte de Almeida, Dr. Paulo Cancela de Abreu, Rodrigo Afonso Pequito e D. Tomás de Almeida Manuel de Vilhena (Pancas).

Para a eleição dos Senhores Deputados fôra declarado em pleno vigôr o decreto eleitoral de 8 de Agosto de 1901 e mapa anexo, segundo o qual esta Camara devia ficar constituida por 155 deputados sendo: 134 pelo Continente, 14 pelas Ilhas Adjacentes, e 7 pelo Ultramar.

As autoridades, em obediencia às ordens recebidas, fizeram proclamar pelos diferentes circulos os seguintes senhores deputados:

N.º 1 — *Viana do Castelo:* Dr. João Augusto Vieira de Araujo, Dr. João Espregueira da Rocha Páris, Dr. José Antonio Vieira de Matos, Dr. Laureano Pereira de Castro e Brito, Miguel Alpoim de Agorrêta e Visconde de Cortegaça.

N.º 2 — *Braga:* Dr. Adolfo Sampaio M. Pinto de Almeida, Dr. Alberto Simoes Correia, Dr. Augusto de Matos Lopes de Almeida, Conde de Azevedo, Conde de Carcavelos, Firmino da Mota Guedes, Dr. José Julio Vieira Ramos e Conselheiro Manuel de Amorim Novais Leite.

N.º 3 — *Vila Real:* Cons.º Antonio Cabral, An-

tonio Sampaio da Cunha Pimentel, Henrique Rodrigues Teixeira, Humberto de Carvalho Vasques, Joaquim Monteiro, Dr. José Correia de Barros e Dr. José Meireles da Costa Pinto.

N.º 4 — *Bragança:* Adelino de Menezes, Coronel Carlos Leitão Bandeira, Dr. João Moreira de Almeida e Joaquim Leitão.

N.º 5 — *Porto (oriental)*: Antonio Marques da Cunha, Dr. Antonio Pereira de Sousa, Antonio Valadares Botelho, Augusto Nogueira de Magalhães, João Gomes do Espirito Santo, Dr. José Domingues de Oliveira e Dr. Leopoldo Correia Mourão.

N.º 6 – *Porto (ocidental):* Abilio Vilaça, Dr. Antonio da Silva Guimarães Junior, Francisco Pessoa de Amorim, Jaime Rodrigues de Sousa, João M. Ribeiro da Cunha, José Pinto de Faria e Dr. Pedro Alexandrino de Sousa.

N.º 7 — *Aveiro:* Dr. Amador Valente, Dr. Antonio Homem de Melo, Conde de Agueda, Dr. Jaime Duarte Silva e Dr. Lourenço Peixinho.

N.º 8 — *Coimbra:* Dr. Antonio de Carvalho Lucas, Dr. Antonio Peixoto de Bourbon, Conde de Valenças, Dr. Francisco Cruz Amante, José Miranda e José de Sá Paes do Amaral (Alverca).

N.º 9 — *Arganil:* Drs. Carlos Sacadura, João Augusto dos Santos e Querubim do Vale Guimarães.

N.º 10 — *Vizeu:* Albano de Abreu, Dr. Albertino de Pinho (Cepões), Dr. Alfredo Ferrão, Dr. Antonio Silveira, Dr. Luiz Ferreira, Dr. Nicolau Luiz Damião e Visconde do Banho.

N.º 11 — *Lamego*: Dr. Alvaro Soares de Melo, Dr. Antonio de Melo Vaz de Sampaio, Dr. Anto-

nio Moniz Rebelo, Padre Antonio da Silva Agra, Dr. Joaquim Festas, Dr. Rufino Osorio, Dr. Antonio Lacerda.

N.º 12 — *Guarda:* Dr. Antonio Alves Teixeira Lorga, Dr. Augusto Correia, Dr. Carlos Sacadura de Sena Belo, Dr. João Diniz Vitorino, Dr. João Sacadura Boto Corte Real, Dr. Joaquim José Gomes.

N.º 13 — *Castelo Branco:* Dr. Alexandre de Almeida Garrett, Dr. Antonio Augusto Belo, Padre A. Ramos da Costa, Dr. José Nave Catalão, Dr. Manuel da Silva Cordeiro e Visconde de Tinalhas.

N.º 14 — *Leiria:* Dr. Antonio de Vasconcelos (Figueiró dos Vinhos), Dr. Augusto Crespo, Padre José Ferreira de Lacerda, José Rino, José Rito dos Santos e Dr. Mario de Aguiar.

N.º 15 — *Lisboa (oriental):* Dr. Albano Castelo Branco, Antonio de Melo Machado Campêlo, Dr. Antonio Fontes, Dr. Antonio Caldeira Coelho, Carlos de Vasconcelos e Sá, Dr. Fernando de Matos Chaves e Julio da Costa Pinto.

N.º 16 — *Lisboa (ocidental):* Dr. Anibal Soares, Dr. Antonio de Azevedo Meireles, Dr. Antonio Parreira Cabral, Carlos da Mota Marques, Dr. Gabriel Vitor Bugalho Pinto e Dr. Guilherme de Sousa Machado.

N.º 17 — *Setubal:* Alvaro Pinheiro Chagas, Dr. Fernando Pizarro de Sampaio e Melo, Dr. Henrique Pereira e Dr Fernando Waddington.

N.º 19 — *Santarem:* Dr. João de Passos Canavarro, Luís Augusto da Costa Ramos, Luís de Sommer, Dr. Manuel Teles Feio, Norberto Pedroso e Visconde do Sorraia.

N.º 18 — *Portalegre:* Dr. José de Sequeira,

Lourenço Caiola, Dr. Manuel de Magalhães Pessoa, Dr. Mario de Miranda Monteiro e Dr. Rui de Andrade.

N.º 20 — *Evora:* Dr. Adriano da Silva Monteiro, Dr. Alfredo Cunhal, Antonio Coelho de Vilas Boas, Conde da Ervideira e Joaquim Lopes da Mota Capitão.

N.º 21 — *Beja:* Dr. Domingos Pulido Garcia, Dr. Eduardo Fernandes de Oliveira, J. Baptista Branco e Dr. Nuno de Lacerda.

N.º 22 — *Faro:* Alexandre de Sousa Figueiredo e Melo, Antonio Feliciano Trigoso, Dr. João Franco Pereira de Matos e José dos Reis Queiroz.

N.º 23 — *Funchal:* Aires de Ornelas de Vasconcelos, Dr. Juvenal Henriques de Araujo, Luís de Freitas Branco e Dr. Luís Vieira de Castro.

N.º 24 — *Ponta Delgada:* Dr. Aristides Mota, Conde de Albuquerque, Dr. José Bruno Tavares Carreiro e Dr. Luís de Bettencourt.

N.º 25 — *Angra do Heroismo:* Conde de Sieuve de Menezes, José Julio da Rocha Abreu e Frederico Lopes da Silva.

N.º 26 — *Horta:* Dr. José Maria da Rosa Junior, Laureano Armas e Visconde de Leite Perry.

N.º 27 — *Cabo Verde:* João Velez Caldeira.

N.º 28 — *S. Tomé e Principe:* Visconde de Malanza.

N.º 29 — *Angola:* Barão de Cabinda (Manuel José Puna).

N.º 30 — *Moçambique:* Eduardo de Couto Lupi.

N.º 31 — *Margão:* Constancio Roque da Costa.

N.º 32 — *Mapuçá:* Pedro Augusto Vieira da Fonseca.

N.º 33 — *Macau e Timor:* Dr. José Soares da Cunha e Costa.

A escolha do representante por este ultimo circulo fôra devida, diziam uns, á larga repercussão dos meritos do ilustre causídico que até tão longinquas paragens havia chegado, ao que outros maldosamente objectavam que tal facto representava apenas o intuito de o fazerem eleger onde menos probabilidades houvesse de ser conhecido...

Os parlamentares proclamados em 13 de Junho, dia de Santo Antonio, reuniram-se em 23, vespera de S. João, para elegeram a *mesa.*

Manifestaram-se imediatamente as mais profundas divergencias, porque todos queriam ter assento, não sendo facil, com tão poucos logares, dar cabidela a tantos pretendentes. Cortou-se o nó górdio pela proposta do deputado Rocha Páris, imediatamente aprovada, para que se dessem os logares — «aos mais belos».

A Camara escolheu bispos e arcebispos, em homenagem ao Cardeal Patriarcha, D. Antonio Mendes Belo, e como repulsa pela campanha de *Nemo,* que continuava flagelando a marcha da restauração.

Para presidente dos pares foi escolhido o arcebispo de Lisboa, secretariado pelos de Braga e Evora, tendo como vice-presidente o bispo de Beja. Para os deputados: presidente, o padre Ramos da Costa, do circulo de Castelo Branco, secretariado pelos padres Antonio da Silva Agra, do de Lamego e José Ferreira de Lacerda, do de Leiria, tendo como vice-presidente, o deputado por Arganil, Querubim do Vale Guimarães, não por ser padre,

mas por ser querubim — anjo de primeira gerarquia.

Páris tivera em vista transformar as côrtes, de harmonia com o seu mitologico apelido, em angelical mansão de flôres.

Cunha e Costa, porém, levantou uma questão previa, propondo que, dada a constituição da *mesa*, o discurso da corôa passasse a denominar-se — oração da corôa.

Esta proposta, aprovada pelo centro catolico e pelas direitas, foi impugnada por Lourenço Caiola, propondo que se desse primazia de discussão à questão do hino.

Outros deputados o apoiaram e estas divergencias estabeleceram um certo tumulto, que pôz uma nota discordante na até então calma assembleia.

Já na missa do Espirito Santo, a que, em obediencia á tradicção, os parlamentares tinham assistido, se assinalaram essas notas discordantes: o deputado Puna (Barão de Cabinda) apresentára-se de tanga e *casse-tête*, tal como costumava «fazer a avenida» na sua sanzala natal e Constancio Roque da Costa, aferrado ás costumeiras de Damão, foi dificil de convencer a que não trouxesse tambió...

Para que fosse votada a proposta retinia a campainha de chamadas, mas muitos deputados não tinham comparecido à sessão, como Rui de Andrade e Miranda Monteiro, presos nas ceifas do Alentejo e o dr. Alvaro Soares de Melo que, encarregado de organizar uma guerrilha para defesa do Regime, a quando do movimento de Junho, ainda não regressára de Espanha, onde fôra adquirir armamento. O proponente, porem, insistiu:

— Apelo para o exemplo de coerencia de todo o meu passado — gritou, iracundo, o dr. Cunha e Costa.

Ante esta invocação, emudeceram todos.

Realmente, entre os presentes, o celebre causidico era o unico que estava sempre em inegavel coerencia com os acontecimentos que se sucediam na vida nacional...

As saidas chistosas e o feitio *gavroche* de Cunha e Costa, que começava a — re-evolucionar para a esquerda, irritavam profundamente alguns deputados, entre eles Moreira de Almeida, que o não poupava nas colunas do *Dia*, como o não poupou na Camara, destacando-se no combate á proposta. Mas o causidico deu-lhe logo o troco.

— Que credito querem os senhores que mereçam os ataques de um deputado que tem ligações com um jornal que começou a mentir no proprio titulo: que sae à noite e se chama *O Dia?*

Esta frase irritou mais ainda os já irritados animos e um congressista, magoado, exclamou:

— Meus senhores! Haja harmonia! Os republicanos, às vezes, entendiam-se!

— Ora, ora, meu amigo! obtemperou, avinagrado, o deputado Silva Agra. Se era para seguirmos precedentes da Demagogia, escusavamos ter feito a Restauração.

— Ordem! Ordem! — clamava-se de varias carteiras.

— E' uma vergonha! Logo na primeira sessão! — exclamavam outros.

O presidente, farto de badalar estrepitosamente a campainha, num gesto forte de quem se habituára a servir-se do campanudo instrumento ao

levantar a Deus, ameaçou de pôr o solidéu e ia a regougar a habitual frase: — *Ite, missa est,* quando se recordou que estava, apenas, no templo das Leis.

Cunha e Costa, satisfeito com a ironia que dirigira a Moreira de Almeida, prontificou-se a retirar a proposta, e os animos serenaram, o que permitiu entrar-se na nomeação de Comissões, alvitre do deputado Carvalho Lucas, que assim concorria para acalmar os já tão excitados animos.

Concluidas algumas votações, passou-se à *Ordem do Dia;* o que logo levantou novos protestos de Cunha e Costa, numa *blague.*

—A' ordem do *Dia*... nem um ávo de segundo!

— Ordem! Ordem! — foi o grito que partiu de quasi todas as bancadas, enquanto o presidente de novo procurava, afanosamente, o solidéu.

E a sessão foi suspensa, para continuar no dia seguinte... à mesma hora.

*

* *

A segunda sessão abriu pela nomeação de mais comissões, passando-se seguidamente à chamada *Ordem do Dia:* Reforma ortografica, Contrato dos Tabacos, Imposto Ad-valorem e Lei dos Chafarizes.

Pediu imediatamente a palavra o deputado por Leiria dr. Augusto Crespo, que em modos pouco augustos se encrespou solenemente contra o que ele chamava «a amputação forçada dos p. p.»

Num longo discurso, em que frequentes vezes o presidente teve necessidade de chamar a Camara à ordem, sua ex.ª tentou provar que as letras dobradas, alem de poderem servir para estabelecer graus de magnitude para objectos com a mesma designação (v. g. *sala,* pequena e *salla*, grande) podiam ainda servir para, triplicando-se, reforçar o significado dalgumas outras, sobretudo das que tivessem rr, alem da vantagem de que, para um numero egual de paginas o maior numero de letras em cada palavra faria com que se escrevessem menos asneiras, o que de modo algum era indiferente para muitos dos jornalistas da Causa...

Esta afirmação levantou protestos, destacando-se os do deputado por Lisboa (oriental) dr. Antonio Caldeira Coelho, a quem respondeu o dr. Pulido Garcia, do circulo de Beja, recomendando— «não vá o Coelho alem da caldeirada».

Caldeira Coelho, procurando fugir á ratoeira epigramatica do dr. Pulido, redarguiu «as graças do sr. Garcia são pouco polidas...»—e tanto bastou para que a sessão fosse interrompida por meia hora, dados os protestos da maioria da Camara a bradar :

— Ordem ! Ordem ! Estão fóra da ortografia em discussão !

Reaberta a sessão, o deputado Anibal Soares apresentou um projecto de lei, pelo qual «as letras dobradas passam a ser quadruplicadas durante oito anos, pondo-se assim em dia».

E o antigo director do *Correio da Manhã*, justificando o seu projecto, discursou largamente, no intuito de demonstrar que tendo a Republica suprimido, durante os dezasseis anos que reinou

(frase textual) as letras dobradas, impunha-se que em metade desse periodo elas fossem escritas quadruplicadamente, a fim de recuperar a falta, ficando assim saldada a grande divida a favor da sagrada e antiga ortografia do ph e dos ff e rr.

A proposta do deputado Anibal Soares foi aprovada quasi por unanimidade e com dispensa de segunda redacção, visto tratar-se de um categorisado jornalista da Causa.

O imposto *ad-valorem* foi transformado, após breve discussão, em *ad-usum*, entrando-se seguidamente na apreciação do projecto da Lei dos Chafarizes, pela qual se interessavam varios deputados, em satisfação dos desejos e instantes pedidos de varias juntas de paroquia, em cujas sedes só havia poços.

Por esta nova lei o governo construiria chafarizes nas localidades onde os não houvesse, mediante compromisso previo dos influentes locaes, de que votariam sempre com os monarquicos.

Captando a agua, procurava-se captar eleitores, aproveitando-se o tradicional chafariz.

Varios padres—deputados, porém, optaram pela construcção de capelas, e a sessão tornou-se tumultuosa, a despeito dos esforços do presidente, num badalar ensurdecedor do campainha.

Os protestos brotavam mais rapidos, do que a agua dos futuros chafarizes e mais barulhentos do que os sinos das projetadas capelas — o que levou o presidente a pôr o solidéu, interrompendo a sessão por meia hora.

Dado o tempo suficiente para uma visita reconfortante ao bufete, reabriu a sessão.

Como, porém, tivesse passado a hora da ordem

do dia, o presidente propoz que se discutisse uma proposta que tinha sobre a mesa, do deputado sr. Lourenço Caiola, sobre a escolha do hino.

Ouviram-se novos protestos, porque se não resolvera ainda a questão dos chafarizes, mas o presidente, conciliador, lembrou que a materia fosse dada para a abertura da sessão seguinte — proposta que não logrou serenar os animos.

O deputado sr. Visconde de Malanza, apoiado pelo sr. Barão de Cabinda e pelo sr. Constancio Roque da Costa, propoz que se realizasse uma sessão noturna, exclusivamente destinada aos chafarizes.

Esta solução serenou os animos e passou-se á questão do hino, não sem os protestos de alguns senhores deputados, que desejavam tratar primeiramente da interpelação anunciada, sobre a forma porque o governo tratára a questão das subsistencias e dos cambios.

E foi por entre uma atmosfera carregada que o sr. presidente anunciou que estava em discussão — o hino.

Pediram a palavra varios dos senhores deputados e porque à mesa não chegassem bem claros os nomes, o presidente deu-a ao sr. deputado Visconde do Banho, que principiou assim:

— E' com calôr, ao influxo da temperatura de elevado patriotismo que...

Mas ficou no *que,* cortado que foi o seu discurso pelos protestos violentos dos senhores deputados que primeiramente, afirmavam, tinham solicitado a palavra.

E como o sr. presidente, no sussurro provocado pelos protestos e apartes, não conseguisse dis-

tinguir quem pedia a palavra, os constitucionais, em côro, entoaram o *Hino da Carta,* manifestando pelo canto o que a confusão não permitia que fizessem pelo discurso.

Esta atitude dos constitucionais vibrou, na Camara, como um toque de campainha electrica, electrisando as restantes facçoes.

Os deputados partidarios de D. Nuno, de pé e em grita, entoaram o *Rei Chegou,* emquanto no seu sector os catolicos, esganiçando-se num cantochão horripilante, lhes respondiam com o *Queremos Deus p'ra nosso Rei* .

Era um amálgama formidavel de notas vocais formidavelmente desafinadas; ao discutir-se o hino a adoptar, não havia harmonia possivel — e isto mesmo fôra previsto numa das reuniões do *chic* monarquico, dias antes efectuada nos salões de D. Sára da Mota Vieira Marques.

O presidente do Ministerio pretendeu fazer valer as suas preferencias no assunto, chegando a entoar os primeiros acordes do *Hino da Restauração*, mas a Camara, num milagre de unisono, protestou, cantando, na musica da *Rosa Tirana*:

O' *Silva-a-a,* tirano!

O presidente tentou acalmar a balburdia hinária, fazendo tocar o carrilhão grande e, como nada conseguisse, interrompeu a sessão, pondo o solidéu na cabeça e descendo da mesa a trautear:

O' *Ramos* reais das canas,
Quem vos mandou aqui vir?....

Nos Passos Perdidos os continuos batiam o fado...

*

* *

A sessão de 28 de Agosto foi assinalada por acontecimentos imprevistos e afirmações de certa gravidade — e decorreu tão tumultuosa como todas as antecedentes.

As primeiras escaramuças foram provocadas pela apresentação de um projecto de lei, em que o deputado Agorrêta, apologista de medidas radicais, estabelecia que «para completa defesa do Regime no presente, e solida garantia de «precavente defesa no futuro«, todos os decretos de demissão de funcionarios considerados desafectos, fossem assim redigidos:

«E' demitido F. e outros que porventura venham a ser nomeados...»

Alguns deputados acharam «pouco defensivo», outros «algo radical para ser discutido por tão conservadora assembleia», sendo a maioria da opinião que «tinha fins altamente futuristas».

Agorrêta esclareceu: na verdade o seu projecto previa o futuro, porque nada mais facil de que virem a ser nomeados, por lapso ou impensada recomendação, inimigos do Existente. Assim, graças à sua visão defensiva, eram demitidos antes de nomeados.

Cunha e Costa elucidou: ninguem pode ser demitido sem ter exercido, fazendo uma erudita demonstração do facto, conducente a provar que,

em tal caso, tambem se deviam considerar sem direito a *assento* os deputados que ainda não tinham tomado a cadeira.

Os apartes cruzaram-se num crescendo de maré que enche.

—É classificar de suspeitos os que estão para vir!

—Não se admite paralelo entre nomeados e eleitos!

—Nem a propria Republica se defendeu por essa forma—redarguiu Cunha e Costa, acrescentando que, se o tivesse feito, talvez o triunfo da Restauração não fosse tão facil.

Esta espontanea observação desencadeou um cataclismo.

O «casse-tête» do barão de Cabinda entrou em funções de sucessor do antigo pau de bater bifes; muitas carteiras ficaram escavacadas, e a sessão suspendeu-se por entre conflitos pessoais, pois ao passo que alguns deputados pretendiam agredir o dr. Cunha e Costa, outros defendiam-no á *outrance*, de punho fechado e tinteiros assestados.

Reaberta duas horas depois, que tanto foi necessario para que, no bufete, se acalmassem os patrioticos nervos dos defensores do Regime, o deputado sr. Joaquim Leitão propôs que fôsse adiada a discussão do projecto pendente, aproveitando-se o resto da sessão para apreciar o seu projecto, ha dias vindo com parecer da comissão respectiva, para proteção aos menóres, estabelecendo-se o principio de que não deviam ser compelidos a exercer qualquer profissão para que não tivessem geito ou queda, evitando-se assim «que caissem sem geito nos misteres a que se não adaptavam».

O deputado Conde de Carcavelos protestou, lembrando que era questão primordial a desvalorisação da moeda, pois muitos dos vinicultores da região onde baptisara o titulo envergonhavam-se de pedir 580$000 por meia garrafa do genuino, com rolha marcada a fôgo e capsula vincada a ferro.

— A ferro e a fôgo deviam eles ser tratados, — redarguiu, num aparte, o deputado por Setubal Alvaro Pinheiro Chagas, arremetendo em defesa do Moscatel do circulo.

Este simples aparte poz a Camara em ebulição; os senhores deputados pelo Porto ferveram de energia na defesa do Ferreirinha e do da Companhia do Alto Douro, muito mais baratos — 320$000 a garrafa, no que foram combatidos pelos senhores deputados do Funchal, proclamando a excelencia do Madeira a 280$000.

— Uma questão de vinhos à carta — *blagueou* o deputado Cunha e Costa.

O deputado sr. Luís de Magalhães, aproveitando este áparte, enviou para a mesa uma questão previa: «Porque restaurámos a Carta no Porto em 1919».

No intuito de sanar o conflito o presidente que frequentes vezes fizera o gesto de pôr o solideu, apressou-se a participar que a questão previa preteria...

Mas não poude concluir...

— No *pretérito* estamos nós, visto que a questão dos vinhos de ha muito tem sido a preocupação de sucessivos governos, tendo até dado causa a complicações internacionais — bradaram em unisono os deputados pelo Porto, Setubal, Funchal e Santarem.

— Intestinais, intestinais é que deve ser — disse em aparte o dr. Eduardo Fernandes de Oliveira, deputado por Beja e socio da empresa das Aguas do Castelo.

Nesta altura, porém, já o presidente tinha posto o solidéu, despeitado por não respeitarem o regimento.

Meia hora depois e por comum acordo dos *leaders*, era dada a palavra ao sr. deputado Luís de Magalhães, que principiou por afirmar que mais lhe importava aquilo que as coisas são do que aquilo que se lhes chama, porque, sendo um *realista*, só admitia o real, por isso..

— Tem que admitir o real! Tem que admitir! Foi restaurado. E' ociosa tal afirmação — interrompeu, todo scioso pela realesa, o sr. deputado Bugalho Pinto, antigo funcionario da Republica.

— Devo esclarecer: estou demonstrando porque restaurámos a Carta em 1919 — redarguiu o orador, reatando o fio do discurso.

— E restauramo-la, pela chamada *Traulitania*, para que não houvesse oscilaçoes bruscas nos *costumes*. O meu avô, com Passos Manuel derrubou a Carta; meu pae, na Patuleia, combateu-a. Mas, afinal a Carta veiu até nós.

— Com excepção dos periodos das greves telegrafo-postais, observou o deputado Joaquim Festas.

— E das lutas armadas que contra ela se travaram, em que havia balas sem sobrescrito, ripostou o orador, continuando o discurso, para demonstrar que se a Junta Governativa do Norte deixou restaurar a Republica no Porto foi em obediencia à Carta, tendo em atenção não provocar alteração na ordem publica, nem na ordem financeira, eco-

nomica e social que a Carta estabelece pelo maquinismo dos orçamentos, impostos, poderes definidos, etc.

O orador, que falou durante tres horas, foi muito aplaudido ao terminar o seu discurso, entrando imediatamente em discussão a proposta, da autoria do sr. deputado por Bragança coronel Leitão Bandeira, para que fossem proíbidas de circular as publicaçoes «anti-regimentais», porque não podiam permitir-se os ataques que em panfletos politicos se vinham fazendo contra o Regime Restaurado e, muito especialmente, contra a Augusta Pessoa de Sua Majestade.

A proposito, o deputado Conde de Azevedo, antigo membro da Junta Governativa do Norte, lembrou a conveniencia de se tratar da sucessão da corôa, visto que o facto de em 1919 não estar assegurada trouxera algumas dificuldades ao apoio com que a Junta contava, por parte de alguns governos estrangeiros.

O sr. presidente, pedindo licença ao ilustre deputado, declarou que não podia continuar presidindo à sessão, desde que se tratasse «de tão escabroso assunto».

A Camara, mediante proposta do deputado Julio Costa Pinto, reconhecendo os melindres do seu ilustre presidente, concordou em que fosse substituido, durante a discussão do caso, que todos julgavam urgente, pelo sr. Espirito Santo.

A' falta de um prelado, sempre havia o Espirito Santo, na presidencia, ao tratar-se questão tão importante e sagrada.

Alguns senhores deputados propuzeram que se considerasse a sessão secreta, mas o alvitre foi

combatido por outros, com o argumento de que, tratando-se do futuro da Monarquia, devia ser tudo bem posto a claro, não fossem depois os inimigos do Regime proclamar que se resolvera o caso com Espirito Santo, de orelha atenta na presidencia.

Um dos que mais ruidosamente defendera a sessão secreta fôra o deputado José Pinto Faria; assumida a presidencia, o Espirito Santo disparou ao fogôso deputado a seguinte pergunta de algibeira:

— Dada a minha postura de presidente, e estando no chôco a questão da successão, muito desejaria eu saber o que é que o sr. Pinto faria?

O interpelado, sereno, sacudindo placidamente a gola da sobrecasaca e estendendo em três gestos compassados o pescoço, respondeu, num tom agudo, que fazia lembrar o *qui-cri-qui* dos galos em ensaio para notas mais graves:

— Sendo um caso em que V. Ex.ª se deve manter neutral, para que não venham a assacar-lhe responsabilidades futuras da paternidade, consultaria os colegas Carneiro e Peixinho e, em ultimo caso, o Carvalho Lucas. Formaria assim uma opinião, nem peixe nem carne, e valia-se do deputado Carvalho para a hipotese de me chamarem Lucas.

Esta argumentação convenceu o deputado Espirito Santo, que se conservou então na presidencia, tendo apenas protestado o sr. deputado Nave Catalão, que, numa evocação historica da batalha de Navas de Tolosa, se confessou mahometano, derrotado pelas forças conjugadas de três partidos reais — no que conseguiu um apoiado, do sr. depudo Manoel da Silva Cordeiro, mas dito tão mansamente, que passou despercebido.

Antes de entrar-se na discussão da proposta do Conde de Azevedo, pediu a palavra, para uma declaração de voto, o deputado sr. dr. Antonio Parreira Cabral :

— Se estivesse presente quando se discutiu o preço dos vinhos engarrafados, teria votado a favor do Minho, região privilegiada de classicas parreiras, muito anteriores à epoca dos Cabrais.

Tambem o deputado sr. dr. Teles Feio fez uma declaração de voto :

— Se estivesse presente quando a Camara aprovou a proposta do deputado Páris para que a presidencia fosse confiada « ao mais belo », teria discordado, na minha qualidade de Teles Feio.

O sr. deputado Antonio Coelho de Vilas Boas declara que, se a essa sessão tivesse comparecido, transformaria o seu apelido em Vilas Diogo, para dar às ditas, visto não poder concordar às boas com tal proposta.

Esta declaração levantou protestos por parte dos deputados Barão de Cabinda e Visconde de Malanza, que são combatidos pelos deputados Albano Castelo Branco, J. Baptista Branco, Conselheiro Morais Leite, Luís de Freitas Branco, Visconde de Leite Perry e o *Condensado*, (« sobriquet » porque era conhecido Adelino de Menezes, pela frequencia com que empregava o termo « condensando a minha opinião »).

O sr. deputado Laureano Armas pede ordem, ao que responde o deputado Amadeu Valente, gritando :

— Quem as arma que as desarme.

E o incidente morreu às mãos do deputado Valente, de nada valendo o brado de Armas.

Passou-se então a analisar a proposta do sr. Conde de Azevedo, sobre a escolha do herdeiro presuntivo da corôa, de que o governo declarou desinteressar-se, mas surgiu novo incidente, antes mesmo de inciar-se a discussão.

Todos os deputados por Lamego desejam ter a primazia na escolha, alegando que o caso interessa diretamente a principal industria do seu circulo, no que são combatidos pelos colegas de Castelo Branco e Vila Real.

E a Camara, que já discutira, ante a mudez do governo, a excelencia e modicidade de preços dos vinhos de Carcavelos, Porto e Funchal, levou seis horas a tratar do preparo mais higienico e bem apaladado dos presuntos de Lamego, em concorrencia com os de Chaves e Castelo Branco.

Quando um deputado propunha que a questão fosse levada até ao bufete, um incidente imprevisto fez com que a sessão terminasse abruptamente.

O deputado sr. Cunha e Costa enviou para a mesa uma moção em que, fundamentando-se na sucessiva desvalorisação que a corôa sofrera, terminava propondo que fosse reconhecido legitimo herdeiro dela — o Burnay « Pataco ».

Foi indescritivel a impressão causada por esta proposta em todo o hemiciclo. Só se ouviam gritos de protesto.

A sessão foi interrompida até sanar-se o incidente.

A verdade é que Cunha e Costa assumia estas atitudes intimamente magoado por se encontrar reduzido a ganhar, a vida impingindo lôas a jurados sertanejos, emquanto via colocados,em rendosas conezias, antigos companheiros de credos

politicos, como Alfredo Pimenta, Anibal Soares e Antonio Sardinha...

Ao sair da sala teve, para o visinho do lado, um amargo desabafo contra essa orgia de nomeaçoes—que o não atingira:

—Isto, meu caro, não é um Regime Restaurado: é uma Monarquia Restaurante!

E, dito isto, o notavel causidico fez como os outros—dirigindo-se para o bufete.

IX

Lutas de Salões e Sacristias

Alguns dos velhos membros do antigo Conselho Monarquico tinham sido convidados, nos ultimos dias de Agosto, para um sarau literario nos saloes de D. Lutgarda de Caires, a que se seguiria, em 1 de Setembro um chá no palacete de D. Maria Madalena Trigueiros de Martel Patricio.

Para 3 desse mês de Setembro estava tambem anunciada uma reunião nos salões de D. Veva de Lima, para se apreciarem as bases de uma nova *Real Associação dos Paladinos da Ala dos Namorados.*

Os jornais noticiaram estas reuniões como de simples caracter particular, mas a *Epoca,* sempre na brecha, aconselhava cautelas, porque, segundo os seus dizeres: «alguma coisa de grave se preparava.»

Antepondo a esses temores um desmentido formal, o governo, em *Nota Oficiosa,* fez constar que

se tratava, apenas, «de apreciar um projecto de organização de Jogos Florais e de *Côrtes de Amôr*, onde se disputaria o «Ramo de Ouro», o que faria com que, durante uns tempos, os plumitivos da escola de Afonso Lopes Vieira não pensassem em pôr pé em ramo verde...

A *Epoca*, porém, ripostou, afirmando: «o certo é que o Paço está descontente e que ninguem travará o seu passo na senda desse descontentamento» — o que o *Dia* comentou como «sinais dos tempos».

De facto, a atitude dubia, por assim dizer desinteressada que o governo tivera ante a questão do herdeiro, deixando que as Camaras entrassem em ferias sem que o magno assunto ficasse resolvido, porque a proposta Cunha e Costa fôra mandada baixar à comissão para tal fim especialmente nomeada com o titulo de «comissão pró-herdeiro», causára fundo descontentamento no Paço e nos salões adjacentes.

Sabendo de sciencia segura de onde provinha o mal, a *Epoca* dava o grito de alarme, não porque lhe fosse simpatico o governo do conselheiro José da Silva, mas para demonstrar que estava bem informada e que o Paço teria de contar com a sua força, representada por uma maquina de dez mil tiragens á hora, sem necessidade de lavar as fôrmas.

De resto era sintomatica a chamada, ao Paço de Mafra, (onde a Côrte regressára após a revolta republicana e seguidamente a uma demora de quinze dias na Ajuda, tempo indispensavel para se encaixotar a baixela Germain e outros objectos preciosos que convinha ter proximo do mar, por cau-

sa da necessidade de serem arejados em ocasião oportuna) do deputado Costa Pinto, que propuzera o colega Espirito Santo para presidir à sessão, em que se tratara do caso da sucessão.

Evidentemente que o Paço seguia de perto, com um natural interesse, a marcha dos trabalhos parlamentares e estava bem informado do que se havia passado, atribuindo-se a chamada de Costa Pinto a conselhos da rainha D. Amelia, para saber de viva voz tudo o que se passára, convencendo assim o Rei a enveredar por um caminho de defesa, a que até então parecêra renitente.

E não era só a Augusta Mãe que se devotava a essa obra de salvação da dinastia. Todo o Paço, muito sentido com o Parlamento, aconselhou o Rei a escolher um ministerio constituido por individualidades estranhas a esse mesmo Parlamento.

E os palatinos, desde o reposteiro mór ao copeiro menor não deixavam de chamar a atenção do Rei para o facto de se não ter respondido à revolução republicana com a instituição da pena de morte legal, embora até então se não tivesse sabido do destino de alguns presos.

O Parlamento, no entanto, nada votàra contra os sediciosos nem sequer armára o Regime com uma lei de defesa que desarmasse futuras insurreições.

Isto mesmo fôra discutido numa *soirée* em casa de D. Lutgarda de Caires, censurando-se a fraquesa do governo na repressão do movimento, o que permitiu aos revoltosos alcançar terras de Espanha.

— Coisa esperada do José, presidente do go-

verno da Silva... — confidenciara a sr.ª D. Amelia ao resposteiro-mór do Paço.

Na reunião efectuada em fins de Agosto nos salões de D. Veva de Lima, assentara-se em que os antigos membros do Conselho Monarquico deviam esforçar-se por impôr ao Rei um ministerio capaz de fazer valer perante o País o tradicional direito do mando, exclusivamente entregue ás classes privilegiadas, principiando-se por fazer sentir essa supremacia aos catolicos, que reincidiam em abstrair da questão do regime.

Não era admissivel, como depois se estabeleceu na reunião literaria em casa de D. Maria Madalena Trigueiros de Martel Patricio, que o governo tolerasse a rebeldia dos padres em submeterem-se às indicaçoes do Paço e menos desculpavel tinha sido a atitude do presidente da Camara dos Srs. Deputados, escusando-se a continuar na presidencia quando se ia tratar do caso do herdeiro presuntivo.

A mais importante questão do Regime fôra assim abandonada, por parte de quem tinha o dever de auxiliar a dinastia na solução de tão vital problema — e tal atitude em nada se compadecia com o espirito de sacrificio e de caridade das doutrinas que procuravam manter.

Num chá oferecido por D. Sàra da Mota Víeira Marques, varios deputados afirmaram o seu apoio à formação de uma Liga, cujos componentes se comprometiam a não apoiar qualquer governo que deixasse de seguir as indicações estabelecidas nos chás.

A Liga adotou a designação simbolica de: *Tea Canto Xão-Preto.*

Era o inicio de uma especie de sociedades secretas, manejadoras da politica e dos negocios, com ramificações seguras e misteriosos entendimentos.

O segredo, porém, transpirou, denunciado num soneto de D. Branca de Gonta, poucos dias após recitado por João Maria Ferreira num sarau literario em casa de D. Veva de Lima, e tanto bastou para que, ao terminar o deslumbrante sarau, outro grupo ficasse organizado, exclusivamente destinado a combater, nas Camaras, a acção do primeiro.

Intitulava-se, tambem simbolicamente: *Tea S. Miguel Arcanjo Verde.*

No Paço de Mafra tudo isto constava, pelas informações levadas pelo veador-mór e o trinchante menor que às reuniões assistiam, não sendo raro que os estribeiros — o maior e o menor — se antecipassem nas noticias, adeantando-se, em cavalgada frenetica para bem servir a Causa, aos veadores.

Não admira, por isso, que o governo do Conselheiro José da Silva tivesse caido durante as ferias parlamentares — facto unico na historia das quedas inesperadas na arena politica — servindo de pretexto o não ter comparecido na comemoração de 5 de Outubro, em que se solenizava a real coragem, dos que tinham assistido ao embarque real, na praia da Ericeira.

De facto, o governo caíra porque o Paço, devidamente informado do que se passàra no Parlamento com o caso da sucessão e inteirado do modo de pensar dos frequentadores das *soirées* elegantes de D. Veva e de D. Maria Patricio, ficára descontente com a sua atitude nessa questão — resolvendo aproveitar o primeiro pretexto para entregar a

governação a quem soubesse resolver convenientemente a mais importante questão do Regime.

Os grupos dos *Teas* tinham, de ha muito, um ministerio em perspectiva, certos, como estavam, de que as suas indicações seriam atendidas pelo Paço e, assim, no mesmo numero do *Diario do Governo* em que apareceu a demissão do governo presidido pelo Conselheiro José da Silva, era nomeado o seu sucessor, a pretexto, para justificar a falta de respeito às normas constitucionais, de «ser absolutamente necessario defender a corôa».

Esse ministerio ficou assim constituido:

Presidencia e Reino — José Augusto Moreira de Almeida.

Justiça e Eclesiasticos — Dr. José Meneses de Pita e Castro.

Fazenda — Ruy Ulrich.

Estrangeiros — Gabriel Ramires dos Reis.

Guerra — Tenente-coronel Saturio Pires.

Marinha e Ultramar — Dr. João Valerio Neves Pereira.

Obras Publicas — Gastão Benjamim Pinto.

Eram todos individualidades estranhas ao Parlamento, mas afectas aos *Teas*, contando com o seu incondicional apoio, jà agora considerado indispensavel a qualquer governo, visto ter se provado que, especialmente determinadas pastas, pelas quais giravam os assuntos economicos do país, só podiam ser preenchidas por quem estivesse nas boas graças ou fosse afecto aos *Teas*.

No entanto em alguns salões murmurou-se contra a constituição de tal governo. Não concordavam com o tenente coronel Saturio na Guerra—porque devia estar já saturado de combates durante as incursões, e achavam que o sr. Gastão Benjamim Pinto não estava bem nas Obras Publicas, onde era preciso cantar de galo.

O deputado Querubim Guimarães, irritado pela insistencia de *O Dia* em chamar-lhe dr. Cherumbim, declaram-se hostil ao governo.

Esta atitude do homem de Taboa, originou receios, devido à influencia que ele poderia ter nas padarias de Lisboa, cujos proprietarios eram quasí todos seus conterraneos.

Manda a verdade que se diga que nem só de chás e de intrigas politicas se tratava nos salões. A actividade mental tambem lhes ocupava algum tempo: faziam-se e desfaziam-se ali as reputações e as modas literarias e musicais.

De novo nas praias e nas estancias de reunião obrigatoria da «alta-roda» reinaram com dura tirania o «fado liró» e o calão...

A literatura portuguesa atravessava um periodo de crise. Aumentára, é certo, a fama de varios plumitivos e surgiram novas escolas literarias. Não se pode dizer, porém, que, apreciada à luz da critica da nossa epoca, essa literatura deva considerar-se como tendo realizado qualquer finalidade social ou atingido elevado grau de perfeição estetica.

Como o sr. Conselheiro Aires de Ornelas que às criticas sobre a actualidade politica, respondia imperturbavelmente—«Não temos outros monarquicos», bem poderia o sr. Fidelino Figueiredo presidente da Real Academia de Sciencias de Lis-

boa, abtemperar aos criticos: — « não temos outros literatos . .»

Correia de Oliveira poetava de quando em quando, tendo obtido grande voga uma ode sua à Rainha Senhora D. Amelia intitulada o *Anjo da Caridade,* recitativo obrigatorio nos saraus das conhecidas familias Sousas e Pires. Agradaram, sobretudo, aqueles seus profundos conceitos: «Bemdita sejais! Sem vós, a inconfundivel piedade da Alma Lusitana ficaria às escuras... Catedral magnifica sem ter por fóra o sol de Portugal a alumiá-la; sem ter, lá dentro, o formidando lampadario de oiro e bronze a ungir as sombras dum mistico clarão de Eternidade. Camoes é a Poesia portuguesa em Lausperene. A Rainha mãe é a Alma nacional em novena de Maio».

Afonso Lopes Vieira afirmára mais uma vez os seus pergaminhos na monarquia das letras com o seu livro *Trovas de antanho,* que abria pelo celebre vilancete:

> Senhora, de vosso enlêvo
> Azinha preso me vy....

Continua am a poetar, com notavel convicção apesar de tudo, os vates J. Faria Machado e Luis Trigueiros. O Dr. D. Antonio Forjaz, esse continuou a ser o vivo prodigio scientifico das sessões solenes dos centros catolicos.

Adelino Mendes conheceu uma época de justa notoriedade com o romance do *Colar de Perolas,* apresentando tambem um bom volume de contos *A duas libras por cabeça.*

Nem todos os homens de letras conseguiram

porém realizar o seu sonho, e Augusto de Esaguy andava ainda ao tempo à procura de assunto para as numerosas paginas de prosa já por ele escritas.

A investigação literaria encontrou um distinto cultor em Antonio Sardinha, que traduziu em português os estudos de estetica e os ensaios criticos de Antonio de Cértima.

Em diferente ordem de ideias e de credos, estetico — e de literatura — brilharam talentos como o de Raul Leal, sumo pontifice do culto decadente — do que ele chamava o «Verbo da Carne», Cabral Metêlo, com o seu livro de versos *Aos Marujos* e Julio Costa Pinto que escreveu a *Verdadeira historia da Princeza Magalona.*

No teatro brilharam pelos seus talentos comediograficos Anibal Soares e Alfredo Pimenta, jà novamente amigos. Dera brado a sua reconciliação, que tivera logar na noite da sessão solene da Academia para recepção de Cabral Metelo, sucesso modestamente previsto quatro anos antes pelo refinado esteta do *Sachá.*

Foi até devido àquele fausto acontecimento e para publica consagração da boa harmonia mutua que Alfredo Pimenta e Anibal Soares escreveram, de colaboração, o drama *Os dois renegados.*

Na febre de modernismo que acometeu as letras portuguesas, foram, caso curioso! as poetizas quem deu provas de mais fidelidade aos velhos moldes classicos, perdurando aínda a voga que tiveram muitas das suas endeixas no mais puro estílo do endecassílabo sáfico.

A contrastar com este esplendor, a Restauração assistiu ao emudecer de alguns dos seus mais caraterizados vates — como João Maria Ferreira,

que nunca mais escreveu senão prosa — e em cheques.

Merece registo tambem a evolução do espirito sempre curioso e inquieto de Antonio Ferro, considerado o mestre da entrevista.

Por muito tempo andou a sua actividade ligada aos «avatares» do Dr. João Osorio de Castro. O conhecido chefe do fascismo lusitano (ou *farcísmo*, na designação facêta dos mal dizentes) tentara, logo após a restauração monarquica, imitar d'Annunzio e basear a sua fortuna politica na reintegração no restaurado reino de qualquer «terra irredenta».

Para teatro da sua façanha, escolheu Olivença: um belo dia surgiu na velha povoação extremenha o Dr. João Osorio de Castro, envergando um «completo» de viajante inglês do Cook, e na cabeça, um feltro ornamentado com uma belicosa pena de galo.

Resolvido a dar que falar de si, o d'Annunzio lusitano, mal entrou na cidade, iniciou a sua atrevida propaganda — disposto a arrostar todos os perigos.

Uma *parelha* da «Benemerita», vendo-o no meio da Plaza Mayor, agitando uma bandeira e bradando —«Real, Real, por El-Rei de Portugal» — aproximou-se, movida pela curiosidade. Logo se convenceu, porém, de que se tratava dum charlatão apregoando a sua mercadoria, presumivelmente a celebre pomada para unhas encravadas a que D. Manuel concedera autorização para usar o seu nome no começo do seu 2.º reinado e logo seguiu adeante, com um encolher de ombros significativo do seu scepticismo ácêrca da eficacia dum tal produto...

Neste meio tempo foi-se aglomerando em volta do confiante caudilho uma pequena multidão: esta não se iludiu, como a *parelha* sobre as suas intenções: mas ao vê-lo tão pitoresco, logo debandou com a exclamação nos labios:

— Mais uma maluqueira... A deste, felizmente é inofensiva...

Fotografado ainda sobre o improvisado pedestal, o d'Annunzio lusitano ao recolher à «Fonda del Comercio» já ali o esperava Antonio Ferro — cuja entrevista com o aventuroso moço foi um dos seus maiores sucessos jornalisticos.

O dr. Osorio de Castro decidiu-se depois a fazer de Primo de Rivera: copiou-lhe a fisionomia e o traje; usou pequeno bigode à americana e farda de general. Mais uma vez foi infeliz. As autoridades militares prenderam-no e mandaram-no despir — à saida duma fotografia onde fôra retratar-se para um numero da gazeta em que defendia as suas ideias. Não se pode dizer, todavia, que esta ultima fantasia de mascarar-se de general lhe custasse cara — tendo em consideração o que lhe custára a de 1922, em que apenas se disfarçara de tenente... No entanto, só num dos quartos particulares do governo civil é que Antonio Ferro conseguiu entrevistar João Osorio de Castro.

*
* *

A' atitude de guerra tomada pelos salões contra o desinteresse dos catolicos pela questão de regime, correspondiam as sacristias com uma forte organisação de resistencia, verdadeira obra de

reacção, contraria ao plano de os submeter às indicações do Paço.

Para isso instituiram a *Liga de S. Francisco*, cujo distintivo eram dois braços cruzados sobre fundo azul.

Formavam esta Liga varias confrarias, ou «pontes», titulo que se déra a esses nucleos da nova carbonaria, em homenagem ao autor do plano, o conego Pontes, secretario do patriarcado.

Estas «pontes» eram como que a passagem natural para o «Ribeiro Grande», especie de «Alta Venda», a que presidia o dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, e tinham designaçoes simbolicas, consoante o nome ou apelido do chefe.

Assim havia a «dos Amigos da Cereja», chefiada pelo dr. Gonçalves Cerejeira; a dos «Amigos da Pera», tendo por chefe o dr. Pereira dos Reis; a dos «Carpinteiros do Ideal» sob a direcção do dr. Serras e Silva e a dos «Varejadores de Azeitona», onde ingressaram as Juventudes Catolicas, sob a vara do seu presidente, o sr. Vitor Marques de Oliveira.

Conhecedor desta organização e em obediencia às imposiçoes decretadas numa reunião nos salões de D. Veva de Lima, o governo do sr. Moreira de Almeida, aproveitando as ferias parlamentares e a pretexto de revogar com todas as formalidades legais a lei da separação, vibrava, em decreto ditatorial, os seguintes golpes contra os catolicos e os respectivos bispos:

«Considerando que a religião é uma força tão poderosa quão util às sociedades politicamente organizadas em Regime Monarquico, sob a condição de lhes servir de seguro esteio e incondicional apoio;

Considerando que ao Estado Português convém a adopção, como religião oficial, da Religião Catolica Apostolica Romana como meio de acção politica, sob a égide do principio monarquico; mas

Considerando que a liberdade em que a Igreja catolica viveu em Portugal sob a republica, no regime de separação do Estado da Igreja, foi prejudicial à causa monarquica, que assim ficou desprovida do seu melhor instrumento de dominio, sobre as consciencias dos subditos de sua Majestade Fidelissima, destinado a assegurar a unidade do credo politico monarquico;

Considerando que assim convem opôr ao regime republicano da «Igreja livre no Estado livre» a formula monarquíca aparentemente concordataria, da «Igreja sujeita ao Estado Teocratico»;

Considerando que sob o regime democratico extinto germinou nos altos dignitarios da Igreja catolica e de um modo geral em todo o clero e na propria Curia Romana um espirito de independencia, absolutamente oposto e inconveniente aos altos interesses da Monarquia;

Atendendo a que, com este intuito, é necessarío restaurar o regime concordatario e as relações com a Santa Sé;

Atendendo, porem, a que é prudente prever uma natural reacção dos membros da Igreja Catolica e da propria Curia Romana contra o regime de sujeição e subordinação ao Poder Real particularmente quanto ao provimento de bispados, cabidos e mais beneficios eclesiasticos;

Atendendo aos grandes ensinamentos da historia e possibilidade da renovação de uma lucta inconveniente, mas que pode tornar-se inevitavel na defesa dos inauferiveis e historicos direitos da Corôa contra a Curia Romana;

Considerando que os exagerados direitos e liberdade usofruidos pela Igreja no extinto regime republicano avisadamente aconselham a subordinação das relações politico-religiosas à formula «A Igreja suspeita no Estado vigilante»;

Atendendo à resistencia e oposição manifestadas por parte dos dignitarios da Egreja quanto aos anunciados propositos, que é indispensavel efectivar, de restauração do antigo regime concordatario, indissoluvel do regime politico restaurado;

Considerando a possivel emergencia da necessidade da proclamação da Egreja catolica, Apostolica Lusitana, como

igreja independente, e que a concepção do Direito Divino dos Reis tem a revesti-la um novo prestigio porque *Non est potestas nisi a Deo* e os reis e os papas são por egual depositarios do Poder de Deus;

O Governo de Sua Majestade Fidelissima decreta, para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º E' revogado, por essencialmente contrario ao regime monarquico o regime da Separação do Estado da Egreja.

Art. 2.º A Religião Catolica Apostolica Romana é a religião Oficial do Estado.

Art. 3.º Todos os provimentos das mitras, cabidos e quaesquer beneficios eclesiasticos serão feitos por meio de insinuação apresentação ou confirmação Régia.

Art. 4.º E' o Governo autorisado a adoptar todas as excepcionais providencias que o momento reclama para inteira execução deste diploma e especialmente no sentido da Curia Romana renovar na parte relativa ao artigo anterior a concordata existente anteriormente a 20 de Abril de 1911 (a qual sua Majestade Fidelissima desde já considera em vigôr) como condição *sine qua non* da continuação de relações e de obediencia á Santa Sé.

§ 1.º O Governo fica autorizado a expulsar das respectivas dioceses, declarando-as *séde vacante*, todas as autoridades eclesiasticas que se não conformem com a doutrina do presente decreto e as determinações do Governo em conformidade com os altos designios de Sua Majestade Fidelissima;

§ 2.º O actual Bispo de Beja, pela imprudente atitude revelada especialmente durante a Guerra Europeia do exagerado interesse pela independencia da Igreja, com prejuizo da unica orientação que pode servir a causa de sua Majestade Fidelissima é destituido desde já, do seu *munus* episcopal sendo a Sé de Beja considerada «Sede vacante».

§ 3.º Egual procedimento será adoptado com os Bispos de Coimbra e da Guarda se, dentro do praso de 8 dias, não declararem perante o Governo que se conformam com a doutrina do presente diploma e contra todos os outros bispos e mais clero, que mostrarem não se conformar ou resistirem às ordens do Governo, independentemente das instruções em contrario da Santa Sé

Art. 5.º Nenhuma bula, breve ou rescrito da Santa Sé,

nenhuma pastoral ou instruções escritas dos ordinarios das dioceses podem correr ou ter publicidade em Portugal e seus dominios sem o beneplacito de Sua Majestade Fidelissima como protector da Religião Catolica, Apostolica, Romana e da sua influencia neste Reino.

Art. 6.º Fica o Governo autorisado a estudar a forma mais pratica da aplicação dos bens da Igreja e Congregações e respectivos rendimentos que, pela chamada Lei da Separação do regime deposto, foram destinados à protecção à Infancia, a fins mais conformes à eficaz defesa das sagradas Instituições que ora nos regem, podem excepcionalmente, ser restituidos alguns bens às mitras, cabidos e mais institutos religiosos, que se mostrem dedicados ao serviço da causa de Sua Majestade Fidelissima.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrario.

Paço, em 10 de Novembro de 1927. »

Foi ainda por instigação dos salões, que tomavam nitidamente posição pelo tronc e contra as sacristias, que um decreto real ordenou a erecção em igreja independente do gremio catolico lusitano e nomeou, com dispensa dos requisitos canonicos um Patriarca e varios bispos para diferentes dioceses. Merecem transcrição os considerandos e o texto do referido decreto:

Considerando o disposto no decreto com força de lei de 10 de Novembro de 1927 e a gravidade da hora presente em que desleais subditos meus se permitem professar um credo religioso cujas doutrinas são opostas aos sagrados interesses e direitos da Corôa Portuguesa;

Considerando que a Egreja Catolica Apostolica Romana pelo espirito de independencia que hoje a caracterisa deixou de ser a aliada da sagrada Causa Monarquica, para se transformar num gremio religioso, cujos interesses são opostos à Ordem Constituida;

Considerando que ao prestigio e majestade da Corôa é indispensavel a subordinação directa ou indirecta do poder

espiritual, mormente quando a generalidade dos Meus subditos comungam no mesmo credo religioso;

Considerando porem que os bispos e ordinarios de todas as dioceses se mostram rebeldes aos Meus Reais propositos de estreita aliança e colaboração politica;

Considerando que a curia romana na recente Bula *Ex Regno Lusitano* a que foi dada publicidade sem prévia sujeição ao beneplacito, sanciona a mais absoluta e inteira separação da Jurisdição Régia e pontificia e o procedimento dos prelados portugueses contra os propositos da Minha Magnanima Generosidade, Alta Benignidade e Religiosissima Clemencia, manifestados no referido decreto de 10 de Novembro;

Considerando que *Societas Perfecta* é só aquela em que o Poder Temporal é intimo aliado do Poder Espiritual no dominio religioso, e que uma Egreja Nacional, independente de Roma, tendo por Chefe espiritual o Rei é a unica solução que convem ao meu Real prestigio e á felicidade dos Meus Subditos;

Considerando que a igreja catolica apostolica romana se deixou invadir pelo espirito ultramoderno, mantendo relações oficiais com sociedades bolchevistas e regimes sovieticos, inimigos declarados da Ordem Constituida nos paises de Regime Monarquico;

Considerando que todas as Sés do Reino foram declaradas *séde vacante* e que estão vagos quasi todos os beneficios eclesiasticos, em virtude de todos os prelados e quasi todos os beneficiados se conservarem sujeitos á jurisdição pontificia, e por tal motivo terem sido expulsos das dioceses ou proscritos deste Reino;

Considerando a necessidade de restaurar a unidade da Egreja Lusitana sob os auspicios das sagradas doutrinas e disciplinas anteriores ao Concilio de Trento;

Considerando que o estado celibatario dos ministros do culto não é em todos os casos indispensavel ao elevado desempenho da sua sagrada missão;

Considerando que outros usos e habitos externos dos ministros do culto, exigidos pela disciplina da egreja romana são incompativeis com o exercicio do sagrado ministerio por parte de pessoas em quem concorrem altos merecimentos e virtudes, especialisando o incondicional apoio á Causa Monarquica;

Considerando, assim, a necessidade de fixar em novas formulas, regras e habitos, a disciplina e ritual da nova Igreja Catolica Apostolica Lusitana, sob a minha Real Proteção;

Considerando que as reclamações justas neste sentido sustentadas no Concilio Tridentino, foram iludidas e ilegitimamente postergadas pela influencia perniciosa da parte da Igreja romana contraria ao engrandecimento do Poder Real.

Em nome das Cortes gerais hei por bem decretar para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º — E' constituida no Ministerio dos Negocios Eclesiasticos e de Justiça uma Comissão da minha Real presidencia e vice-presidencia do meu leal subdito, José Fernando de Sousa com poderes para decretar em meu Real Nome o novo ritual e regime disciplinar e de organisação eclesiastica da Igreja Catolica Apostolica Lusitana nas bases seguintes:

a) A Igreja sob a Protecção Real terá por Chefe Supremo o Rei o qual exercerà o seu poder e soberania espiritual com o Patriarca da Igreja Catolica Apostolíca Lusitana.

b) A direcção superior, exercicios de todos os poderes e o Primado da Igreja serão entregues á Alta dignidade de Patriarca da Igreja Catolica Apostolica Lusitana, que terá a sua séde em Lisboa.

c) Todas as Sés serão providas por Real decreto, sob proposta do Patriarca, depois de organisado o previo *curriculum vitae* dos candidatos propostos.

d) Ao Patriarca competem os mais largos poderes disciplinares, *ex-informata conscientia.*

e) Ao Patriarca competem ainda os titulos e dignidades de Arcebispo de Lisboa, Primado da Lusitania e o de Regente do reino na ausencia do chefe do Estado.

f) Ao Patriarca fica reservada a presidencia dos Concilios Ecumenicos, a excomunhão *vitando* e a organisação dos processos de beatificação e canonisação, tudo sujeito ao *veto* do Rei.

g) Os beneficios eclesiasticos serão providos pelo Patriarca sob proposta dos Bispos diocesanos.

Art. 2.º São desde já nomeados respectivamente da Igreja Lusitana, Arcebispo de Lisboa, o leigo José Fernando de Sousa; arcebispo de Braga, o presbitero Julio Candi-

do Cesar; e bispos de Leiria e do Porto, respectivamente, os presbiteros José Ferreira de Lacerda e Antonio R. Gonçalves nos quais concorrem, em unanime conceito, as mais elevadas virtudes, exemplos de submissão e humildade e dedicação á causa monarquica; ficando desde já investidos do respectivo *múnus* e dispensados de todas as formalidades usuais no provimento destas dignidades, incluindo a sagração.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Os Ministros de todas as Secretarias de Estado assim o tenham entendido e façam executar.

Paço, em 5 de Dezembro de 1927. — REI.

Foi extraordinaria a agitação produzida por estes decretos. Os saloes, graças ao predominio dos elementos afectos ao Paço e os politicos monarquicos, declararam-se em aberta concordancia com a doutrina neles exposta; mas os catolicos extranhos à politica recusaram submeter-se.

Salientaram-se pela violencia com que aceitaram o repto do Paço, os drs. Trindade Coelho, Diogo Pacheco de Amorim e Lino Neto.

Num artigo das *Novidades* este ultimo escrevia:

« Não haviam escapado a olhos perspicazes que, na sua luta contra a Republica, os monarquicos nunca destinaram à Igreja outro papel que não fosse o de instrumento docil das suas ambiçoes.

Olhos vigilantes viram a tempo o perigo: alguns bispos e o Centro Catolico denunciaram-no. Aí teem a resposta de El-Rei: a vigança dos corifeus que só para lhes servirmos de escada alardeavam defender os nossos interesses.

Perante o novo scisma que pretende restaurar o cesaro-papismo; em face desta revivescencia de

opressão josefista; ante o triunfo do regalismo em materia religiosa, os catolicos portugueses reivindicam alto e bom som o antigo regime de separação, em que as suas crenças eram respeitadas e recusam obediencia ao Patriarca e aos Bispos que uma decisão sacrilega pretende impôr-lhes.»

Não havia dúvidas; os catolicos levantavam a luva que os salões e o trono lhes arremessavam.

X

Golpe de Estado

Ante a agitação originada pelo novo scisma religioso o país viveu horas perturbadas.

Desejoso de grangear pela sua energia a confiança do Paço, o governo resolveu reprimir severamente a resistencia dos catolicos — e começou por tirar-lhes os chefes.

Trindade Coelho foi mandado em comissão fiscalizar os contadores relapsos sob a jurisdição da Relação de Loanda, e Pacheco de Amorim foi enviado a Timor afim de estudar *in loco* as causas da valorização da pataca.

Quanto a Lino Neto, esse, por expressa indicação do patriarca Fernando de Sousa, foi mandado recolher a um convento afim de ali ser devidamente instruido nas verdades da doutrina católica.

Esta perseguição não abalou os catolicos, que redobraram de actividade. Aumentaram de audacia os filiados na *Liga de S. Francisco*, que chega-

ram ao arrojo de, durante a noite, pintarem e esculpirem o seu emblema em varias egrejas sujeitas ao patriarcado de «Nemo». Fica assim explicado o enigma da profusão de tais simbolos nas nossas igrejas, que a Associação dos Arqueologos até agora não conseguira esclarecer.

Contagiadas pelo exemplo, até as *Ordens Terceiras* sob a égide do mesmo santo, enveredaram pelo caminho conspiratorio.

O movimento generalizava-se por todo o país, afirmando os catolicos que o regime republicano lhes fôra mais favoravel.

O Paço receou ter avançado demasiadamente e decidiu fazer substituir por outro o governo Moreira de Almeida, que se «queimára», comprometendo-se ante a opinião catolica.

Foram ainda os saloes — mas desta vez os dos *habitués* das novenas noturnas da Graça, quem deu a indicação dos nomes para o novo ministerio, que ficou assim constituido:

Presidencia e Fazenda — Eduardo Burnay.
Reino — João Maria Ferreira.
Justiça — Dr. Francisco Magalhães Almeida.
Guerra — Julio Costa Pinto.
Marinha — Raul Leal.
Estrangeiros — Dr. Antonio Bossa.
Obras Publicas — Francisco M. Cabral Metelo.

A um governo que a todo o transe queria ir por deante, sucedia assim um governo de acção menos violenta e de atitude mais passiva perante a irritação dos catolicos.

Nesta grave questão religiosa, o Paço queria, evidentemente, fazer «marcha atraz».

Alguns dos nomes dos novos ministros suscitaram reparos.

Das mais discutidas, foi a nomeação do ministro das Obras Publicas.

Mal intencionados havia que segredavam ter havida confusão com um parente, engenheiro distinto.

Tudo porem nos leva hoje a crer que, relativamente a Francisco Cabral Metêlo não podiam ser mais infundadas as restrições e injustas as criticas. De obras publicas se tratava; nada havia de mais publico e notorio do que as obras do auctor do *Sáchá*, das *Entrevistas*, e de brochuras varias, algumas das quais premiadas em concursos que ficaram célebres.

A melhor das qualidades do novo governo, era, todos o diziam, a sua transigencia e a forma benévola como atenderia todas as solicitações das personalidades agravadas pelo ministerio Moreira de Almeida.

Mas se os catolicos se sentiam ofendidos manifestando publicamente o seu descontentamento, a sua profunda revolta, as classes menos abastadas fa ziam côro com eles, porque atravessavam dias de tristes privações e de incomportaveis sacrificios.

As medidas do governo do Conselheiro José da Silva, para acudir à crise das subsistencias, cairam completamente no ridiculo e ninguem as respeitava.

Os cambios tinham vindo, numa descida catastrofica, até à divisa de 000 $^{00}/_{000}$, com a libra a 20:895$655 réis.

Os salões, preocupados com a questão politica

e esperançados no conseguimento do voto às senhoras da alta sociedade, relegavam para um plano secundario estas questoes vitais, que directamente interessavam o bem estar do povo.

E os governos, assediados pelos salões e a braços com a revolta das sacristias, mal tinham tempo para atender estas duas forças, que formidavelmente se digladiavam, ambas procurando actuar sobre o Paço, que, verdadeiramente desorientado, lançava as suas vistas para um governo de força, que de vez assegurasse a estabilidade dos cambios e, correlativamente, a da corôa... regia.

A miseria, porém, podia dizer-se geral. Os agricultores, receosos de que tudo se agravasse num futuro proximo, enceleiravam avaramente as suas produçoes, recusando-se vender o quer que fosse, só cedendo miseras vitualhas às pessoas de familia mais chegadas. Os comerciantes, valendo-se desta atitude, pediam fortunas pelos generos que tinham nos seus estabelecimentos e já não havia rendimentos, por mais fortes, lucros, por mais avultados ou salarios pagos em ouro, que comportassem o custo dos generos para a mais simples refeição.

Isto contribuira, tambem, para a ineficacia das medidas do Conselheiro José da Silva, proíbindo o uso do cabaz das compras e a venda das hortaliças a mais de folha — visto que só os imensamente ricos podiam adquirir três ou quatro folhas de couve.

Peixe, raro aparecia à venda, porque as peixeiras, tendo enriquecido fabulosamente, retiraram para as terras da sua naturalidade, onde agora constituiam a *élite* dos Clubs *chics*.

Para este tremendo estado de coisas impunha-se um governo de pulso rijo e vontade decidida; e o que fôra nomeado estava longe de corresponder à anciosa espectativa de centenas de pessoas, asfixiando à mingua de recursos para vencer a corrente fortissima, dia a dia engrossando, do crescente custo da vida.

O ministerio anunciou que ia tratar imediatamente da questão cambial, mas a sua atitude dubia, incolôr, incerta, a ninguem dava esperanças de melhores dias.

O primeiro trimestre de 1928 passara-se numa incerteza martirisante para quantos fiavam da acção do Poder Executivo um pouco de alivio a tão duros males.

O Parlamento, porém, levára todo esse tempo a discutir a reforma do Contracto dos Tabacos, que ameaçára eternizar-se e, assim, era cada vez mais fundo o descontentamento, evidenciado, especialmente, por parte dos monarquicos *à antiga*, que manifestavam claramente a sua repulsa pelas indecisas providencias do ministerio, que em nada melhoravam a situação, tendo o cambio descido ainda mais nos fins de Abril.

Velhos fidalgos, que os salões da moderna aristocracia relegavam para um plano inferior, afastados sistematicamente dos *Teas* das literatas-politicas; gente habituada a pegar de frente, não viam com bons olhos a turba dengosa de que o Regime Restaurado se rodeara e que, como exuberantemente se provára, era quem dirigia os negocios do Estado.

Intensificaram-se, por isso, as reuniões na casa do Alto do Varejão, onde, em tempo, a Policia de

Investigação Politica informára que se juntavam, suspeitamente, muitos individuos de cara rapada, «ganaderos» e lavradores conhecidos.

A celebre brochura *Olé! pelos Passes de Castigo!* que então ali fôra apreendida, teve sucessivas edições, que, distribuidas a principio clandestinamente, eram, a breve trecho, espalhadas pelos cafés, clubs e outros pontos de reunião, numa propaganda intensa a favor do golpe de Estado que levasse ao Poder um governo de pulso.

O *Diario de Lisboa*, fiel ao seu programa de jornal moderno a quem só interessavam informações que permitissem aos leitores inteirar-se das questões do momento, chegou mesmo a publicar o famoso panfleto, o que lhe valeu uma querela e a suspensão por oito dias.

O governo, tendo, enfim, compreendido o alcance das misteriosas reuniões no Alto do Varejão e os fins dos «Passes de Castigo» resolveu agir, dissolvendo a escola de toureio Agostinho Coelho, mandando encerrar o Club Tauromaquico e pedir autorisação às Camaras para regulamentar «o exercicio das touradas, por forma a não se permitir falta de respeito aos Altos Poderes do Estado.»

Era tarde, porém.

A propaganda, auxiliada pela passividade em que o governo até então se mantivera, tinha produzido os seus frutos.

Contra o governo exclamava-se:

— São peiores do que os «jarretas».

— Abaixo os da «acção passiva!»

E estes gritos, prenuncio de um final triunfo, resolviam os mais indecisos.

O factó de constar que o pádre Domingos, de Cabeceiras de Basto, celebre pelos seus feitos quando das antigas incursoes monarquicas e pela chamada *Traulitania*, ia substituir Fernando de Sousa no patriarcado, fez com que a *Epoca* patrocinásse a causa do golpe.

Outro argumento convincente era ainda a questão da *límpesa*, a que outros chamavam *saneamento*. Acusavam-se os sucessivos governos da Monarquia Restaurada de pactuarem não só com os antigos inimigos, como tambem com os que, em chusma, tinham vindo, muitos sem se saber donde, infiltrar-se no Regime, ocupando desde logo situações de destaque.

Os do Golpe de Estado, à semelhança dos antigos radicais da Republica, propunham-se limpar tudo, sem atender a conveniencias politicas.

E isto criava-lhes a simpatia e trazia-lhes a adesão de quantos se julgavam preteridos nas colocações a que aspiravam.

Para os catolicos, ainda mal feridos pela acção dos salões atravez o governo Moreira de Almeida, tinham tambem argumentos irrespondiveis, que colhiam, trazendo-lhes apoio incondicional.

Esses argumentos baseavam-se em que a propria Republica não fizera concorrencia às mitras episcopais nem aos beneficios eclesiasticos.

O ambiente estava assim perfeitamente creado, quando o governo do sr. Eduardo Burnay resolveu defender-se.

As suas medidas, porem, em nada afectaram o plano dos instigadores e organisadores do golpe de Estado, que nessa altura só tinham que esperar o momento oportuno para a sua explosão.

E, ao facto das dissidencias no proprio *elenco* ministerial, não tinham necessidade de precipitar os acontecimentos, convindo-lhes antes aguarda-los pacientemente.

*
* *

Estava-se em Maio de 1928, mês das flores e das touradas e vistosos cartazes anunciavam uma corrida de gala, sob a presidencia do Rei e com a alta protecção do Poço.

A corrida revertia a favor dos antigos combatentes alemães de Naulila e do Lys, por quem muito se interessava Sua Magestade a Rainha, D. Agostinha Vitoria de Hohenzollern e o facto de vir assistir o Rei causara certa impressão, visto que desde o seu voluntario exilio em Mafra, era a primeira vez que se apresentava numa festa de caracter tão popular.

Corria que Sua Magestade passava os dias na Tapada, onde se entretinha a armar ratoeiras aos pardais, preferindo apanha-los assim, a ter que fazer uso de armas de fogo, pelas quais tinha um terror instintivo, em flagrante contraste com a actividade politica de sua Augusta Mãe, que todas as manhãs estudava os negocios do Estado e preparava o despacho na companhia duma Dama de Honôr e do Capelão.

As coisas, porém, iam de mal a peior.

O cambio mantinha a sua marcha vertiginosa, não havendo já numeros que podessem significar a sua equivalencia ao esterlino O balancete do Banco de Portugal, referente a Abril, acusara de-

sasseis biliões de notas em circulação, para uma reserva metalica de mil e duzentos contos, vendido que já tinha sido o *stock* das antigas moedas de prata, que a Republica deixára nos cofres do banco emissôr.

Impunha-se um grande movimento para salvar a Monarquia e a esse intuito não eram estranhas as reuniões do Alto do Varejão, mais efetivas desde que fôra encerrado, por ordem do governo, o Club Tauromaquico.

Respirava-se numa atmosfera de suspeição, e na vespera da anunciada corrida chegou a afirmar-se que seria adiada e que, a realizar-se, não seria presidida pelo Rei.

Os factos, porém, desmentiram esses boatos.

Uma comissão composta dos srs. Duque de Palmela Conde de Vimioso, Luís Gama, Manuel Figueira Freire da Camara, Artur Teles, Vitorino Frois, João Sequeira e João Cipriano Rodrigues Batalha partiu no sabado para Mafra, afim de acompanhar a Familia Real até ao Campo Pequeno, afastando assim o motivo dos boatos e quaisquer duvidas sobre a realização da tourada.

Houve, porem, quem visse mau agouro na ida do sr. Rodrigues Batalha, proprietario da conhecida casa de corôas funebres da rua Nova do Almada e grande *aficionado*. Mas o caso passou, apenas com o reparo de meia duzia de supersticiosos.

Sua Majestade partiu de Mafra duas horas antes da corrida, num automovel blindado, seguido por mais dez, com toda a policia disponivel do Governo Civil.

A praça tinha o que é de uso dizer-se: uma

enchente real, mas logo que Suas Majestades assomaram ao camarote, de todos os lados se ergueram desrespeitosos clamores:

— Abaixo o ministerio das transigencias!

— Abaixo o governo da «acção passiva!»

— Queremos um ministerio bem nacional!

Por entre este vozear ensurdecedor, viu-se o Rei, muito palido e tremulo, comprimindo o ventre, segredar qualquer coisa ao conde de Mafra, medico da Real Camara que o acompanhava sempre.

Uma comissão do Club Tauromaquico, porém, após ter galgado rapidamente as bancadas, irrompia pelo camarote real e entregava a El-Rei a famosa representação em que se pedia a demissão do governo e a nomeação de um outro, que podesse classificar-se de nacional.

Neste solene momento o sussurro da praça atingia o maximo de intensidade.

Sua Majestade, ante aquela onda de clamores que rugia, subindo de tom, numa ameaça, até ao camarote real, logo ali prometeu a demissão do seu governo, encarregando, ao mesmo tempo, o presidente do Club Tauromaquico de constituir ministerio.

Esta decisão regia tornou-se logo conhecida e as manifestações de desagrado ao governo transformaram-se numa verdadeira apoteose ao Tauromaquico, ouvindo se frequentes vivas à ganadaria de Bragança.

E foi já entre o Marquês do Lavradio, futuro chefe do governo e o sr. João Manuel Bregaro, do Conselho Fiscal do Club e, certamente, um dos novos ministros, que Sua Majestade autorisou o

inicio da corrida dos touros, porque antes fôra, como se viu, corrido o proprio governo.

O certo era que caira contra as praxes constitucionais: não fôra mesmo deitado a terra por um movimento da rua — baqueara, apenas, ante uma manifestação da praça.

Tambem o novo governo ascendia ao poder em condições ineditas de nomeação, saido de uma Praça em vez de provir do Paço, mas tudo pareceria corrente, até perante as nações, desde que se sabia que era o Club Tauromaquico, apoiado pelos *ganaderos,* lavoura e outras forças vivas, quem se encarregára de tomar, como inteligencia, a direcção da vertiginosa corrida em que a Monarquia caminhava para o abismo.

O Marquês do Lavradio prometera que no dia imediato apresentaria em Mafra os novos ministros afim de prestarem juramento.

Não os conseguiu, porém, com a facilidade que esperava.

Ofereceram-se elementos capazes de compôr duas duzias de ministerios, e a maior dificuldade estava na escolha, visto que todos, além dos seus reconhecidos serviços à Causa, tinham longa experiencia de pulso, comprovada em muitas e variadas pégas por todas as praças do país.

Embora todos reconhecessem que, de facto, se impunha a organisação de um governo de força, ele não poderia, evidentemente, ser apenas constituido por valentes moços de forcado, já experimentados em mais de uma cabeça de pontudo.

Havia necessidade de comparticiparem tambem outras competencias.

E o caso levou toda a noite a resolver, na sala

de bilhar do Tauromaquico, onde estava em jogo o futuro da Monarquia.

A's 5 da manhã estava organisado um ministerio, que ficou sem efeito as 5 e meia.

A's 6 e três quartos faltavam dois ministros para preencher todas as pastas, o que se conseguiu às 7, ficando assim constituido o chamado Governo Nacional Aficionado Tradicionalista:

Presidencia e Reino -- Marquês do Lavradio, presidente da A. G. do C. T.

Justiça e Eclesiasticos — Dr. Nunes Mexia, da Associação da Agricultura.

Fazenda -- A. Serrão Franco, aficionado.

Estrangeiro — João Manuel Bregaro, do C. F. do C. T.

Guerra - Silveira Ramos, do C. T.

Marinha e Ultramar -- Conde da Ponte, presidente da direcção do C. T.

Obras Publicas — Vitorino Frois, antigo cavaleiro amador, socio do C. T.

A's 7,30, tendo aparecido os irmãos Mascarenhas, socios prestigiosos do Club e antigos perseguidos da Republica, deliberou-se dar-lhes representação no governo, embora estivessem preenchidas todas as pastas.

O velho Carlos Anjos (Fontalva) que recusára uma pasta, para vincar a sinceridade com que entrara no movimento contra o Ministerio, alvitrou que, sendo três os irmãos Mascarenhas a quem era justo distinguir com alta consideração, se criasse um sub-secretariado na Justiça e outro na Marinha. Na primeira ficaria o dr. Mexia com o que

diz respeito à função judiciaria e um dos irmãos Mascarenhas com os negocios eclesiasticos e na segunda ficaria o Conde da Ponte com a marinha propriamente dita, indo outro irmão Mascarenhas para o Ultramar.

Como faltasse um posto de distinção para Mascarenhas III, alvitrou o mesmo proponente que se creasse junto do ministro dos Estrangeiros o sub secretariado da Tauromaquia, onde teriam que apresentar-se, para lhe serem visados os atestados de competencia, todos os espadas e quesquer toureiros, espanhois ou doutros paises, que quizessem tourear em Portugal — acabando-se assim, oficialmente e por uma forma eficaz, com a importação de *malêtas*, que em reclames pagos a tanto por linha, vinham cá buscar o ouro que nos faz falta, fazendo-se pagar no precioso metal quando o seu trabalho e competencia nem dinheiro falso valiam.

Esse sub-secretariado, obra do Tauromaquico, seria a pedra de toque da compreensão que todos ali tinham da importancia da tauromaquia e demonstraria que o governo, ainda antes de tomar posse, já honrava o seu titulo de nacional, defendendo as prerogativas dos artistas portugueses, na mais nacional das diversões.

E foi resolvido que Mascerenhas III ficasse com o espinhoso cargo de não consentir que aparecessem nas corridas portuguesas os toureiros de contrabando espanhol, com a faculdade de agregar o barbeiro do Club como adjunto, dada a necessidade de se verificar se as *coletas* eram naturais ou... emprestadas.

Para governador civil era opinião geral que devia escolher-se alguem com forte mão de redea,

porque, embora tivesse sido derrogada a lei Brito Camacho que dava o direito à greve, já a construção civil esboçàra um dos seus tão frequentes protestos para aumento de salario, tendo resolvido, visto não ser permitida a greve, trabalhar apenas por quartos, tomando o quarto no significado da divisão do tempo, o que estava dando em resultado trabalharem apenas 15 minutos em cada sessenta, ou seja 2 horas diarias, sem admitirem redução no salario minimo estabelecido para as 8 horas normais, que logo se alvitrou derrogar, visto ser necessàrio produzir e não fazer sentido que se lançasse o novo ministerio ao trabalho herculeo de reconstituir a Monarquia, quando lhe não seria permitido trabalhar mais do que as oito horas da praxe.

E logo o Marquês do Lavradio apontou no seu caderno de notas, na coluna de *A Fazer*, a necessidade do decreto estabelecendo 16 horas de trabalho, que em breve passaria para a coluna do *Já Feito*, com que no mesmo caderno, especie de *Deve e Haver* de consciencia, tencionava anotar toda a sua passagem pelos atè então chamados Conselhos da Corôa, que anotou para se denominarem com mais propriedade: *Passes de Castigo*.

A's 9 horas foi escolhido, por unanimidade, o novo governador civil, Conde de Fontalva, que tendo uma vez guiado o seu *mail coach* a três parelhas através os desfiladeiros dos Pirineus, era a mão de redea melhor indicada para tão dificil cargo.

A's 9 e meia o novo ministerio estava a caminho de Mafra, enquanto do Club Tauromaquico saiam emissarios, de antemão nomeados, para prepararem a recepção e a posse.

A obra desses emissarios e das colectividades que, como o « Regaleira », « Majestic », « Bacalhau », « Ferro de Engomar » etc. tão poderosamente os auxiliaram, é ainda hoje recordada com admiração, porque nunca se viu em Lisboa coisa tão deslumbrante e apoteotica.

Os antigos coches, que a Republica cuidadosamente conservàra e outros que o emprezario Segurado teve de ceder e que apareciam nas corridas á antiga portuguesa, foram, puchados a seis parelhas ricamente ajaezadas, levados para fóra de portas, para dali transportarem até ao Terreiro do Paço o Governo Nacional Aficionado Tradicionalista e o vistoso cortejo dirigiu-se para a Calçada do Carriche, a historica calçada das antigas esperas, aí aguardando o novo governo, cujos membros tomaram logar nos coches.

Foi um espectaculo unico, que jámais se repetirá e cujo deslumbramento feerico tem perdurado de geração em geração.

Os ministros, sorridentes e felizes, agradeciam as manifestaçoes, erguendo os braços e mantendo-os em movimentos cadenciados, como se estivessem tomados de um forte ataque de nervos e não foi sem custo que atingiram o Terreiro do Paço, donde logo foram levados nos braços dos seus admiradores até aos gabinetes ministeriais, facto que a muitos recordou actos semelhantes, provocados pela pericia e pelo arrojo do inolvidavel *Guerrita*.

Já em Mafra a recepção real fôra de molde a satisfazer os mais exigentes.

El-Rei almoçava, quando a numerosa fila de automoveis parou ao portão.

Limpos da poeira, os ministros subiram a bem lustrosa escadaria, em cujo tôpo os acolheu Sua Magestade em pessoa, palido, mas sorridente, com um — Bemvidos sejais! — convidando-os logo para o almoço.

E foi já na intimidade e no calor comunicativo dum repasto real que se trocaram as primeiras impressões e que se fizeram depois os brindes pelas prosperidades da nova vida que a Monarquia encetava.

Vieram charutos, «champagne», e como a conversa se prolongasse, o *puro* havano de El-Rei extinguiu-se num sôrvo de saudade.

Amavel, pretendendo demonstrar os sentimentos de leal amisade e de estreita convivencia que convinha manter, o presidente do Ministerio pediu cortezmente licença para oferecer à Majestade um dos da sua marca.

El-Rei hesitou. Mas, desejoso de corresponder a tão delicados sentimentos, pediu «um minuto, um minuto, apenas» e mandou ligar o telefone para o padre Gonzaga.

— Está? — Está?

— E' o seu filho espiritual Manuel de Bragança, que fala... Desejava que Vossa Paternidade me autorizasse a fumar outro charuto.

— ?

— E' que m'o oferecem. O da ordem para o consumo diario já o tinha fumado...

E, só após isto, pondo o auscultador no descanso, El-Rei, sorridente, aceitou a oferta do Marquês do Lavradio.

XI

Monarquia Nova

Para que a espectativa publica não fôsse iludida, o novo governo deliberou fazer coisas de espavento, que deixassem a perder de vista as «sortes» com que os seus predecessores haviam embaído a opinião monarquica.

Logo no dia seguinte ao da posse, os ministros compareceram nos seus gabinetes às 10 horas, mandando recolher os livros do ponto às onze e um quarto, afim de, na sua qualidade de ministros de um governo nacional, verificarem se a tão tradicional ausencia do funcionalismo nas horas do expediente, continuava a ser um facto — e logo nesse dia foi para o *Diario do Governo* um decreto da presidencia, castigando 22.600 funcionarios, desde o director geral ao servente, dos 22.607 que, incluindo os ministros, constituiam os quadros dos varios serviços, por terem faltado cinco minutos à hora do ponto.

Este acto de energia contra o funcionalismo foi aplaudidissimo pelas forças vivas e serviu de tema aos maiores encomios, nas conversas entre banqueiros e gente da moagem.

O governo não prometia — fazia.

Ou antes, prometia, fazendo.

Outra deliberação governamental firmou esta aura de simpatia, na rua dos Capelistas.

Os gabinetes dos secretarios dos ministros foram transformados em sala de refeiçoes e era frequente verem-se os creados dos restaurantes daquela rua e os do café da Arcada atravessarem o Terreiro do Paço, — que passára a denominar-se *Arena dos Governos*, chamando-se à estatua de D. José — «Recordação historica da ultima Corrida de touros em Salvaterra» — carregados de enfiadas de latas, em que conduziam as refeiçoes para os ministros e para os socios do Club Tauromaquico, que ali tambem as tomavam, trocando impressoes sobre a marcha dos negocios publicos, a que eles chamavam «o decorrer da corrida».

Não havia duvida de que o governo trabalhava.

Quatro dias apoz ter tomado posse anunciava a breve publicação de medidas sobre *cambios*, propunha ao rei que se conferisse o titulo de *fornecedor da Casa Real*, às leitarias e depositos de aguas minerais e publicava as mais sabias providencias (dizia-se que aconselhadas por *mônos sabios*) para ocorrer ás dificuldades com que D. Constança Teles da Gama, provedora da Assistencia Publica, antiga assistente aos monarquicos perseguidos, estava lutanto para manter casas de caridade, desde que tinham extinto o selo da Assistencia e nada se recebia do Real d'Agua, ainda não restaurado.

A situação da Provedoria era aflitiva, porque o cambio marcára mais quatro zeros abaixo dos oito a que descera, o que tornava de todo impossivel a compra do bacalhau e do arroz, que as mercearias exigiam que fossem pagos ao cambio do dia, como se tinha estabelecido para todos os generos classsificados de importação, embora alguns fossem produtos nacionais.

O novo governo, para acudir a tão precaria situação, decretou que o Real d'Agua fosse restabelecido com a designação de *Conto e cem do Vinho*, sendo todos os taberneiros obrigados a cobrar do freguês, extra preço marcado para cada litro de vinho, um conto e cem mil reis, afim de engrossarem o cofre da Assistencia, atenuando-se desta forma a falta dos reditos da estampilha, indo o conto para a Assistencia e os cem mil réis para aumentar os fundos da Escola Tauromaquica de Agostinho Coelho, instituição que um decreto considerou *benemerita da Patria*, porque, como um considerando afirmava: «contribuia, em muito, para a educação de futuros estadistas, depurando aptidões e insuflando conhecimentos na arte dificil de entusiasmar o publico, sempre descrente em tudo quanto é nacional».

Após a publicação deste decreto esboçou-se um movimento de protesto por parte dos bebedores, chegando a haver assaltos aos depositos de vinhos do Poço do Bispo e notou-se a falta de Vivas á *Monarquia Nova* á hora habitual do encerramento das tabernas — naquela epoca entre as dez e as onze, como ordenára um edital do governador civil.

Estas manifestações levaram o governo à con-

vicção de que, impensadamente, estava divorciando a opinião publica do regime, e presto tentou reconsiderar, abolindo o *Conto*, que noutro decreto foi substituido pelo Imposto Progressivo sobre a «capacidade estomacal e embocadura de cada um» e onde se estabelecia que o *Conto* podia ser pago em prestações de um até quatro decilitros, permitindo-se avenças aos *habituées* — o que valeu o seguinte comentario ao *Chico do Bairro Alto:*

— Agora todos vão no conto sem o sentir...

Impunham-se, porem, medidas que atenuassem o incomportavel aumento do custo da vida, agravado pela inflação fiduciaria a que os dois ultimos ministerios haviam recorrido, para se livrarem de dificuldades de momento, o que levára o cambio à casa dos vinte e quatro zeros além da já inqualificavel divisa de 0 $^{00}/_{00}$.

A efetivação do decreto da Junta Governativa do Norte, publicado a quando da Traulitania e pelo qual as notas do Estado Republicano tinham de ser apresentadas no Banco de Portugal ou suas agencias para levarem a sobrecarga de uma corôa a tinta azul e branca, passando a sua correspondencia de valôr efectivo a menos 80 $^{0}/_{0}$ do valor primitivo da emissão, medida com que se pretendia neutralizar os sucessivos aumentos da circulação fiduciaria, irritou profundamente a rua dos Capelistas, até então ao lado do governo.

Mas logo este esclareceu o decreto, por meio de um regulamento, no qual se estabelecia que o valor das notas continuava sendo o mesmo. Simplesmente os seus possuidores recebiam 20 $^{0}/_{0}$ do valor primitivo no acto da sobrecarga, e o restante em cheques sobre a casa Pinto & Soto Maior,

30 % de tresentos e sessenta em tresentos e sessenta dias, salvo em anos bissextos, porque então passariam a contar-se como valor em conta para o ano seguinte.

Os cheques tinham o retrato do capitalista Soto Maior, de cravo na lapela, e eram denominados — cheques floridos, dada a sua aproximação do cheque cruzado.

A seguir decretou-se que os depositos bancarios ficassem valendo apenas 20 % da sua importancia inicial, o que mereceu novos aplausos da rua dos Capelistas, levantando ao mesmo tempo protestos do comercio, da industria e da propria lavoura.

O governo defendia-se, alegando a necessidade de medidas energicas, de salvação publica, mas, para desfazer essa nova má impressão, regulamentou o decreto estabelecendo que os depositos, embora valessem apenas 20 %, beneficiariam, para efeito do juro, como se estivessem valorisados pela primitiva importancia, que os bancos eram obrigados a garantir.

Este novo correctivo ao aumento da circulação fiduciaria faz com que alguns bancos se declarassem em estado de falencia, visto que nem mesmo para garantir os 20 % fixados na lei, tinham disponibilidades.

Nessa altura, porém, e em atenção a um instante pedido da Liga Monarquica das Senhoras Portuguesas, o governo, tendo decretado a abolição das côres verde e encarnada da lista das côres, convocára uma reunião de todas as monarquicas sem distinção de edades ou posição social, reunião que se efectuou na sala do Conselho de Estado,

afim de se acertar porque côres deviam ser substituidas as do antigo regime, instituindo-se desde logo o seu uso.

Ao saberem desta resolução encerraram as suas portas todas as drogarias, o que deu origem à policia descobrir que a maior parte dessas portas tinham largas tiras com as abominadas côres, pelo que os respetivos proprietarios foram autoados, ordenando-se uma devassa para se saber se tinham pertencido a algum centro demagogico.

A efervescencia da opinião principiava a manifestar-se. Já não era uma ou outra classe que publicamente manifestava o seu descontentamento, porque eram quasi todas com exclusão apenas — dos toureiros e dos eclesiasticos.

O Seculo, numas fugidias linhas do artigo de fundo em que comentava todo esse mal estar, insinuava que talvez o facto se devesse atribuir a uzarem as duas classes a cara rapada, o que lhe valeu a suspensão por oito dias, ordenada pelo governo, que contava com o apoio dos Rapadistas.

O cambio, porem, passára a vinte e nove zeros e, se atingisse a casa dos trinta e um, rebentava: possivelmente, a banca rôta, com a agravante de fraudulencia.

Evidentemente que o eixo da questão estava no cambio, e isso mesmo se salientára no manifesto distribuido por ocasião da corrida de Maio.

E estava já a findar Agosto sem que sobre tão importante assunto o governo se pronunciasse, não obstante o que prometera nos primeiros dias de publica governação.

Bem informado do que se passava, que para isso organisára a chamada então *Policia de Segu-*

rança da Praça, o marquez do Lavradio convocou um conselho de ministros para o Club Tauromaquico, com a assistencia da assembleia geral do mesmo Club, especie de parlamento a quem queria dar conta da obra feita e consultar sobre a que tinha em projecto.

Munido da sua agenda de ministro, explanou largamente a coluna do *Já Feito* e expôs os apontamentos contidos na coluna do *A Fazer*.

As opinioes dividiram-se e, como sucede no sistema parlamentar, o governo pôs a questão da confiança.

Feita a votação apurou-se que tinha a favor 43 socios representando varias terras de pastagem, mato bravo, courelas de semeadura e gado suficiente para uma epoca de corridas em todos os domingos e contra 22, representando alguns montados, varias comportas defendidas das cheia se gado para três ou quatro corridas.

Mantiveram-se neutros, votando com listas brancas, 3 socios, representando duas córtes de pastagem, uma manada de eguas e algumas ovelhas de creação.

Forte com a significativa maioria, resolveu o governo, que já anteriormente se assegurára do apoio da Ganadaria de Bragança, referendar ali mesmo o decreto que regularisaria a questão dos cambios, e que principiava assim:

«*Destruindo a lei republicana e revogando o que sobre o assunto haja sido publicado em qualquer epoca, em réclame à ganadaria de Bragança e como correcção à falta de inteligencia que se nota nas praças no tocante a cambios; atendendo a que praças nada mais*

são do que simbolismos de um grande jogo que tem andado desencabrestado (sem guia) e partindo do principio que as chamadas corridas aos bancos, feitas sem direcção e antes tumultuosamente, parecem coisa de curiosos, a quem é necessario corrigir semelhantes precipitações; considerando que é dever deste governo, pelas honrosas tradicções do Club a que a sua maioria pertence, não se arecear em ir à cara dos acontecimentos, sem esperar que qualquer matreirice o derrote, porque a essas tradições deve o ter sido colocado na grande arena da politica monarquica; tendo em vista que os interesses do país estão sendo aparatosamente colhidos sem que o capote da simples honestidade consiga cobrir as agulhas ferrugentas dos malessos que pretendem saltar a trincheira da mais simples conveniencia; atendendo, emfim, a que nos cumpre ser o farol que ilumine a veronica da Patria-Mãe em tão dificil saida do curro apertadissimo em que uma má raça de gado politico acabou por nos meter; ouvidas as pessoas que pelo seu passado e grande numero de colhidas nestes apertos teem autoridade suficiente para falar de cadeira, o governo decreta e Eu sanciono, o seguinte, para arrumação da questão cambial, que ficará sujeito à inspecção da comissão para tal fim nomeada em que entrarão, em partes iguais, mestres e discipulos mais laureados da escola dita de Agostinho Coelho, etc.

A comissão nomeada para as operações cambiais, ficou assim constituida: presidente de honra, Simão da Veiga, pai; vice-presidente de honra, idem, idem, filho; presidente, efetivo, Teodoro Gonçalves; substituto, Custodio Domingos; vogais efetivos, José Casimiro de Almeida e Jorge Cade-

te. Para desempate, Manuel Casimiro e Ricardo Teixeira.

Desse decreto — que a imprensa não poude discutir, porque isso fôra proíbido fazer-se antes que estivesse harmonisada com a nova tecnica da fiscalisação dos serviços a nomenclatura dos livros e das operações bancarias — recortamos, a titulo de simples elucidação, as seguintes disposições.

A designação *Bolsa* era substituida por *Arena*. O *Diario e Rasão* chamavam-se *Cartaz de Corrida*, sendo os balanços designados por *Pégas Rijas*.

O livro *Caixa* era o livro do *Curro*. Dinheiro em metal, *touro de cavalo;* em papel, *boi para pé*. Como o dinheiro passara a ser conhecido pela designação de *gado*, dizia-se que *era puro* quando bom e *corrido* quando falso.

As letras a pagar registavam-se sob a rubrica: *marradas a receber*, e as que iam à cobrança inscreviam-se como *passes ao natural* quando cobradas e *em redondo* quando protestadas.

Os banqueiros eram *empresarios*, os bancos, *empresas* e quando se ia a qualquer banco dizia-se *vou estender o capote* á empresa, tal ou tal. Os saques de importancia eram *cingidos*. Os de menos vulto, *de largo*. Meter letras a desconto era *fazer sortes de gaiola*.

As saidas escrituravam-se: pela *direita* ou pela *esquerda* e aos descontos *por fóra* equipararam-se os *por dentro*, mas estes apenas quando a comissão achasse que o *touro* estava em condições.

Estabeleciam-se ainda formulas para se conhecer o cambio.

Uma ao acaso:

« Para se conhecer o cambio entre duas praças

deve a equação fazer-se em regra (deslocação vertebral sem mecher os pés) contanto que o *touro* (moeda) da praça antecedente seja o mesmo do da praça seguinte. (Para isto convêm *touros* de ganadarias acreditadas). Divide-se depois o produto dos numeros da primeira coluna pelo produto dos da segunda coluna vertical (o deslocamento da coluna é tudo na questão dos cambios).

Assim temos: Lisboa s/ Madrid 775$000 — valem 3 pesetas.

Madrid s/ Londres 3 pesetas — valem 5 sh.

$$\frac{775 \times 3{,}0}{3 \times 1} = 0\$0$$

Pelo processo tauromaquico cada corôa portuguesa ficava valendo — um cifrão entre dois zeros, e o governo convenceu-se que estava, assim, finalmente resolvida a importantissima questão da desvalorisação da moeda.

Depois de se estabelecer que *ir à caixa* era *ir à cara* e que o cheque denominar-se-hia *quite*, optava-se pela fita de seda Liberty para a divisa cambial:

0 ¹/₀ (azul e branco) 0 ⁰/₀ (amarelo) 0 ⁰⁰/₀₀ (amarelo e branco).

No dia em que este decreto saiu, a rua dos Capelistas encerrou portas e as direcçoes do Banco de Portugal e Ultramarino marcharam para Mafra.

O governo, porém, não se preocupou com isso.

A instancias de uma comissão presidida por D. Sára da Mota Marques, forjava uma nova lei eleitoral, concedendo o voto às mulheres «com capacidade de urna» e dava os ultimos retoques na reforma parlamentar.

O Parlamento seria constituido por duas Camaras: a dos amadores e a dos profissionais, tendo cada uma, em vez de presidente um inteligente.

Os continuos denominar-se-hiam «forcados» e em vez da classica campainha usar-se-hia uma corneta. O regimento passava a ser « programa das Camaras» e os «fauteuils» designar-se-hiam por barreira (governamental) contra-barreira (oposição) bancada geral (independentes).

As galerias do publico ficavam com a mesma designação, mas a tribuna do corpo diplomatico passava a chamar-se « camarote das autoridades diplomaticas » etc.

Estas reformas para o inedito « para o novo », como diziam os apaniguados, não chegaram, no entanto, a ser decretadas.

Envenenado por um seculo de cosmopolitismo, o país não soube compreender o alcance dos fins que os « aficionados tradicionalistas » se propunham atingir nem a propriedade dos termos que intentavam restaurar em substituição dos estrangeirismos de que a linguagem e costumes portugueses, por igual se encontravam gafados.

Só esse facto explica o ter a opinião publica acolhido as medidas do governo com uma gargalhada homerica, irreprimivel que sacudiu o país de Norte a Sul contagiando a propria Europa, onde novamente os jornais de caricaturas e as revistas do ano se ocuparam da Monarquia Portuguesa. A situação era grave.

Avolumou se a corrente de oposição às medidas do Governo as quais eram malevolamente acoimadas de falhas de senso comum; a propria Sociedade Protectora dos Animais tomou a iniciativa

dum movimento em defesa dos politicos da Monarquia Velha, assás maltratados pela ditadura tauromaquica, servindo-lhe de pretexto aparente «a manifesta consagração das corridas de touros, barbara usança que magoava as sensibilidades delicadas».

O movimento encontrou decidido apoio no animo piedoso da Rainha Mãe que, no seu intimo, anciava por uma oportunidade para satisfazer os instantes desejos manifestados por varias colectividades, entre as quais a «Liga Naval» e a «Irmandade do Senhor dos Passos da Graça», de que se fizesse a experiencia da Monarquia Integralista.

Fortes com o conhecido apoio das influencias do Paço, e aproveitando o descontentamento do grupo do Patriarca «Nemo», que via com maus olhos El-Rei a desviar-se cada vez mais da Igreja Lusitana, as oposições coligadas puzeram em pratica na primeira tourada de Agosto o seu plano de derrubar o governo.

Mal El-Rei entrou na Praça do Campo Pequeno, ergueu-se de todos os lados uma tempestade de gritos:

— El-Rei está coacto!

— Libertemos El-Rei!

Juntamente com outros mais violentos, ao mesmo tempo que dos sectores mais proximos eram atiradas as almofadas sobre os membros do Ministerio, que ocupavam o camarote da «inteligencia»:

— Fóra os *malêtas!*

— Outro oficio!

Onde elas se fazem, aí se pagam. Estava dada a indicação «constitucional» para mudança de governo...

O ministerio «estava em terra» e *A Epoca* poude escrever com pouco evangelica satisfação:

« Diz-se que o governo caíu. Com mais propriedade se pode afirmar — que foi colhido e volteado ... »

No dia seguinte, reuniu o grave e sizudo Conselho de Estado, e uma sua nota oficiosa nas gazetas vespertinas dizia:

« ... é, indubitavelmente, demasiado pezado para os cultores da tauromaquía o encargo de dirigir a nau do Estado.

El-Rei resolve mandar estudar uma profunda alteração na Lei fundamental do Reino, tendente a dar aos seus fieis subditos a felicidade que eles tanto merecem. Estava preparado o terreno.

A Rainha Mãe, no entanto, prudentemente aconselhou seu Augusto Filho a que não mostrasse precipitação na mudança do estatuto fundamental do seu Reino, e que, para dar tempo ao tempo, incumbisse alguem de formar um ministerio que assegurasse o expediente dos negocios publicos até ao começo de Setembro de 1928 que era quando se calculava poder fazer-se a outorga da Constituição do Estado integralista.

Estava precisamente nas condições de organizar góverno o dr. Alfredo Pimenta, que recentemente aderira com estrondo ao sistema parlamentarista, mas que já ameaçava refazer a sua vida politica declarando-se, de novo, anarquista. Urgia capta-lo.

Foi assim que o notorio publicista conseguiu ser presidente dum ministerio a praso — que todavia foi menos longo do que ele contava...

Depois de assegurar-se da cooperação do dr.

Anibal Soares, ao tempo o seu mais dilecto amigo, Alfredo Pimenta constituiu pela seguinte forma o seu ministerio:

Presidencia e reino — Alfredo Pimenta.
Justiça — Dr. Anibal Soares.
Fazenda — Marquês do Azambujal.
Estrangeiros — Dr. Preto Pacheco.
Guerra — Jaime Carvalho da Silva.
Marinha — Policarpo de Azevedo.
Obras Publicas — Isidoro Solano de Almeida.

A acção do governo tinha que ser anodina; efectivamente o presidente do ministerio limitava-se a assinar o expediente nas livrarias do costume, e tudo correria sem novidade se, ao aproximar-se o fim do mês não se tivesse reconhecido que não havia em cofre um unico real para pagamento aos funcionarios. Justificadamente consternado, o ministro da Fazenda ausentou-se para parte incerta e o resto do governo acompanhou-o, por camaradagem.

Estava o Reino sem governo; não podia ser melhor a oportunidade para mudança do seu estatuto fundamental.

Em 5 de Setembro, o *Diario do Governo* considerava abolida a «carta» e publicava o novo estatuto fundamental do Paiz. Em poucos artigos se continha. As Côrtes do Reino passaram a ser constituidas por duas especies de representantes: os das provincias — divisão administrativa que era restabelecida, e os delegados das diferentes classes.

No mesmo *Diario* aparecia a exoneração do governo — que, na frase da *Epoca,* acabava de ser «arquivado na papelada inutil», e a nomeação do novo ministerio incumbido de medicar o país pela farmacopeia integralista, e que era constituido pelas seguintes personalidades:

Presidencia e reino — Conselheiro Antonio Cabral.
Estrangeiros — Conde de Sucena.
Justiça — Dr. Hipolito Raposo.
Fazenda — Dr. Rui Ulrich.
Agricultura — Dr. Pequito Rebelo.
Guerra — Vasco de Carvalho.
Marinha — Dr. Antonio Sardinha.
Instrução — Caetano Beirão.

Para governador civil de Lisboa, o *Diario* nomeava, logo no dia seguinte, Carlos Sepulveda Veloso.

Passados alguns dias, tornava-se conhecida a composição das novas Côrtes, sendo designados os seguintes representantes:

Minho, Dr. Luiz de Almeida Braga.
Douro, Dr. Julio de Melo Matos.
Traz-os-Montes, Dr. Alçada Padez.
Beira, Dr. Afonso Lucas.
Beira Maritima, Dr Rolão Preto.
Extremadura, Dr. Sarmento Brandão.
Alemtejo, Dr. Pequito Rebelo.
Algarve, Dr. Jaime Bento da Silva.
Açores, Dr. João Jacinto.
Madeira, Dr. Rui da Camara.

Cabo Verde. Dr. Nobre de Melo.
Guiné, Dr. José Ferreira.
S. Tomé e Principe, Dr. Armindo Silva.
Angola, Dr. Hipolito Raposo.
Moçambique, Dr. Mario Beirão.
India, Carlos de Ornelas.
Macau, Almeida Vasconcelos.
Timor, Dr. Alvaro Reis Torgal.

Os representantes das diversas classes, eram:

Agricultura, Conde de Nova Goa.
Comercio, Mario Xara Brasil.
Industria. Ramires dos Reis,
Empregados bancarios, Rafael Barbosa Oeiras.
Trabalhadores do comercio, Caetano dos Reis.
Proprietarios, Domingos Silvão Briffa.
Universitarios, Dr. Domingos Fezas Vital.
Ferro-viarios, Ferreira de Mesquita.
Engenheiros, V. Sà Carneiro.
Advogados, Dr. Ferreira Borges.
Jornalistas, Rodrigues Leal.

Os numeros seguintes do *Diario do Governo* foram publicando a pouco e pouco as nomeações dos restantes representantes das classes. Em 5 de Outubro reuniam-se pela primeira vez as Côrtes Deliberativas sob a presidencia do Dr. Almeida Braga.

A grave assembleia, logo ao iniciar os seus trabalhos defrontou-se com dissenções entre os seus membros que, impacientes pela demora que havia tido a efectivação dos seus ideais, queriam, todos ao mesmo tempo, fazer promulgar as leis que mais da sua simpatia eram. As Côrtes oscilaram entre

a urgencia da reforma da legislação cambial e a das medidas destinadas a obstar à carestia da vida — e, finalmente, resolveram-se pela da modificação do escudo nacional, que ficaria encimado pelo distico «Pola Grey» e pelo classico pelicano esgravatando com o bico a pôlpa do peito.

Isto deu logo origem a trocadilhos e gracejos de vario genero; do dr. Cunha e Costa, descontente por não pertencer ás Côrtes, contava-se que dissera:

— Num regime ideado por tão praticos mocinhos, não ha duvida de que o emblema que mais lhe està a caracter... é o «passaro bisnau...»

XII

Redenção

Uma das primeiras medidas do novo Governo foi procurar grangear as simpatias dos catolicos revogando o banimento de Pacheco de Amorim e de Trindade Coelho. Lino Neto foi autorizado a saír do convento; não era facil, à simples vista, perceber-se o bem que a catequese lhe teria feito à alma, que «Nemo» afirmava tisnada de heresia; ao corpo fôra-lhe proveitosa a forçada reclusão: vinha muito menos escuro.

Anulada uma das causas de embaraço à sua acção, o conselheiro Antonio Cabral dispoz-se a executar o seu programa.

Pela forma de governo integralista, procurava-se reforçar o poder pessoal do Rei, como dominador e árbitro ante as continuas reclamações, o mal-estar colectivo e a miseria geral.

A' formula preconisada para alicerçar a ditadura espanhola de 1923-1924: — tudo agrario, res-

pondia-se com est'outra mais restritiva e absoluta: tudo integral.

A sôma dos valores nacionais tinha de resumir-se, assim, numa unica parcela—o Poder Pessoal do Rei, «inteiro, completo e total», como o novo governo afirmára na sua proclamação «A' grey.»

Para isso, no empenho de arregimentar adeptos, não se inqueria das convicções politicas de cada um. Bastava que se declarasse *integral.*

E como a grande maioria dos cidadãos partia do principio de que era ridiculo confessar qualquer defeito organico, todos se disseram integrais — «inteiro, completo, total»,—como o governo exigia que todos esses cidadãos fossem, para bem de uma Dinastia que tanto enfermára de não ter garantida a sucessão.

Esta atitude dos cidadãos levou o governo á convicção de que o país era estruturalmente integralista, e que o grande mal da Monarquia Restaurada provinha de não terem sido ha mais tempo ouvidos, nos Conselhos de Corôa, os conselhos gratis dos advogados do novo sistema.

Classes havia que o governo reputava inteiramente dedicadas à Causa; não havia magistrado algum que as folhas não dissessem «integro» — quando não era, superlativamente, «integerrimo».

Como nos primeiros tempos, em que o *tutti marchesi* captára adeptos, procurava-se, com o *todos integralistas* provar que o país ressurgia sob a égide Augusta de S. M. El-Rei D. Manuel II.

O governo só deu pelo êrro politico de um tal raciocinio, quando a Policia capturou o antigo revolucionario Artur do Intendente, que, acompanhado à guitarra pelo conhecido guitarrista «Armandinho»

flagelava em decimas mordentes o ridiculo de uma tal suposição.

Essas prisões foram o toque de rebate para uma recrudescencia de perseguições a quantos o «Escutismo monarquico» indicou como suspeitos,

Em obediencia à verdade historica, deve dizer-se que, embora preocupado com a «integração do país na lídima Tradição Nacional» como se dizia oficialmente, o governo não descurava a questão da defesa do Regime, impulsionando a organisação do «Escutismo monarquico», especie de policia secreta particular, que o mesmo tinha ao seu serviço.

A sua missão era escutar, e dahi a designação de *escutismo,* para melhor confusão como associação benemerita, procurando-se assim um disfarce para encobrir o fim oculto dessa policia, que se apresentava com o traje de escoteiro ou de enfermeira, pedindo para a cêra do Santissimo, para as obras de piedade e ainda para as vitimas das derrocadas dos predios, conseguindo deste modo escutar todas as conversas e surpreender qualquer comentario menos favoravel ao Regime.

Graças á acção desta policia especial de *escutas* e de *escutos*, foram presos, em fins de Outubro de 1928, Nascimento Cunha, Malatesta, Cesar Lemos Eduardo Leite e Carlos Rates que, proximo de Bemfica, na casa do José Bacalhau, se entretinham a dizer mal da sardinha que o Carlos Antunes, da Fabrica d'Armas, fornecêra para uma caldeirada.

O facto de repetirem a palavra sardinha e de falarem na Fabrica d'Armas levou dois *escutas* e

uma *escuta*, que cá fora estavam disfarçados em rufias, a denuncia-los como conspiradores contra o ministro da marinha, dr. Antonio Sardinha, tendo entendimentos na Fabrica d'Armas, por meio do Antunes.

Isto levou o governo a pretender aumentar os efectivos do *Escutismo monarquico*, procurando recrutar na juventude os elementos necessarios para esse aumento.

Irreverente por temperamento, a mocidade tornara-se republicana e, vendo o Regime corrido pelo ridiculo, não correspondeu ao apêlo: bem pelo contrario — aumentou as fileiras da oposição.

Era já frequente ouvirem-se Vivas à *Ré...*, não sendo menos frequentes os protestos de todas as classes contra a marcha dos negocios publicos, que, tratados como os cronistas da epoca os descrevem nas paginas anteriores, tinham conduzido o povo à descrença no Regime, desacreditando por completo, especialmente, a chamada *Monarquia Nova*.

Ninguem respeitava nem cumpria as leis, completamente desacreditadas.

A noticia de que varios elementos republicanos estavam em relações directas com os emigrados da revolta de Junho de 1927, levou o governo a tomar severas medidas de repressão, especialmente no Sul e Sueste, onde foi proibida a convivencia de qualquer empregado com os suspeitos Calapês e Piloto.

Os *escutos* e as *escutas* multiplicavam a sua actividade, obedecendo às ordens superiores, que mandavam intensificar a vigilancia sobre os revolucionarios conhecidos.

E' que o governo chegára à convicção de que os republicanos estavam, emfim! reunidos para uma obra de redenção, tendo, embora tardiamente, compreendido que o descalabro da Patria se devia, insofismavelmente, à sua prematura dispersão em *partidécos*, que nada mais representavam do que satisfação de mal contidas ambições e de insofridas vaidades.

Incapaz de travar a marcha rapida dos acontecimentos, Antonio Cabral, propoz, numa reunião do Conselho de ministros que ficou celebre, que se atirasse para publico « com uma grande bomba ».

Esta proposta poz os cabelos em pé a varios dos seus colegas, cuja superabundancia capilar não era assaz manifesta; mas o sangue frio voltou quando se inteiraram dos sentimentos pacificos e humanitarios do proponente: — tratava-se apenas de resolver a magna questão da falta de mulheres a dias para os esfregados e limpesas de casas.

De facto, a maior parte das mulheres que a este mister se dedicavam, empregavam-se na compra e venda do trapo e de garrafas vasias, de sorte que as donas de casa, ante a exorbitancia dos ordenados das criadas, viam se em serios embaraços em tudo quanto dizia respeito ao arranjo domestico.

Habilidosamente, o chefe do governo procurava captar as simpatias das boas donas de casa, que, indubitavelmente, influiriam nos animos dos consortes para aplaudirem o governo.

E, com a aprovação unanime do conselho, publicou-se um decreto proibindo a compra dos trapos e das garrafas vasias «como correctivo — dizia o relatorio que antecedia esse decreto — para a enorme falta que se nóta no tocante aos contratos

das mulheres a dias, para serviço caseiro, visto que os passam em negocios externos que em nada influem no bom arranjo da casa».

Ardeu Troia e foi o rastilho para a queima da Monarquia!

A «questão do trapo» como depois se chamou, poz em pé de guerra todos os ganchos dos trapeiros de Lisboa e as linguas viperinas de quantas mulhersinhas se dedicavam ao mister de compradoras de garrafas.

A Praça da Figueira, na iminencia de se ver envolvida no caso, por causa dos restos de hortaliças, penas de galinhas e outros lixos, que certamente o governo viria proibir que se vendessem livremente (a proibição da livre compra de trapo, era indicativo de medidas mais energicas) deu a sua adesão incondicional ao movimento de protesto das trapeiras e das garrafeiras, no que imediatamente foi secundada pelas Feiras Livres, mercados de Alcantara, Estefania e Ribeira Nova.

As hortaliceiras fizeram a chamada «greve das canastras», e as vendedeiras de fava rica deixaram de atordoar a cidade com o seu pregão matutino.

Com o fundamento de que o trapo servia para o fabrico do papel, que evidentemente iria encarecer por se porem obstaculos à livre transacção dessa materia prima, os vendedores de jornais solidarisaram-se com as mulheres da hortaliça e da fava rica.

Esta atitude determinou a adesão dos moços de fretes, directamente atingidos, porque deixava de haver o que eles chamavam «o movimento de taras», e a breve trecho o protesto contava com a adesão de todas as criadas de servir e moços de

restaurantes, que assim viam cortada uma das suas fontes de rendimento: — a venda das garrafas que conseguiam fazer desaparecer a titulo de «partidas» e dos guardanapos e rodilhas «que os freguezes levavam e os meninos atiravam à pia».

Sem que o governo tivesse já força para o impedir, realizou-se um comicio monstro na Praça da Figueira, protestando contra a deliberação governamental — acha que em muito contribuiu para apressar a queima de um regime cujos destinos jà tinham sido jogados na Praça do Campo Pequeno.

Foi votada uma moção de desconfiança no governo e proclamada a gréve de todos os vendedores de viveres.

Tornadas publicas estas deliberaçoes, estabeleceu-se em Lisboa um terror pânico, que breve avassalou todo o país — e como todos previam não só a escassez dos generos de primeira necessidade, como o desaparecimento do dinheiro em circulação, deram-se assaltos a recebedorias, bancos, mercearias, etc.

A situação financeira do paiz não podia ser mais desgraçada — e eram de ver as evocaçoes que se faziam de afirmações em artigos dos jornais monarquicos de critica á acção dos governos republicanos sobre o assunto.

A situação, relativamente a subsistencias, agravava-se cada vez mais — e debalde se pedia que fosse devidamente refreada a ganancia dos especuladores.

Quando o governo, forçado pelo clamor publico, quiz meter na ordem os especuladores e açambarcadores de generos de primeira necessidade, e os Bancos e grandes empresas que os financiavam,

desapontadamente verificou que quasi todos os dirigentes e influentes monarquicos faziam parte dos seus conselhos de administração ou eram por estes estipendiados. E logo se invocaram as grossas somas subscritas para a Causa Monarquica e os sacrificios e prejuizos a que se haviam sujeitado admitindo nos seus escritorios e nos seus diferentes serviços todos os oficiais e funcionarios que se lhes apresentavam por terem sido demitidos em virtude de conspirarem contra a Republica. Havia Bancos e Companhias em que o pessoal pertencia quasi todo á Causa — desde os directores, veteranos das incursões couceiristas, até aos porteiros — ex-policias, revoltosos de Monsanto...

Como prejudicar tão fieis defensores da realeza? E quem indemnizaria as empresas que, em beneficio da Causa, se haviam prestado, durante anos, a suportar os efeitos da falta de competencia dalguns daqueles seus funcionarios — admitidos e mantidos por acrisolada dedicação, não compensada por trabalho proficiente por parte dêles? Não; não podia ser — e não foi.

Ante a incapacidade do governo e das côrtes deliberativas, para resolver o assunto, o espirito de revolta tomava cada vez maior incremento.

Fartos de privações, nesse estado de espirito em que nada se teme, pois tudo é preferivel á situação em que se está, o povo de Lisboa planeou fazer, por sua vez, um golpe de estado correndo tudo á batata — governo e côrtes. O projecto falhou, por falta de «muniçoes»: cada quilo de batata custava já, com efeito, cerca de um conto e quinhentos, e poucas eram as bolsas capazes de tal extravagancia...

E foi isto o que salvou o ministerio: mas os seus dias estavam contados. .

O Paço começava a desconfiar da fidelidade do governo á Dinastia: chegavam até Mafra boatos de intrigas tendentes a dar a corôa a D. Duarte Nuno antes que qualquer perigosa crise de puberdade nos dissolutos meios austriacos puzesse o esperançoso principe no risco de seguir fraternos exemplos.

Os antigos pactistas andavam envolvidos na intriga, ao que se dizia.

Soubera-se isto por denuncia duma costureira que o contara a um primo empregado na real ucharia onde o caso originara falatorio que, por intermedio duma aia, chegara aos ouvidos da principal açafata da Rainha Mãe em 10 de Outubro.

Logo no dia seguinte o conselheiro Antonio Cabral era chamado a Mafra e, após uma breve entrevista com El-Rei, apresentava a sua demissão.

Foi imediatamente chamado a formar ministerio o dr. Mario Miranda Monteiro que o organisou pela forma seguinte:

Presidencia e reino: Mario Monteiro.
Estrangeiros: D. José Bramão.
Fazenda: André Supardo.
Guerra: Carlos Solano de Almeida.
Marinha: D. Vasco da Gama.
Justiça e eclesiasticos: Padre José Napolesim.
Fomento nacional: José Infante de La Cerda.
Agricultura: Valentim José Lavrador.
Instrução: Luís de Freitas Branco.

Bem pezada era a tarefa que este governo tinha ante si para manter a integridade do Regime.

A capacidade de resistencia da Monarquia á onda que ameaçava subvertê-la, era porem já quasi nula, vistas as correntes em que se encontravam divididos os seus defensores, que se odiavam mais entre si do que os proprios republicanos.

A constituição das Côrtes deliberativas cavara mais funda ainda a desharmonia.

Queixavam-se, por exemplo, os constitucionalistas de que, tendo, no Parlamento dissolvido, dado representação aos integralistas, estes, agora, excluiam-nos das novas Côrtes, onde lhes não tinham dado um unico representante...

E no meio destas discussões bisantinas, crescia a miseria do povo.

O recurso de que se lançou mão para de alguma forma minorar a miseria mais aparente foi o inaugurarem-se sob a direcção da antiga «Assistencia aos Monarquicos» algumas cozinhas da «Sopa Economica D. Manuel II», apropriada designação que aos tristes consumidores lembrou permanentemente o nome de Quem, não obstante tê-los lançado na indigencia, ainda assim generosamente acedera a honrar com a seu nome uma sopa — que outros pagavam.

Estes expedientes, porém, pouco remediavam, e a situação da Monarquia agravava-se.

Impotente para debelar a convulsão popular que fazia estremecer o país de Norte a Sul, Mario Monteiro, nostalgico dos sobreiros alemtejanos, em 1 de Novembro apresentou a demissão a El-Rei, que a aceitou, encarregando Simão Laboreiro de

organisar um ministerio que se impuzesse, até pela repressão violenta, a essa formidavel e cada vez mais ameaçadora onda. Publicava-se no dia seguinte a sua composição:

Presidencia e finanças: Simão Laboreiro.
Reino: Dr. Gustavo Ferreira Borges.
Justiça e eclesiasticos: Dr. Laertes de Figueiredo.
Estrangeiros: Marquês de Sagres.
Guerra: Antonio de Sá Guimarães.
Marinha e Ultramar: José N. da Silva Vaz Touro.
Fomento: Visconde do Paço de Nespereira.
Agricultura: Visconde do Torrão.
Instrucção: Dr. José Alçada Padez.

Este governo, nomeado em 2 de Novembro, ficou conhecido na Historia pelo nome de «Ministerio dos Finados».

Para conseguir a união dos monarquicos, o novo governo lançou mão, mais uma vez, duma ideia que congregava em torno dela as diversas correntes da Causa: o saneamento dos serviços publicos eliminando os funcionarios suspeitos de demagogismo. O peor, porém, fôra o terem esses «saneamentos» originado uma tal limpeza nos cofres do Estado que se previa que as existencias mal chegariam para pagar a lista civil — e ainda assim antecipando de um mês a cobrança dos impostos.

Este ultimo escandalo fez trasbordar a taça, e o proprio funcionalismo monarquico declarou-se em franca insurreição.

O povo olhava com funda simpatia os antigos

elementos republicanos, cujos principais dirigentes estavam, no emtanto, exilados.

A atmosfera tornava-se propicia para a restauração da Republica e alguns desses chefes passaram a fronteira. O governo teve suspeitas do facto mas não poude efectuar nenhuma prisão dos dirigentes porque as massas populares facilitaram a estes o meio de escapar ás pesquizas dos beleguins e ás delaçoes dos *escutas*.

Furioso por se vêr ludibriado, o governo mandou efectuar as prisoes dos antigos revolucionarios republicanos Luz de Almeida, José do Vale, Antonio Augusto Ribeiro, Calapez e Piloto, do Sul e Sueste, Nascimento Cunha, Serafim Pinheiro, João Borges, Eduardo Tavares, Alfredo Maria, Barros da marinha, Santos, Armando de Azevedo, Henrique Alves, Avelino Ribeiro, Manuel Inacio Ferraz (do Exploração do porto de Lisboa) e outros, dos quais tinha sido notada a actividade conspiratoria.

A maior parte deles, prevenidos a tempo, puderam escapar se. Mas o governo viu pela aproximação e entendimento de republicanos dos diversos matizes, que estes tinham reconhecido a necessidade de união, e que a Monarquia, em face disto, estava perdida.

Quasi espontaneamente o movimento rebentava em todo o país em fins de Novembro: por toda a parte se constituiam *comités* aos quais as autoridades monarquicas, desmoralizadas, entregavam as administraçoes, sem resistencia.

A Monarquia baqueava assim, sem combate nem grandeza, ante a onda da indignação e do desprezo de todo um Povo.

A resistencia militar foi nula: as unidades pronunciaram-se quasi unânimente pela Republica, mal nelas se apresentaram com as suas honradas cicatrizes e condecorações da Guerra, altivos e decididos nos seus coçados uniformes de campanha, os veteranos de Africa e França expulsos do exercito pela Monarquia Restaurada.

Em face disto, o presidente do ministerio tomou logar num paquete que seguia para o Brasil e os restantes ministros debandaram, cada um para seu lado.

A proclamação da Republica viria a efectuar-se no 1.º de Dezembro de 1928: os festejos por tal motivo coincidiriam assim com os do aniversario da independencia nacional...

A' familia real restava um unico caminho: emigrar.

O hiate real recebeu ordem de sair do Tejo e aproar ao Norte.

O antigo embarcadouro da Ericeira pareceu ao sr. D. Manuel II demasiado proximo do vulcão revolucionario de Lisboa: preferiu um outro mais ao Norte — o de Peniche.

Ao contemplar o mar, relanceando a vista pela larga bahia que numa graciosa curva se estendia para além de S. Bernardino, o sr. D. Manuel II não se contêve que não suspirasse:

— Thalassa! Thalassa! (O mar! O mar!)

Perto dali, num grupo de beatas da localidade, que tinham vindo da missa, murmuraram:

— Salve-o Deus a Vossa Majestade!

E D. Manuel II, numa atitude decidida, pouco

de seu habito, redarguiu, num assomo em que transparecia o despeito:

— Já não sou vosso rei! Considero-me apenas Bragança de Saxe!

Ao que as devotas mulheres, curvando-se reverentemente, responderam:

— Então... que Deus Guarde a V. Ex....

Prestes já a largar a balieira, deu-se um enervante compasso de espera.

— Por que esperamos? — interrogou o sr. D. Manuel entre receioso e impacientado.

— Talvez se aguarde a noticia de que a causa do trono venceu, e que reconquistámos a corôa, — alvitrou D. Agostinha Vitoria de Hohenzollern.

— Ou os arquivos do Paço, obtemperou alguem.

Nada disso. Era apenas a Rainha Mãe que esperava impacientemente a lista civil do mês vencido. Com a vida tão cara em Inglaterra, nada se podia perder...

Da praia abeirava-se um automovel com dois passageiros. Um, era portador dum telegrama que El-Rei abriu febrilmente. O seu ministro das Finanças, desculpava-se por não poder pessoalmente antes de seguir para o Rio, despedir-se de S. M. e dizia-lhe que, dada a necessidade de propaganda duma contra-revolução, seria portador do pouco que existia nos cofres publicos—exaustos por não terem entrado ainda as contribuições quasi todas relaxadas...

— ... Vão lá entender a sorte — filosofou El-Rei — Baqueou o trono pela primeira vez por causa de adeantamentos; desta feita, é por motivo de atrazos!

Por felicidade, o outro passageiro do automovel era o fiel João Sequeira que trazia à familia real o indispensavel «viatico» das rendas das quintas e montados da Serenissima Casa.

Afóra este prestimoso servidor, pode-se dizer que fôram só de Peniche os ultimos amigos que El-Rei encontrou a seu lado, em Portugal.

FIM

INDICE

Pag.

Erratas

A precipitação com que este livro foi impresso e a deficiencia da revizão, feita na «lufa-lufa» de um jornal diario, deram causa a que apareça com muitas erratas, que a inteligencia do leitor facilmente corrigirá.